Terra Livre

Os retrocessos do novo conservadorismo, liberalismo e fundamentalismo

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 31, Vol.2, n 47	Jul-Dez/2016

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2016-2018

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
José Gilberto de Souza (SL São Paulo/Pró SL Rio Claro)

Vice-Presidente
Thalismar Matias Gonçalves (SL Vitória)

1ª Secretária
Natália Freire Bellentani (AGB São Paulo/ Pró SL Rio Claro))

2º Secretário
Luis Henrique Ribeiro (SL Rio de Janeiro)

1º Tesoureiro
Wagner Scopel Falcão (AGB Vitória)

2º Tesoureiro
Pedro Luiz Damião (SL São Paulo)

Coordenação de Publicações
Renato Emerson do Santos (AGB Rio de Janeiro)
Lara Schmitt Caccia (SL Porto Alegre)

Representantes junto ao Sistema/CONFEA
Títular: Nelson Rego (AGB Porto Alegre)

Articulação dos GTs: Gabriel de Melo Neto (AGB Catalão) e Theo Soares de Lima (SL Porto Alegre)

Comunicações: Akene Shionara (SL João Pessoa)
Larissa Arvelos (SL Uberlândia)
Bruno Fernandes Magalhães de Oliveira (SL Belo Horizonte)

Secretaria Administrativa
Caio Tedeschi de Amorim (Seção São Paulo)

TERRA LIVRE

ISSN 2674-8355

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 31 – VOL. 2
NÚMERO 47

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Adriana Bernardes da Silva – Campinas/SP
Alexandre P. Faria Nogueira – João Pessoa/PB;
Ana Maria Hoepers Preve – Florianopolis/SC
Anderson Bem - Mal. Candido Rondon/PR
Azucena Arango Miranda – Univ. Humboldt de Berlín, Alemania UNAM, México
Carlos Alexandre Leão Bordalo –Belém/PA
Charlles da França Antunes - DEN
Claudinei Lourenço – Belo Horizonte/MG
Claudio Ubiratan Gonçalves – Belém/PA
Clay Anderson Nunes Chagas – Belém/PA
Cristiane Cardoso –Rio de Janeiro/RJ
Edima Aranha Silva – Três Lagoas/MS
Eduardo Karol – Niterói/RJ
Eliane Tomiasi Paulino – Londrina/PR
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Fernando Conde – Belo Horizonte/MG
Flávia Elaine da Silva Martins – Niterói/RJ
Flávio Palhano – Vitória/ES
Gabriel de Melo Neto – Catalão/GO
Gilmar Alves de Avelar – Catalão/GO
Gustavo Felipe Olesko – Curitiba/PR
Gustavo Prieto – São Paulo/SP
Jeani Delgado Paschoal Moura – Londrina/PR
João Fabrini – Mal. Candido Rondon/PR
Jorge Ramón Montenegro Goméz – Curitiba/PR
Lucas Panitz – Porto Alegre/RS
Marcelo Garrido – Univ. Academia de Humanismo Cristiano, Chile
Margarida Pereira – Univ. Nova de Lisboa, Portugal
Marisia Buitoni – Rio de Janeiro/RJ
Marleide Sergio – Aracaju/SE
Natalia Freire – São Paulo/SP
Nazareno José Campos – Florianópolis/SC
Nilo Almeida – Recife/PE
Pedro Vianna – João Pessoa/PB
Raimunda Aurea – Aracaju/SE
Raquel Daré – Vitória/ES
Rosemeire A. de Almeida – Três Lagoas/MS
Saulo Costa – Recife/PE
Sinthia Batista – Porto Alegre/RS
Verônica Ibarra – Univ. Autonoma do México, UNAM
Willian Rosa Alves (*In memorian*) – Belo Horizonte/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n.47: Claudia Pires, Claudio Zanotelli, Denilson Araújo de Oliveira, Diogo Marçal Cirqueira, Fabio Tozzi, Ivaine Tonini, Leonardo Carneiro, Maria Isabel de Jesus Chrisóstomo, Roberto Marques, Simone Raquel Batista Ferreira
Editores Responsáveis: Renato Emerson dos Santos, André Pasti

Endereço para correspondência
Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
1989 - n.6 – impressa	2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
1990 - n.7 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1991 - n.8, n.9 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa
1992 - n.10 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1994, 95,96 – interrompida	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1997 - n.13 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1998 - interrompida	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
2000 - n.15 – impressa	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL IX

ARTIGOS 12

OS DETERMINANTES DA OFENSIVA NEOLIBERAL PARA O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS 13
Rodrigo Coutinho Andrade

PRODUÇÃO CIENTÍFICA E GEOGRAFIA: DEVASSANDO O PODER DA INVISIBILIDADE DE GÊNERO DO FAZER CIENTÍFICO 52
Vagner André Morais Pinto, Joseli Maria Silva

O MECANISMO DE PODER DA SEGURANÇA JURÍDICA NO CAMPO FRENTE ÀS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: DISCURSO E CENÁRIO DE EXPECTATIVAS PARA O RURAL BRASILEIRO 79
Carolina de Freitas Pereira

O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA GEOGRAFIA 114
Joana Célia dos Passos, Azânia Mahin Romão Nogueira

NORMAS 148

SUMMARY

FOREWORD IX

ARTICLES 12

THE DETERMINANTS OF THE NEOLIBERAL OFFENSIVE FOR HIGH SCHOOL IN THE CONTEXT OF COUNTER-REFORMS 13
Rodrigo Coutinho Andrade

SCIENTIFIC PRODUCTION AND GEOGRAPHY: DEVASSING THE POWER OF GENDER INVISIBILITY IN THE SCIENCE 52
Vagner André Morais Pinto, Joseli Maria Silva

THE POWER MECHANISM OF LEGAL SECURITY IN THE FIELD AGAINST THE DEMARCATIONS OF INDIGENOUS AND QUILOMBOLAS LANDS: SPEECH AND SCENARIO OF EXPECTATIONS FOR THE BRAZILIAN RURAL 79
Carolina de Freitas Pereira

THE PLACE OF RACE RELATIONS IN GEOGRAPHY 114
Joana Célia dos Passos, Azânia Mahin Romão Nogueira

STANDARDS 148

SUMARIO

EDITORIAL IX

ARTICULOS 12

LOS DETERMINANTES DE LA OFENSIVA NEOLIBERAL PARA LA ENSEÑANZA MEDIA EN EL CONTEXTO DE LAS CONTRARREFORMAS 13
Rodrigo Coutinho Andrade

PRODUCCIÓN CIENTÍFICA Y GEOGRAFÍA: DEVASSANDO LA POTENCIA DE LA INVISIBILIDAD DE GÉNERO DEL HACER CIENTÍFICO 52
Vagner André Morais Pinto, Joseli Maria Silva

EL MECANISMO DE PODER DE LA SEGURIDAD JURÍDICA EN EL CAMPO FRENTE A LAS DEMARCACIONES DE TIERRAS INDÍGENAS Y QUILOMBOLAS: DISCURSO Y ESCENARIO DE EXPECTATIVAS PARA EL RURAL BRASILEÑO 79
Carolina de Freitas Pereira

EL LUGAR DE LAS RELACIONES RACIALES EN LA GEOGRAFÍA 114
Joana Célia dos Passos, Azânia Mahin Romão Nogueira

NORMAS 148

EDITORIAL

A Constituição Federal Brasileira de 1988 é chamada, por muitos, de "Constituição Cidadã". Construída num contexto de queda de um regime ditatorial que vigorou por mais de duas décadas, ela foi promulgada no final de uma década em que forças populares de múltiplas formas constitutivas e compostas por diversos agentes, estabeleceram diálogos e articulações entre lutas. Sua materialização em direitos, entretanto, depende de disputas por interpretações posteriores, seja nos seus processos de regulamentação, seja na aplicação das leis, na construção de marcos institucionais, de políticas públicas, etc.

É possível dizer que, praticamente três décadas depois, há uma guinada interpretativa da constituição cidadã, fruto de rearticulações de forças conservadoras que vem, após o golpe de 2016, impondo fortes retrocessos às (poucas?) conquistas populares alcançadas nos últimos decênios.

Este número da Terra Livre, em sua chamada, provoca a comunidade geográfica e agebeana a se debruçar sobre "Os retrocessos do novo conservadorismo, liberalismo e fundamentalismo", o que envolve também a valorização aos protagonismos sociais e epistêmicos de grupos historicamente subalternizados, que mantém a luta pela transformação social.

Que sejam boas as leituras e ativos os debates!

Comissão de Publicações

FOREWORD

The 1988's Brazilian Federal Constitution is called, by many, as the "Citizen Constitution". Built in the dictatorial regime´s fall context, after more than two decades, it was enacted at the end of a decade in which popular forces of multiple constituent forms, composed by a set of diverse agents, established dialogues and articulations between social struggles. Its materialization in rights, however, depends on disputes for later interpretations, in its regulatory processes, in the application of laws, in the construction of institutional frameworks, in public policies, etc.

It is possible to say that, practically three decades later, there is an interpretive turn of the citizen constitution, fruit of rearticulations of conservative forces that, after the coup of 2016, have been imposing strong setbacks to the (few?) popular achievements reached in the last decades.

This issue of Terra Livre, in its call, provokes the geographic and agebean community to focus on "The setbacks of the new conservatism, liberalism and fundamentalism", which also involves appreciation of the social and epistemic protagonisms of historically subalternized groups, which maintains the struggle for social transformation.

Let the lectures be good and active the debates!

The Editors

EDITORIAL

La Constitución Federal Brasileña de 1988 es llamada, por muchos, de "Constitución Ciudadana". Construida en un contexto de caída de un régimen dictatorial que duró más de dos décadas, fue promulgada al final de una década en que fuerzas populares de múltiples formas constitutivas y compuestas por diversos agentes sociales, establecieron diálogos y articulaciones entre luchas. Su materialización en derechos, todavia, depende de disputas por interpretaciones posteriores, sea en sus procesos de reglamentación, sea en la aplicación de las leyes, en la construcción de marcos institucionales, de políticas públicas, etc.

Es posible decir que, casi tres décadas después, hay un giro interpretativo de la constitución ciudadana, fruto de rearticulaciones de fuerzas conservadoras que viene, tras el golpe de 2016, imponiendo fuertes retrocesos a las (pocas) conquistas populares alcanzadas en los últimos decenios.

Este número de la Tierra Libre, en su llamada, provoca la comunidad geográfica y agebeana a centrarse en "los retrocesos del nuevo conservadurismo, el liberalismo y el fundamentalismo", lo que implica también la valorización a los protagonismos sociales y epistémicos de grupos históricamente subalternizados, que mantienen la lucha por la transformación social.

¡Que sean buenas las lecturas y activos los debates!

Colectivo de publicaciones

OS DETERMINANTES DA OFENSIVA NEOLIBERAL PARA O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS

THE DETERMINANTS OF THE NEOLIBERAL OFFENSIVE FOR HIGH SCHOOL IN THE CONTEXT OF COUNTER-REFORMS

LOS DETERMINANTES DE LA OFENSIVA NEOLIBERAL PARA LA ENSEÑANZA MEDIA EN EL CONTEXTO DE LAS CONTRARREFORMAS

RODRIGO COUTINHO ANDRADE

AGB – Seção Niterói. DEGEO-IM-GTPS – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: rodrigoandrade@ufrrj.br

* Artigo publicado em junho de 2018.

Resumo: A materialização das políticas educacionais para o ensino médio, nos dias atuais, consolida, de modo rotundo, sua reestruturação curricular e político-pedagógica ancorada nos determinantes da ofensiva neoliberal de caráter ortodoxo. Tais transformações objetivam corresponder à formação do "homem de novo tipo", no contexto de recomposição burguesa, por meio da sobrevalorização de imperativos ético-políticos para a harmonização do conflito de classe, assim como a inserção da juventude no mercado de trabalho sob a ideologia da empregabilidade, em tempos de intensificação da precariedade do trabalho e de ascensão do desemprego estrutural. Com isso, no presente artigo, objetivamos expor os impactos deste processo para o último nível de ensino da educação básica, ressaltando os mecanismos para a reorientação das finalidades formativas do nível de ensino em questão, por meio da análise sócio-histórica que condiciona os determinantes hegemônicos na atualidade.

Palavras-chave: recomposição burguesa, contrarreforma, ensino médio, políticas educacionais.

Abstract: The materialization of educational policies for secondary education, in the present day, strongly consolidates its curricular and political-pedagogical restructuring anchored in the determinants of the neoliberal offensive of orthodox character. These transformations aim to correspond to the formation of the "new type man" in the context of bourgeois recomposition, through the overvaluation of ethical-political imperatives for the harmonization of class conflict, as well as the insertion of youth in the labor market under the ideology of employability in times of intensification of precarious work and the rise of structural unemployment. With this, we aim in this article to expose the impacts of this process to the last level of education of basic education, highlighting the mechanisms for the reorientation of the formative purposes of the level of education in question, through the socio-historical analysis that conditions the hegemonic determinants of today.
Keywords: bourgeois recomposition, counter-reform, high school, educational policies.

Resumen
La materialización de las políticas educativas para la enseñanza media en los días actuales consolida, de modo rotundo, su reestructuración curricular y político-pedagógica anclada en los determinantes de la ofensiva neoliberal de carácter ortodoxo. Tales transformaciones objetivan corresponder la formación del "hombre de nuevo tipo" en el contexto de recomposición burguesa, por medio de la sobrevaloración de imperativos ético-políticos para la armonización del conflicto de clase, así como la inserción de la juventud en el mercado de trabajo bajo la ideología de la empleabilidad en tiempos de intensificación de la precariedad del trabajo y ascenso del desempleo estructural. Con ello, objetivamos en el presente artículo exponer los impactos de este proceso para el último nivel de enseñanza de la educación básica, resaltando los mecanismos para la reorientación de las finalidades formativas del nivel de enseñanza en cuestión, a través del análisis socio-histórico para que condiciona los determinantes hegemónicos en la actualidad.
Palabras clave: recomposición burguesa, contrarreforma, enseñanza media, políticas educativas.

Introdução: A invenção da região amazônica

A escrita do presente artigo resulta das indagações e discussões realizadas no XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (XIII ENPEG) e no XII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XII ENANPEGE), assim como nas discussões dos autores baseadas na pesquisa sobre os determinantes sócio-históricos para a educação, na atual conjuntura. Em ambos os encontros, observamos,

principalmente entre os pesquisadores sobre o ensino de geografia, um consenso sobre a crise que atravessa a educação básica no Brasil, com maior especificidade acerca dos temas conjunturais, que englobam, de modo indissociável, a reforma do ensino médio e do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que não oficializa, até então, a permanência do ensino de geografia no último nível de ensino da educação básica. Tais derivações, presentes nos referidos eventos, convergiram, em seus princípios analíticos, na retomada do projeto neoliberal ortodoxo pelo governo presidido por Michel Temer.

Como sistematizado pela professora doutora Gisele Girardi, na mesa-redonda intitulada "Conjuntura e educação no Brasil", durante o XII ENANPEGE, passamos, na atualidade, por uma ofensiva contrarreformista sobre a estruturação da educação brasileira que abarca tanto os mecanismos de financiamento, controle, regulação e gestão, quanto as premissas político-pedagógicas.[1] Estas se coadunam à ascensão do neoconservadorismo, espelhado nas diretrizes do movimento Escola sem Partido, assim como na intensificação da *accountability* educacional, que geram impactos significativos nas práticas pedagógico-curriculares sob o discurso da eficiência aferida pelas avaliações externas. Ademais, de acordo com o

[1] Entre os mecanismos para a gestão da educação pública, Gisele Girardi destacou: a inviabilização do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), por meio da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 241/2016, que instituiu o teto dos gastos públicos, incluindo o financiamento das políticas sociais, de acordo com a inflação do ano anterior; a instauração de um novo comitê gestor da Base Nacional Comum Curricular, por meio da Portaria 790/2016, centralizando no executivo sua formulação; a suspensão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB) e o retorno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nas diretrizes do Programa Internacional de Avaliação da Aluno (PISA), por meio da Portaria nº 981/2016; a implementação da reforma do ensino médio, por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; a alteração – dissolução – da Conferência Nacional de Educação (CONAE); o desmonte do Sistema Nacional de Educação (SNE) por meio da revisão do Fundo Nacional de Educação (FNE); a ofensiva pragmática para a formação de professores etc.

documento *Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe* (BANCO MUNDIAL, 2014), este processo, após a consolidação das medidas de avaliação em todos os níveis de ensino e da materialização das bases curriculares sob a ótica do capital,[2] assim como a reestruturação das diretrizes para a formação de professores, alcança seu patamar no que outrora era considerado como inviável, a prática docente e sua autonomia.

No entanto, o modo como se institucionaliza este processo explicita o esgarçamento da coesão e do consentimento do projeto hegemônico, principalmente pela forma com que se imputam as medidas coercitivas[3] diante do recondicionamento programático do bloco histórico[4] de forma autocrática (GRAMSCI, 2000). Isto, ao mesmo tempo em que redefine a essência na qual se materializam os mecanismos de poder para a gestão das políticas públicas (vide o esgotamento do paradigma conciliatório de classes), faz emergir

[2] Segundo Souza (2015, p. 277), essa denominação programática é intrínseca à "perspectiva historicamente delineada pela ação empresarial intermediada pelo Estado para a formação do capital humano necessário para garantir a produtividade e a competitividade das empresas no contexto de sociabilidade burguesa."

[3] O conceito de coerção aqui utilizado não se exprime diretamente à ação física do Estado para o controle da sociedade civil, em tempos de agudização do conflito de classe, mas tem como função categorizar todas as obrigações dos sujeitos ante a esfera pública-estatal, como tributos, impostos, normas e demais regimentos legais para a normatização da reprodução social e material da vida (GRAMSCI, 2000).

[4] O conceito gramsciano de bloco histórico se refere à relação dialética entre estrutura e superestrutura, diante da unidade orgânica que tal relação produz para o ordenamento de uma organização social concreta (PORTELLI, 1977, p. 15). O conceito se refere a uma situação histórica que confere a uma classe (e às respectivas alianças) a hegemonia no bojo de sua edificação e do projeto classista em si. Assim, entende-se que a abordagem posta por este conceito se refira estritamente à aliança de classes para lograr coesão a determinado projeto hegemônico e sua natureza. Neste contexto, compreendemos que a classe burguesa "encontra-se em uma situação de dupla proeminência: a nível estrutural, porque é a classe fundamental no campo econômico; a nível superestrutural, porque tem a direção ideológica através do bloco intelectual" (PORTELLI, 1977, p. 78).

no âmbito da sociedade civil, de modo dialético, flancos de resistência das práticas consuetudinárias, logrando para as pesquisas científicas a afirmação de sua referência social.

Com isso, queremos destacar que, paralelamente ao campo de forças e sua concreticidade (KOSIK, 1976), nos dias atuais, devemos observar atenciosamente as experiências históricas recentes, assim como a historicidade na qual se condicionam as mutações da agenda no presente dentro de um campo científico próprio, intrínseco às vicissitudes *em potência* para a práxis geográfico-sociológica. Acreditamos que tal posicionamento nos possa trazer a verificação do conteúdo das contrarreformas[5] em si, como professores de geografia, optando, nesse momento, pela não avaliação da reconfiguração da ciência na escola, mas dos determinantes que a recondicionam como dialética política do conhecimento e conhecimento da política.

Considerando que estamos às vésperas do XIX Encontro Nacional de Geógrafos, que se realizará na cidade de João Pessoa, no ano corrente, assim como dos 40 anos da gênese do movimento de renovação do pensamento geográfico brasileiro, tomamos teórico-metodologicamente a presente análise no corpo das considerações da Löwy (1987, p. 41). Este entende a realidade

[5] Segundo Behring (2003), a materialização da contrarreforma seria resultante do processo de reorientação das políticas sociais e econômicas no contexto de recomposição burguesa, materializando as prerrogativas ideológicas, políticas e programáticas, no Brasil, sob o vértice dos determinantes do capital, originando o ataque aos direitos sociais garantidos constitucionalmente, a retirada do Estado das questões econômicas estratégicas ante o processo de privatização e de progressiva supressão da autonomia político-econômica, a redefinição executiva protagonizada prioritariamente no caráter público não estatal, com protagonismo do setor privado, e, principalmente, a extração dos direitos dos trabalhadores. Diante disso, observa-se a progressiva deterioração do Estado em sua prerrogativa histórica no balizamento dos direitos sociais garantidos, em convergência à despolitização da política como método *sui generis*, reorientando sua finalidade para o impulso ao regime de acumulação produtiva-financeira neoliberal e, consecutivamente, do fundo público para tais premissas.

social como totalidade dialética, destoante da neutralidade, que significa, em seu princípio motriz, a despolitização. Nesse sentido:

> A produção de conhecimento não se dá fora de um contexto histórico-social, onde uma série de linhas de forças se entrechocam na realidade; relações de forças essas das quais o trabalho intelectual tem que dar conta. Através dessas observações, queremos deixar claro que a ambicionada cientificidade, que é o modo específico de legitimação do trabalho intelectual, é relativa na própria medida em que o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez, atravessam a própria prática do intelectual (GONÇALVES, 1978, p. 1).

O presente artigo trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, e se insere na categoria bibliográfica-documental. Sem qualquer presunção ambiciosa de produzir apontamentos de cunho metanarrativo ou de apontar certezas nas elucubrações para o pensamento geográfico, e especialmente para os estudos acerca do ensino de geografia, tem como objetivo contribuir para o debate sobre o tema em voga por meio da exposição dos determinantes da ofensiva do capital no contexto de acentuação de sua crise orgânica, que impacta a formação humana na contemporaneidade. Para tal, o nosso foco será o apontamento das vicissitudes para a educação no contexto de reordenamento da recomposição burguesa,[6] vide a acentuação das contradições da relação capital-trabalho para a reprodução social e material da vida.

Com isso, ressaltamos que, nesse momento, não objetivamos examinar de modo direto os impactos da reforma do ensino médio por meio do exame da legislação, nem o processo de consolidação da BNCC e suas repercussões pedagógico-

[6] O conceito em voga trata da condição ontológica da burguesia em sua peculiaridade histórica "de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais" (MARX, 1999, p. 12). Este, que é considerado pelo pensamento marxista sua característica ímpar, consiste na capacidade de conservação-dissolução-criação ante movimentos de crise, e consecutivamente, de restauração.

curriculares para o ensino de geografia, que será um exercício posterior. Mas buscaremos elementos que, nos dias atuais, o suportam por meio dos condicionantes sócio-históricos, na atual configuração do bloco no poder, para a formação do "homem de novo tipo".[7] Sob nossa ótica, esta apreciação tem por finalidade expor os derivados estruturais para a consolidação das políticas públicas no contexto atual, assim como as orientações para a cimentação do consenso na sociedade civil, como ente de construção e reprodução da hegemonia capilarizados por seus aparelhos privados e intelectuais orgânicos.

Para o exame dos determinantes sócio-históricos, de acordo com nossas concepções política, epistemológica e teórico-metodológica que determinam o conjunto de contrarreformas para a gestão da educação brasileira (e, portanto, o ensino de geografia), tomamos como gênese a contextualização do processo de crise orgânica do capital, inexorável da restauração do regime de acumulação sobre os princípios da recomposição burguesa. Acreditamos que, desse movimento estratégico-programático para a redefinição da totalidade sistêmica do capital, se impetraram os determinantes para a formação humana, na contemporaneidade, principalmente no que tange à juventude, pelo caráter estratégico na totalidade social, sobretudo quanto à manutenção da coesão social. Tal afirmação se coaduna à sua potencialidade para lograr rupturas na ordem societária do capital, pelo elevado índice de desemprego, assim como a concentração em larga escala, quando

[7] O termo é correlato ao exame de Gramsci (2001, p. 243) sobre o americanismo, que seria a oposição à tradição e civilização europeia, por portar "uma composição demográfica racional", sem prejuízos à reprodução do capital diante da inexistente plutocracia, ou demais frações de classe improdutivas, parasitárias. A racionalização do operariado, no seio do paradigma produtivo fordista, "determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo" (GRAMSCI, 2001, p. 248), englobando as dimensões psicofísicas, jurídicas, políticas e sociais. Tomamos tal terminologia como correlata ao presente, devido ao rearranjo ético-político para o trabalhador, nos dias atuais, por meio da solidificação da pedagogia da hegemonia.

comparada aos demais segmentos demográficos, de problemas sociais de toda complexidade.

Nesse sentido, entendemos que, diante da indefinição identitária do ensino médio, ao longo dos anos (sendo concebido como meio de ingresso ao ensino superior, formação técnico-profissionalizante por parca parcela da população ou como término da educação básica e posterior inserção no mercado de trabalho em tempos de desemprego estrutural (KRAWCZYK, 2013)), se põe em prática a agenda para este nível de ensino, as finalidades formativas diante das demandas estruturais. Logo, o escopo contrarreformista, que abrange as medidas de *accountability* educacional, assim como as demandas do mercado para a formação humana, atende as premissas do movimento de recomposição burguesa, que tem como objetivo político-pedagógico a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe8 por meio da conformação ético-política à ordem do capital.

Crise orgânica do capital e o processo de recomposição burguesa: bases para a compreensão do cenário atual

A gênese da crise orgânica do capital[9] concebida entre as décadas de 1960 e 1970, devido à deflagração de um conjunto de acontecimentos decorrentes do esgotamento do regime de acumulação rígida taylorista-fordista, assim como dos

[8] "São as estratégias de caráter político-ideológico implementadas pela burguesia em busca do consenso em torno de sua concepção de mundo, condição essencial para a manutenção de sua hegemonia" (SOUZA, 2015, p. 142).

[9] Ao longo deste artigo, utilizaremos essa categoria desenvolvida por Gramsci (2000) para a análise do esgotamento processual do sistema do capital, considerando intrinsecamente suas elucidações analíticas e metodológicas para a identificação da crise da totalidade do sistema do capital, abarcando, sobretudo, a relação dialética entre a superestrutura e a estrutura. Sobre este assunto, Gramsci destacou que o cenário de crise ocorre pela ruptura do equilíbrio de forças, ou da hegemonia, originando o processo de restauração da mesma, e o início de um novo marco conjuntural com novas correlações de força: a nova sociabilidade.

pressupostos do *Welfare State*, materializou o desfecho da "idade de ouro do capitalismo". Hobsbawn (1995, p. 396) expôs a crise em sua clarividência, assim como a dimensão fenomênica do rompimento do consentimento ao projeto do capital neste processo, diante da acentuação da pobreza, nos países centrais, do capitalismo fordista, derivando nas reações sociais, no ano 1968, na escala global. Isto fora impulsionado, na ótica deste autor, pela *débâcle* do pleno emprego em decorrência da dispersão produtiva e da dissolução-fragmentação dos mercados para o incremento da mais-valia relativa e absoluta, derivando na queda do potencial de compra dos trabalhadores e levando à estagnação da produção de bens no centro hegemônico do capitalismo, assim como à progressiva inflação[10] – estagflação.

Isto se daria, segundo a análise de Mészáros (2011), pela materialização da contradição ontológico-expansionista do capital diante da queda tendencial da taxa de lucro, refletida na exposição marxiana pela estagnação da taxa de mais-valia, no cenário de intensificação da concorrência-competitividade mundial em novos patamares técnico-tecnológicos. Seu caráter essencial se expressa nas limitações derivadas do capitalismo rígido na totalidade societária, principalmente em seu paradigma organizacional do trabalho, da produção e das relações sociais e materiais para a manutenção do padrão de acumulação, que ocorreria, a partir de então, em novas bases históricas.

No entanto,

> A crise, paradoxalmente, é um elemento fundamental para o capital na medida em que gera profundos processos de reorganização produtiva, de redefinição das relações de produção, assim como de reestruturação institucional do conflito de classe. Contraditoriamente, a crise é, ao mesmo tempo, elemento de destruição e de construção do próprio sistema. Os períodos de crise são demandas condicionantes

[10] Este autor classificou tal episódio como o fim da "era de ouro do capitalismo", após a Segunda Guerra Mundial, quando imperavam, sob a hegemonia inconteste dos Estados Unidos da América, o regime de produção e consumo em massa, o Estado de Bem-Estar Social, o controle inflacionário e as taxas expansivas de crescimento.

> do desenvolvimento do capital, uma vez que são nesses momentos que se produzem as rupturas necessárias para a conservação das condições objetivas e subjetivas para a reprodução social da vida material no processo histórico (SOUZA, 2015, p. 24).

Portanto, o que, de fato, derivaria a crise orgânica do capital não seria a sua retração em si, mas os impeditivos para a continuidade da realização-geração do valor na mesma magnitude, ou sua expansão ilimitada. Com isso, de acordo com a análise bibliográfica, queremos apontar que as razões da crise seriam seu próprio modo de subsistir, a partir de então, passando a depender, de modo incisivo, do aumento da taxa de composição orgânica do capital,[11] substituindo o trabalho vivo pelo morto, derivando a intensificação desumano-predatória da exploração da força de trabalho para a manutenção da taxa de mais-valia relativa e absoluta em patamares regulares, no contexto de ampliação do exército industrial de reserva e ascensão das "novas" morfologias do trabalho. Isto ocorreu de modo normativo, como resposta à involução do lucro por meio da expansão produtiva de caráter flexível sob o ente eminentemente destrutivo, "quando tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-societais vitais" (ANTUNES, 2011, p. 11).

[11] Segundo Marx (1985), isto significa a ampliação do investimento no capital constante em oposição ao variável, impulsionando a extração da mais-valia relativa sobre o proletariado diante do incremento tecnológico, em concomitância à redução do custo do trabalho com a consecutiva redução deste. Isto, além de acarretar a impossibilidade de transmutação, em larga escala, de trabalho simples para o trabalho complexo, desfaz progressivamente o caráter ontológico do capitalismo para a continuidade de seu circuito, pois a modernização de cunho técnico-científico despende o acréscimo do valor da força de trabalho, ameaçando a taxa de mais-valia e, consecutivamente, a ampliação da superexploração e o próprio valor da mercadoria em si. Esta tendência, quando tomada pela universalidade corporativa, leva à redução conjuntural da taxa de lucro pela incapacidade do capital constante em gerar mais-valia e não valorizar o capital.

Sob este prisma, de acordo com Fontes (2009, p. 58), estamos ressaltando que a crise é, de fato, dialética e autofágica, e se situa nas bases essenciais do regime de acumulação flexível e da recomposição burguesa, pois, ao mesmo tempo em que se consolidam os meios para a expansão (i)limitada do capital, ascendem contratendências sustentadas por crises sociais cada vez mais agudas e de menor periodicidade cíclica. Portanto, a definição orgânica e ontológica da crise se situa na impossibilidade de superação da precarização da vida das classes subalternas, mesmo com medidas anticíclicas de mitigação e concertação social. Observe-se a atual composição destrutivo-endêmica do capital, que aprofunda as contradições da relação capital-trabalho para a manutenção das bases de acumulação sob um padrão cada vez mais insustentável, refletindo em sua (des)ordem de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011).[12]

As consequências desse processo demarcaram, a partir de então, não mais o caráter recessivo-expansivo[13] do sistema capitalista, de acordo com a teoria dos ciclos de Kondratieff (vide a inexistência do padrão de acumulação em patamares próximos aos

[12] O conceito deste filósofo húngaro evidencia, para além do controle social, a totalidade do *modus operandi* do capitalismo, em escala global, para materializar a reprodução do capital, envolvendo, em sua organicidade e operacionalidade, uma nova característica intrínseca à sua dimensão ontológica, que abrange todas as esferas da vida na relação capital-trabalho (formada pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado). De acordo com as teses marxistas, a noção de metabolismo social, identificado nos dias atuais, seria a materialização do capitalismo pleno cristalizado pela subsunção do trabalho ao capital, abarcando, nesse processo histórico, a mente e o corpo do homem que trabalha (ALVES, 2011, p. 8).

[13] Remontando às considerações de Braudel (1992), convergimos em sua análise sobre a crise do capitalismo, na qual o que está em curso são tréguas, pausas ou alguns dias de bonança, superados de maneira cada vez mais efêmera, e tomando, em quase todas as ocasiões, o Estado como alavanca para a recomposição conjuntural do regime de acumulação. Consecutivamente, o próprio sistema do capital vivencia uma crise sem precedentes históricos, afetando seus pilares ideológicos e, materialmente, pela primeira vez, todo o conjunto da humanidade, que, para sobreviver, empreende mecanismos complexos e contraditórios para o controle do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2011).

da "era de ouro do capitalismo" (HOBSBAWN, 1995)). Como analisado criticamente por Mandel (1982, p. 87), o que se materializaria, de modo progressivo, seria a solidificação da depressão contínua, com reajustes anticíclicos de cunho eminentemente conjuntural tendo como força motriz a dialética competitividade-espoliação[14] em escala global, e sendo suportada de modo paradoxal pelo uso político do fundo público-estatal. Isto derivaria numa das caraterísticas da reestruturação produtiva e da reforma neoliberal do Estado, que toma as premissas das vantagens locacionais e o incremento da competitividade para o rearranjo geográfico do capital, sob a lógica da intensificação da mais-valia, abarcando, entre os fatores para tal, o potencial produtivo humano (ou o capital humano).

Logo, a estratégia da burguesia para manter sua hegemonia se materializa em arranjos conjunturais para reconfigurar o regime de acumulação, trazendo à tona estratégias contraditórias para a reprodução do capital sob novas bases, combinando o método toyotista para a racionalização da gestão do trabalho, no escopo do regime de acumulação flexível, à reforma do Estado de caráter neoliberal.

> Para isso, formulações e ações concretas voltadas para a recriação da institucionalidade da ordem capitalista tornaram-se essenciais. Busca-se, então, eliminar a ideia de totalidade, estigmatizando-a; afirma-se o fragmento, o cotidiano, o mínimo; propaga-se o pós-modernismo, a "nova história" como discursos científicos, desideologizados por excelência. [...] O objetivo central dessa ofensiva do capital no mundo do trabalho e da produção, bem como dessa reconfiguração de seus mecanismos de manutenção da hegemonia, é a desregulamentação das relações de produção,

[14] O conceito de espoliação seria uma face da acumulação de capital intrínseca à financeirização. Constitui mecanismos, segundo Harvey (2004, p. 110), de volatilização dos juros, monetária e creditícia, para a destruição ou valorização de ativos correspondentes ao epicentro hegemônico. Isto gerou, ao longo das décadas de 1970-80, o período da crise da dívida externa dos países de capitalismo dependente, assim como os mecanismos de sobreacumulação de capital, em momentos de crise concorrencial-produtiva.

> a flexibilização do contrato de trabalho, a privatização das políticas sociais e a exaltação da lei do mercado como instrumento regulador da sociedade (SOUZA, 2015, p. 27-28).

Em relação à estrutura, podemos concebê-la analiticamente pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas e das relações sociais de produção, encadeadas a um determinado patamar técnico, social, cultural, ético-político, ideológico e tecnológico. Sinteticamente, o mesmo é considerado, de acordo com a análise marxista, como a base para a reprodução do capital e das relações sociais de produção (KOSIK, 1976).

Com base nos estudos da sociologia do trabalho, podemos afirmar, num primeiro momento, que essa mutação estrutural materializou a intensificação dialética da força destrutiva da sociabilidade moderna, devido à combinação do processo de desindustrialização, desemprego estrutural, intensificação da precariedade do trabalho, desregulamentação de direitos trabalhistas e flexibilização das relações de trabalho, em consequência do incremento científico e tecnológico, ao longo das últimas décadas. Fatos estes que, no presente, podemos conceber pelas novas formas de flexibilização do trabalho, como o processo denominado de "uberização", medidas intrínsecas ao *zero hour contract* (ANTUNES, 2017), assim como o conteúdo da reforma trabalhista do governo Michel Temer.

Para Mészáros (2011), a intensificação do investimento em trabalho morto, em contraposição ao vivo, gerou a plenitude da mercadorização humana pelo incremento significativo da mão de obra desempregada. Além disso, se sobrepõe, como nunca antes fora concebido, o imperativo fetichizado do valor de troca em contraposição ao valor de uso, de modo expansivo, em escala mundial. Tais transformações se colocam na agenda programática do capital para conservar suas bases de acumulação em novo prisma, permeada pela acumulação flexível[15] em escala mundial

[15] Para Harvey (1993), nesse processo, o capital amplia sua atuação diante das mutações tecnológicas, categorizadas como compressão

(HARVEY, 1993), indissociável da mundialização financeira do capital (CHESNAIS, 1996).

Entretanto, o principal elemento para o desenvolvimento do presente estudo reside nos impactos das transformações estruturais para a formação humana, na contemporaneidade, por meio do salto dos imperativos deste estágio produtivo sobre a classe trabalhadora. Isto porque sua ofensiva estaria na capacidade de transformação das relações sociais de produção sob a égide da flexibilização, que alcança principalmente o "chão de fábrica" por meio do "envolvimento cooptado" (ANTUNES, 2011). Propagada sob o discurso da multiplicidade funcional do trabalho, da flexibilidade e da empregabilidade, a racionalização da gestão do trabalho impõe ao trabalhador novos imperativos, objetivando sua maleabilidade ao processo produtivo e cedendo às mudanças de acordo com as demandas circunstanciais do capital.

> Isso só foi possível devido à sua capacidade de capturar a subjetividade operária, inaugurando um novo patamar da subsunção do trabalho ao capital, e devido à reconfiguração das condições superestruturais do cotidiano social, caracterizada pelas alterações significativas dos mecanismos de mediação do conflito de classe, permeada pela ideologia do Estado Mínimo e pautada nas estratégias de persuasão em detrimento das de coerção (SOUZA, 2012, p. 5).

No âmbito superestrutural, compreendido como unidade orgânica indissociável da estrutura para a solidificação das bases da recomposição burguesa, frações da burguesia passam a materializar, por vias políticas, culturais e ideológicas no seio da sociedade civil, a solidificação do consenso-consentimento ativo e passivo ao projeto do capital (GRAMSCI, 2000). Isto se materializou com a reificação da ideologia neoliberal no epicentro

---

espaço-temporal, intensificando tanto o seu escopo de atuação no espaço, quanto no tempo. O mesmo permite a ampliação geográfica da "margem de manobra" em todo o circuito produtivo, tanto por meio da atuação empresarial por redes e na cronologia instantânea e interminável do mercado financeiro, quanto na intensificação do mercado de trabalho, por incorporar trabalhadores precários de todo o mundo.

hegemônico do capitalismo, ao longo da década de 1970, sendo ratificada após 1979, com a ascensão de Margareth Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido, e com a eleição de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos da América. Este rearranjo se assentou nos pressupostos políticos originados da Sociedade de Mont Pèlerin,[16] engendrados pela teoria econômica neoclássica, com contribuições teóricas das Escolas Austríaca e de Chicago.

Sob tal égide, deflagrou-se a *redefinição* do papel do Estado, após a progressiva supressão do *Welfare State*,[17] por meio da apologia ideológica do Estado-Mínimo, da racionalização dos investimentos sociais, da privatização dos serviços estatais e, principalmente, na reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe em sua atuação como intermediário na relação capital-trabalho. Para atender a demanda do regime de acumulação flexível, assim como a intensificação da competitividade econômica, o Estado passou a basear-se nos pressupostos teórico e político da administração privada, categorizada como "nova gestão pública" (NGP), que consolidou este processo por meio dos desígnios do gerencialismo, assim ratificando, funcional e ideologicamente, as teses do propagado *Estado eficiente*. Logo, o mote que sustentará o processo reformista

[16] Esta seria "uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre das regras para o futuro" (ANDERSON, 1995, p. 10). Sua gênese pode ser demarcada após a publicação da primeira edição do livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, no ano de 1944. Contudo, diante do contexto de ascensão do Estado de Bem-Estar Social europeu, e do *New Deal* norte-americano, evidenciou-se o recuo político das teses neoliberais, que passaram, por meio dos encontros bianuais, a partir de 1947, a estabelecer premissas teóricas contrárias ao intervencionismo estatal na economia.

[17] "Se acrescenta um discurso ideológico auto-incriminatório que iguala tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a "iniciativa privada" aparece sublimada como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade" (BORÓN, 1995, p. 78).

> Aponta que a competitividade internacional forçou o Estado a se tornar mais empreendedor, procurando manter um clima mais favorável aos negócios, uma vez que os movimentos sociais e a classe trabalhadora organizada precisavam ser contidas (RIBEIRO, SOUZA, 2010, p. 39).

Entretanto, diante do desgaste do modelo neoliberal ortodoxo, durante as décadas de 1980-1990 (vide a acentuação da pobreza em todos os blocos regionais, a reascensão dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, assim como problemas socioeconômicos de toda ordem), a reestruturação do Estado neoliberal passou a se balizar sob os pressupostos ideológicos da Terceira Via,[18] indissociável das premissas do gerencialismo. No caso brasileiro, este processo se materializou após a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), no ano de 1995, capitaneado pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

> As classes dominantes, a partir das agências multilaterais de investimento e governança global e dos seus *think thanks*, reconheceram o tímido avanço das forças opositoras e começaram a construção de uma ideologia reformista-instauradora sob uma base teórica conservadora. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com queda dos

[18] Segundo Martins e Neves (2015, p. 19), a mediação de Terceira Via consiste na estratégia da ofensiva neoliberal em difundir, por meio de novas ideias, ideais e práticas determinantes para a consolidação da hegemonia burguesa, após o desgaste social do modelo neoliberal ortodoxo. No caso brasileiro, esta etapa pode ser demarcada após o governo Fernando Henrique Cardoso, que implementou, no âmbito das políticas educacionais, elementos políticos no corpo das práticas pedagógico-curriculares, por meio da disseminação de imperativos éticos (como sustentabilidade, empreendedorismo, cidadania ativa etc.), assim como na gestão programática, diante da ampliação da participação da sociedade civil na oferta educacional. Tal projeto se originou com as contribuições teóricas de Anthony Giddens (1999), e, no Brasil, se aprofundou após a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), objetivando a construção de um modelo político que transcendesse a socialdemocracia e o neoliberalismo, e redefinindo tanto os valores sociais quanto a relação entre o Estado e a sociedade civil.

> padrões de vida dos trabalhadores causada pelo neoliberalismo; elas foram, antes de tudo, uma reação conservadora às crises financeiras e econômicas e ao despertar político das classes subalternas, inflamadas pelas mobilizações internacionais e, principalmente, pela situação material de suas vidas, marcadas pelo crescimento da pauperização absoluta e relativa (CASTELO, 2013, p. 273).

Tais mutações mantêm a marca da manutenção da apologia do Estado mínimo, sob o pressuposto da eficiência da "máquina pública", considerando então: o protagonismo social e sua efetivação para o controle do mesmo escopo; a racionalização, sob o discurso da eficiência dos gastos públicos com políticas sociais; a publicização e descentralização executiva das atividades exclusivas do Estado; o incentivo às parcerias público-privadas e a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes ante a redefinição dos imperativos éticos do capital, projetados agora por uma pretensa "face mais humana".

A lógica da eficiência reestruturaria, segundo os intelectuais orgânicos do capital engajados na elaboração do Plano Diretor do MARE (BRASIL, 1995), a relação entre o Estado e a sociedade civil. Neste aspecto, o cidadão seria então concebido como cliente privilegiado, denotando uma metáfora explícita dos conceitos oriundos do discurso empresarial. Assim, de acordo com esta lógica, acreditava-se que as ações públicas adquiririam maior eficácia, por meio da refuncionalização do Estado como ente regulador das políticas sociais, centrado na apologia da eficiência, justificando suas ações por meio da meritocracia, da responsabilização por resultados e da competição administrada (BRESSER-PEREIRA, 1996).

> É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de "gerencial", baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna "cliente privilegiado" dos serviços prestados pelo Estado (BRASIL, 1995, p. 7).

Sob tal ótica, pensava-se perpetrar maior eficiência, controle e flexibilidade às políticas públicas em sua totalidade. No caso da educação, não podemos mencionar que tenha ocorrido uma reforma literalmente convergente às transformações ensejadas pelo MARE. Mas seus impactos foram significativos para o reordenamento dos sistemas de ensino no país, com divergências e conflitos no campo do ensino superior em relação à estabilidade dos servidores públicos, e para a publicização-privatização do ensino em todos os níveis. Entretanto, grosso modo, os pressupostos do gerencialismo podem ser verificados na criação dos mecanismos de controle e ranqueamento, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), de modo convergente às mutações em curso, nos dias atuais.

> Para tanto, repõe-se o tecnicismo pedagógico em novas bases – francamente sustentadas pelo fetiche tecnológico –, atrelado às demandas do ajuste estrutural da economia e com o uso em larga escala da EaD [educação à distância]. Os resultados desses exames também são cinicamente utilizados para convencer a população de que a educação pública é de má qualidade exatamente porque os professores não se responsabilizam pelos resultados de seu trabalho e, ainda, em decorrência do fato de que a escola pública, como todos os níveis do Estado, padece do mal crônico da gestão incompetente, uma das raízes axiais que determinariam os baixos índices de avaliação das escolas públicas. O neogerencialismo que invadiu o Estado e a escola abre caminho para a intervenção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, supostamente portadores da varinha de condão cujo toque conduzirá a educação à *boa qualidade*, afinal, os empresários sabem buscar resultados! (EVANGELISTA, LEHER, 2012, p. 13, grifo dos autores).

Contudo, os impactos das contrarreformas no campo superestrutural para a educação vão cimentar as estratégias para o consentimento ao projeto político da recomposição burguesa, alçadas principalmente no discurso da crise da educação pública.

Tal estratagema se enquadra na análise de Neves (2005) acerca da consolidação da nova pedagogia da hegemonia. Isto por consolidar a educação para o desemprego, principalmente pela repolitização dos filhos da classe trabalhadora e por meio da apologia da empregabilidade, fortalecendo elementos indissociáveis da nova cultura cívica[19] e a despolitização da política.

> Essa educação vem sendo propagada por diferentes meios, mas a escola continua sendo o espaço privilegiado para a conformação ético-política do *novo homem*, de acordo com os princípios hegemônicos. O *novo homem*, nessa visão de mundo, deve: sentir-se responsável individualmente pela amenização de uma parte da miséria do planeta e pela preservação do meio ambiente; estar preparado para doar uma parcela do seu tempo livre para atividades voluntárias nessa direção; exigir do Estado em senso estrito transparência e comprometimento com as questões sociais, mas não deve jamais questionar a essência do capitalismo. À escola, portanto, é transmitida a tarefa de ensinar as futuras gerações a exercer uma cidadania de *qualidade nova*, a partir da qual o espírito de competitividade seja desenvolvido em paralelo ao espírito de solidariedade, por intermédio do abandono da perspectiva de classe e da execução de tarefas de caráter tópico na amenização da miséria em nível local (NEVES, 2005, p. 211, grifos do autor).

Os impactos da recomposição burguesa sobre a formação humana: a reforma do ensino médio e a BNCC diante das finalidades formativas hegemônicas

Na presente exposição, defendemos que as bases para o conjunto de contrarreformas – que, atualmente, toma a juventude como epicentro estratégico na projeção das políticas educacionais na totalidade da educação básica – têm como pilar os

[19] Isso é nítido nas orientações gerais do programa: "No desenvolvimento dessa dimensão curricular, os jovens aprendem a avaliar o alcance de suas ações, as formas de encaminhamento das demandas dos cidadãos/grupos sociais e os meios de resposta possíveis, sendo levados a compreender a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário e tudo que isso pode representar em termos de aprendizado e desenvolvimento de competências e habilidades, visando à participação social e ao exercício da cidadania" (SALGADO, 2012, p. 41).

determinantes sócio-históricos para a formação do "homem de novo tipo", no contexto de intensificação da precariedade do trabalho, assim como a desestruturação do consentimento ativo ao projeto hegemônico. Sob tais princípios, a ofensiva do bloco no poder passa a condicionar, para o segmento demográfico em questão, a reestruturação dos mecanismos ético-políticos e pedagógicos de modo inexorável aos determinantes do capital.

Essa condição programática para a manutenção da coesão social, que, na atualidade, de modo abrupto e autoritário, se coloca na agenda para o último nível de ensino da educação básica, se sustenta em distintas questões, que tomaremos sinteticamente em três momentos. A primeira se refere à dimensão econômica. De acordo com os dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), para o mês de fevereiro do ano de 2016, 4,4% da população das regiões metropolitanas do Brasil encontravam-se desocupados, em comparação aos 3,2% do ano anterior. Nesta totalidade, 12,6% encontravam-se sem carteira de trabalho assinada, 20% trabalhando por conta própria, e 7,4% da população não economicamente ativa estavam dispostos para o trabalho. Em nosso caso, queremos ressaltar que 18,4% da massa de desempregados encontram-se no segmento demográfico jovem, contra 12,6%, no ano anterior (lembramos que este dado se remete apenas aos jovens que estão buscando emprego). Além disso, neste segmento demográfico, 86% se concentram na faixa de rendimentos entre um e dois salários-mínimos.

A segunda característica salutar para este estudo, que alude aos dilemas sociais da população jovem, advém da pesquisa realizada por Souza (2011, p. 17-18), que, por meio dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstrou que o setor demográfico discriminado é o que apresenta a maior proporção entre aidéticos (30%), e o perfil etário entre 18 e 24 anos concentra o massivo quantitativo de pessoas viciadas em álcool e criminosos de todo o tipo, assim como vulneráveis a ações

criminosas, com maior incidência sobre a população pobre, residente em espaços periféricos e negra.

O terceiro elemento, como consequência da condição socioeconômica juvenil no Brasil, se refere à redefinição da focalização das políticas educacionais para o segmento jovem, a partir do ano 2000, depois dos sucessivos fracassos na tentativa de prevenção do delito e enfrentamento da pobreza. Segundo Spósito e Carrano (2003, p. 18-19), a premissa programática para a juventude se condicionaria, a partir de então, à sua inserção no mercado de trabalho. Tais princípios estão imersos no paradoxo da adequação maleável deste segmento demográfico no regime de acumulação flexível, que se reflete nas medidas de integração do ensino médio à educação profissional, assim como a educação de jovens e adultos sobre a mesma perspectiva.

> Neste contexto, as políticas públicas de qualificação profissional para a população jovem se inserem no conjunto de políticas de conformação das camadas subalternas com a finalidade de mediar os conflitos de classe e manter a hegemonia do projeto neoliberal. Mais precisamente, tais políticas carregam em si uma pedagogia que inculca, nos sujeitos por ela atendidos, uma espécie de conformação ética e moral que os tornam sujeitos ativos na construção do consenso em torno do projeto dominante de sociedade. A este fenômeno chamamos de pedagogia da hegemonia (SOUZA, 2011, p. 20).

Sobre o ensino médio, de acordo com Oliveira (2016), Nosella (2015) e Krawczyk (2011), devemos ressaltar que, ao longo do tempo, de fato, não ocorreu uma definição de sua identidade, sendo este compreendido como um período de transição para o ensino superior, por parca parcela demográfica, ou como conclusão da educação básica e, sucessivamente, como ingresso ao mercado de trabalho, ou como a formação profissional para o trabalho simples ou geração de renda. Ao mesmo tempo, em decorrência da política setorialista do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que, sob a "cultura do mínimo" (ALGEBAILE, 2012), objetivou a expansão do ensino fundamental, ressaltamos que, para além da indefinição identitária, o ensino médio ainda sofria

com graves problemas de acesso e permanência, intrínsecos à disputa da qualidade da educação oferecida e à expansão tardia pressionada pelas mutações sociais, econômicas e culturais, no término do século XX.

Logo, para tratarmos da educação básica voltada à juventude, assim como para examinarmos os impactos das contrarreformas nos dias atuais, devemos considerar, diante de todas as estratégias para a obtenção do consenso na sociedade civil, que o término da educação básica se coloca de modo estratégico sob a ótica do capital, como o princípio para o desenvolvimento do país ou como política econômica. Em nosso exame, de acordo com Nosella (2015), entendemos que este escopo discursivo tende a ganhar força, nos dias presentes, pela potencialidade de a juventude se transformar na linha tênue da sociedade de classes no Brasil, observando-se a forma em que se consolidaram as políticas educacionais para este segmento sociológico-demográfico, desde as estratégias do elitismo oligárquico (que impulsionou as medidas para a educação como assistencialismo calcado na dualidade estrutural), o projeto nacional-desenvolvimentista e sua necessidade para a formação da mentalidade média do povo, e a recomposição da inclusão excludente (KUENZER, 2017).

Na atualidade, segundo Oliveira (2016), a reestruturação do ensino médio se limita, no primeiro momento, às políticas de acesso e permanência. Segundo os dados do Censo Escolar de 2015 (INEP, 2015), 932 mil adolescentes deixaram os estudos, sendo o ensino médio o nível de ensino que contabilizou a maior redução do número de matrículas, neste mesmo ano, com a soma de 2,7% do alunado, decrescendo de 8,3 para 8,1 milhões de estudantes.

Estes dados salientam a insuficiência das políticas públicas para a ampliação do acesso da juventude à escola, principalmente quando analisamos a terceira meta do atual PNE, que tem como objetivo a universalização, até o ano de 2016, da oferta de escolarização para a população entre 15 e 17 anos (que,

nos dias atuais, não alcançou 85%), assim como a elevação da taxa líquida de matrículas para 85%, partindo dos 62,5%, no ano de 2015 (INEP, 2015). Isto se agrava ao contabilizarmos, na mesma base de dados, que, apesar da ampliação do índice de fluxo escolar, o ensino médio é o nível de ensino de maior distorção idade-série (28% dos estudantes). Acrescemos a estes dados apresentados os três milhões de estudantes na idade regular fora da escola, assim como 52% dos adolescentes, no segmento demográfico discriminado, que ainda não concluíram o ensino fundamental.

Portanto, os dados apresentados, além de identificarem a expansão limitada do ensino médio, engrossam o discurso sobre a crise da educação pública, interferindo sobre a ineficácia da gestão, assim como dos mecanismos didático-pedagógicos20 que produzem, cada vez mais, uma escola que tem como marca social (GRAMSCI, 2001) o interesse no trabalho alienado. Isto fez com que os instrumentos jurídicos-legais impulsionassem a obrigatoriedade da escolarização jovem (vide a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009), assim como a revisão dos mecanismos de financiamento, após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

[20] As prerrogativas para a superação desse cenário se assentam principalmente na "pedagogia do sucesso" (corrente capitaneada, no Brasil, pelos intelectuais orgânicos do capital, como Castro (1994), Birzea e Adão (1984), entre outros). Para estes intelectuais, a cultura da repetência, na escola básica, seria um grande entrave para o desenvolvimento socioeconômico do país, consecutivamente ampliando a evasão escolar, devido sobretudo ao despreparo dos profissionais da educação diante das complexidades da aprendizagem. Eles apontam, para a superação deste empecilho, a inclusão de técnicas didático-pedagógicas, bem como a revisão dos procedimentos avaliativos. Mais tarde, esta corrente sustentaria o discurso acerca da utilização das tecnologias educacionais, assim como o pilar paradigmático das fundações e programas para a aceleração da aprendizagem (como o programa Acelera Brasil). Mesmo que admitam a desvalorização docente, em nenhum momento, acenam para políticas de melhoria material destes, e apenas ratificam que a crise da relação ensino-aprendizagem estaria no escopo pedagógico.

Concomitante às prescrições para a expansão da oferta, o prisma das intencionalidades formativas se recondicionam no bojo da "sociedade do conhecimento" (DRUCKER, 1993), cristalizando a instrumentalização da finalidade da escola como variável econômica, no contexto da composição orgânica do capital, que produz dialeticamente a desprofissionalização sob a ideologia da empregabilidade. Nesse sentido, o impulso para a formação dos jovens em novas bases ocorre por meio das competências e habilidades, instrumentalizando o currículo para o recrudescimento da Teoria do Capital Humano.

Dessa forma, impulsionados pela ideologia desenvolvimentista neoliberal, que toma a educação como referencial para o incremento econômico variável, ocorre, de modo progressivo, o recrudescimento da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973), no bojo da sociedade do conhecimento (DRUCKER, 1993). Segundo Frigotto (2010) e Santos (2006), esta concepção teórica, política, cultural e ideológica, está estruturada no acréscimo marginal de instrução e educação que corresponderia à ampliação da capacidade produtiva. Assim, ideológica e pragmaticamente, esta tese se sustenta pela necessária educação pautada na instrução dos estudantes, que, além de potencializar e gerar mais valor às mercadorias, produziria a superação da desigualdade social e da pobreza, e, consecutivamente, promoveria a mobilidade social, ratificando a visão burguesa de homem, de sociedade e das relações de produção.

> A questão das desigualdades sociais, dos antagonismos de classes, o conflito capital-trabalho seriam superados, por um processo meritocrático. Mascara-se, como vimos, o caráter orgânico da acumulação, concentração e centralização do capital e a própria luta de classes, na medida em que se nivela, sob a categoria de capital, a capacidade de trabalho dos indivíduos "potenciada" com educação ou treinamento, ao capital físico, ou seja, a força de trabalho se apresenta como uma mercadoria – um capital do mesmo valor que o capital físico (FRIGOTTO, 2010, p. 145).

As transformações das políticas curriculares estão intrínsecas às finalidades formativas do capital, que abarcam, de modo irrefutável, o objeto da presente análise, assim como os determinantes da ofensiva neoliberal sobre o ensino de geografia. Sobre isso, realizaremos três considerações. A primeira se coaduna à análise de Kuenzer (2017) sobre a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. Esta autora, que categoriza tais premissas como "pedagogia flexível", ressalta que o caráter multifuncional, como objetivado nas prescrições curriculares atuais, reside na intencional indefinição terminológica, conjugado aos princípios para os ataques direcionados à rigidez curricular, entendendo a disciplina em seu âmbito clássico, como reprodutora do controle e da coerção objetiva e subjetiva.

Para a superação do paradigma disciplinar-curricular rígido, se implementou uma série de medidas para a flexibilização da aprendizagem, por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Além das intenções da ampliação da carga horária (muito bem quistas pelo setor empresarial), fragmentou-se o ensino médio em itinerários formativos: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e Formação Técnica e Profissional. Tais itinerários seriam estruturados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considerando-se o contexto local, assim como as possibilidades do sistema de ensino, estando estas sob a responsabilidade dos estados no contexto de crise fiscal e de redução do fundo público para as políticas sociais, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Logo, apontamos a hipótese de que os itinerários formativos, além de romperem com a integralidade do conhecimento e sua dimensão propedêutica, estão literalmente limitados pela insuficiência financeira, o que resultará na precarização da oferta, assim como na otimização dos professores para a contemplação prescritiva.

Sobre a formação técnica e profissional, o que se tem em comum é a retomada do Decreto nº 2.208, de 17 e abril de 1997, diante da formação por módulos e créditos em cursos presenciais ou à distância, e sendo as competências comprovadas por meio do *fetiche* da prática. Em relação aos docentes, o impacto da reforma do ensino médio se observa na Resolução nº 2, de primeiro de julho de 2015, que, além de ressaltar o pragmatismo de cunho neotecnicista no âmbito da formação inicial e continuada, impulsiona, de modo explícito, a segunda graduação no magistério e a flexibilização de sua atuação, realocando progressivamente o seu papel como facilitador da aprendizagem, por meio da instrumentalização de modelos pedagógicos prontos, como no caso da Prefeitura do Rio de Janeiro com o projeto Educopédia.

Nesse sentido, nos dias atuais, as políticas pedagógico-curriculares, ancoradas no paradigma flexível, se sustentam na crítica enfadonha ao conteudismo e à disciplinarização, denotando, de modo demagógico, o potencial do aluno crítico-autônomo. Entendendo a flexibilização curricular como um quadro conceitual mais amplo, que tem em seu bojo a aprendizagem flexível se estruturando na apologia das metodologias inovadoras, no incremento da competitividade, no destaque à autonomia do aluno e nas comunicações de aprendizagem em rede por meio da solução de problemas pela premissa do aprender a aprender, como objetivou o Relatório Delors (UNESCO, 1996), Kuenzer (2017, pp. 337-351) evidenciou que estes princípios geram impactos significativos tanto na redefinição identitária docente – sob a égide das necessidades de aprendizagem cada vez mais deslocadas da relação ensino-aprendizagem – e sua desprofissionalização como mediador-tutor das tecnologias de informação e comunicação (TICs), quanto no recondicionamento formativo dos estudantes.

> Daí o caráter "flexível" da força de trabalho: importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe

> subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, a instabilidade, a fluidez. O discurso da necessidade de elevação dos níveis de conhecimento e da capacidade de trabalhar intelectualmente, quando adequadamente analisado a partir da lógica da acumulação flexível, mostra seu caráter concreto: a necessidade de ter disponível para consumo, nas cadeias produtivas, força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas que, combinadas em células, equipes, ou mesmo linhas, atendendo a diferentes formas de contratação, subcontratação e outros acordos precários, assegurem os níveis desejados de produtividade, por meio de processos de extração de mais-valia que combinam as dimensões relativa e absoluta (KUENZER, 2017, p. 341).

Sobre os estudantes, esse prisma atuaria na formação do trabalhador flexível, que, de modo dialético, se opõe às demandas e ações do mercado, tanto por não existir ocupação previamente flexível, quanto pela capacitação exercida no local de trabalho. Logo, o que está em jogo é a sua adaptabilidade para o incremento da extração de mais-valia.

No segundo momento, entendemos que a ofensiva sobre o ensino médio combina a articulação entre currículo e avaliação, tendo como foco o recondicionamento flexível da prática docente e o incremento da regulação da sua atuação. Ou seja, para além da formação dos estudantes assentada no princípio do mercado, observamos a recomposição dos propósitos da escola de acordo com os determinantes políticos globais, como afirmaram Lopes e López (2010). Sua materialização estaria demarcada por meio de cinco princípios: a produtividade da escola; o foco em resultados; o currículo centrado na avaliação e no desempenho; o custo mínimo e a ampliação da comunidade para o controle social da escola. Isto, para as autoras citadas, daria origem à cultura da performatividade.

> Em torno da ideia da eficiência e da maximização de resultados que a radicalidade do processo contínuo do aprender resulta, podemos assinalar a adoção de soluções de mercado visando a favorecer a emersão e o fortalecimento da cultura centrada na performatividade. O extravasamento de determinado ideário do campo da economia para outras esferas da vida social resulta, em especial no que se refere à

> educação, na mercantilização e na objetivação do processo de ensinar-aprender e favorece sua associação à avaliação como meio de aferir o sucesso da aprendizagem. Essa tríade aprender-ensinar-avaliar apresenta, cada vez mais, uma relação de interdependência (LOPES, LÓPEZ, 2010, p. 86-87).

A cultura da performatividade é convergente às teses do gerencialismo por predispor, para os objetivos formativos, a responsabilização, a competição, o ranqueamento escolar e os princípios do controle de qualidade diante dos resultados. Esta nova "economia moral", calcada na relação indissociável entre desempenho-qualidade, produz o esvaziamento do currículo para o incremento do valor de troca do conhecimento e consolida, de modo concomitante, o esvaziamento cognitivo, assim como a primazia sobre o "conhecimento útil", o que produz a atual encruzilhada para a geografia escolar atual e sua exclusão de parte do ensino médio.

Destarte, o que essas pesquisadoras afirmaram seria a centralidade das avaliações externas em múltiplas escalas para o condicionamento da educação sobre o arcabouço gerencial e sua defesa como "qualidade da educação". Esta transforma, de modo sintomático, como concebido no documento Pátria Educadora (BRASIL, 2015), a valorização do indivíduo por meio da internalização da avaliação como elemento autorregulador, da consolidação das competências e da produção dos indicadores da educação no conjunto de medidas de *accountability* educacional.

Com isso, o que estamos propondo, para este momento de nossa análise, é a transformação das diretrizes pedagógicas para o foco na aprendizagem, conforme refletido nas prescrições curriculares, que são oriundas dos determinantes da ofensiva neoliberal, vide a argumentação dos contrarreformistas acerca do desempenho dos estudantes do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o pior entre os demais níveis de ensino no Brasil, nos dias atuais. Tanto que este índice, como analisado aqui, não abarca somente o desempenho

nas avaliações externas, mas o fluxo escolar, atendendo, de modo profícuo, o direcionamento político no contexto de imputação das medidas gerenciais para a escola e descartando os condicionantes socioeconômicos, geográficos e estruturais em que a relação ensino-aprendizagem ocorre. Para Schneider e Nardi,

> O índice constitui-se a partir de indicadores que visam, predominantemente, ao exercício de prestação de contas e de controle por parte do Estado. Serve, por iniciativa do mercado e dos *media*, como importante ferramenta na produção de rankings das escolas públicas. Por essas razões é que julgamos que a política em que se inscreve o IDEB, nas condições postas, não avança em relação às concepções de *accountability* que possam ser articuladas com uma política educacional de qualidade. Predomina, no modelo implantado, certa incongruência entre a avaliação que pretende aferir a qualidade da educação básica e a constituição de um sistema amplo, complexo e integrado de avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ainda que a avaliação preceda a etapa da responsabilização, ela coloca em causa apenas o desempenho dos estudantes e das escolas, excluindo outros fatores que intervêm nas condições de qualidade (SCHNEIDER, NARDI, 2014, p. 23, grifos do autor).

Portanto, as políticas curriculares, que influem na prática cotidiana docente e no ensino de geografia, se entrecruzam nos determinantes da reforma gerencial do Estado e suas ações para o incremento do regime de acumulação flexível nos princípios do desenvolvimento desigual e combinado, espelhados tanto na refuncionalização do conhecimento, quanto na gestão da escola. Esta ofensiva se sustenta também na despolitização do ensino como reflexo da "gestão de qualidade total", que se apresenta como mais técnica e menos ideológica, sustentando a sobrevalorização didática em contraposição aos princípios filosóficos, e categorizada estrategicamente como padrão global.[21]

[21] "A reestruturação educativa conservadora é um movimento desigual e combinado que tem conseguido impor sua agenda ideológica e educacional em todos os cantos do mundo. Isso tem tido expressão local e global e significa que a aliança conservadora tem tentado conectar seus interesses globais com diferentes contextos locais. Na verdade, tem sido uma forma de imposição da cultura capitalista e ocidental. Mesmo

Isto representa, para além das intenções concebidas como endógenas, um projeto claro de regulação supranacional inspirado nas teses políticas e econômicas neoliberais. Segundo Afonso (2001), isto se materializaria por meio dos determinantes internacionais para a refuncionalização do Estado como regulador-avaliador, incrementando na totalidade societária, sob a premissa da competitividade internacional, o *ethos* competitivo da *estandardização* da educação por meio da racionalidade instrumental.

Por fim, a terceira característica que propomos para o exame dos determinantes do capital para o ensino de geografia reside na forma como as contrarreformas estão se consolidando. Estas ocorrem no contexto de explicitação do aprofundamento das contradições ético-políticas do capital, assim como em seu pensamento e nos princípios balizadores de sua moral, ascendendo como consequência o neoconservadorismo, que se reitera nos princípios políticos em que a reforma do ensino médio se realiza.

> Partimos do pressuposto de que essa "reforma" imprime, sem reservas ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização – fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador –, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do ensino médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais (MOTTA, FRIGOTTO, 2017, p. 357).

Sobre um discurso a-histórico e a-tópico, e tomando a juventude como ente abstrato, o consenso sobre as necessidades da transformação do ensino médio ocorre como forma de "escamotear" o caráter dualista da educação brasileira e de administrar, de

---

admitindo-se que existam características peculiares e locais, as características centrais da reforma conservadora em educação apresentam fundamentos similares, os quais eu identifico como padrões globais" (HYPÓLITO, 2008, p. 76).

modo precário, a questão social por meio da apologia da equidade. Isto ocorre pelo entendimento do Ministério da Educação para este nível de ensino, fincado como causa puramente econômica, vide a relevância oferecida à educação profissional e suas bases nos princípios da qualidade voltadas para o mundo do mercado. Relevando a educação como política econômica, calcada nas premissas das vantagens competitivas, não se considera a base econômica na qual o país se consolidou historicamente.

Considerando que aproximadamente 60% da mão de obra se encontram no setor de serviços, que demanda trabalho de baixa qualificação e detém baixo rendimento (sendo parte considerável deste percentual estabelecida no setor informal, como reflexo da base histórico-econômica da população brasileira nos setores de baixo valor tecnológico agregado e como consequência do capitalismo dependente), ocorre, de modo profícuo, a inversão da responsabilização social sobre a educação, que toma ares demagógicos. Pois, além destas informações descritas, acrescemos o direcionamento sob a ideologia da "educação ao longo da vida" e da empregabilidade, bem como o incentivo à qualificação para o trabalho simples, logrando ao trabalhador sua responsabilização para a reprodução social e material, por meio do deslocamento das bases estruturantes de seu condicionamento subalterno.

Contudo, o que buscamos ressaltar, neste terceiro momento, é que o conjunto de contrarreformas atende à agenda do Banco Mundial para a educação (PEREIRA, 2010), por meio da reorientação do papel da escola como espaço redentor para a redução das desigualdades, deslocando o *modus operandi* do capitalismo dependente, assim como o foco nas pessoas pobres vulneráveis por meio de ações globais para a educação. Mas o que, de fato, se realiza são os mecanismos de incremento ao paradigma da qualidade-eficiência, estruturando-se pelas habilidades, competências e, principalmente, pela sobrevalorização do empreendedorismo-empregabilidade. De modo convergente à análise de Motta e Frigotto (2017), pensamos que o que realmente

está em jogo são princípios, alocados na escola, para a administração da questão social por meio da mitigação da vulnerabilidade, da reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes para a manutenção da coesão social e da administração da pobreza, e, sobretudo, para garantir o mínimo de seguridade social, como já salientavam os intelectuais de Mont Pèlerin.

> A escola, eliminando a ignorância, contribui para o ajustamento da criança, do jovem, transformando-o no cidadão útil de amanhã. O discurso ideológico conservador é centrado em valores morais como religiosidade, caráter e bons sentimentos, e, ainda, em abstrações como o bem comum, interesse da sociedade, formação do cidadão etc. A educação assume, nessa linha, um papel messiânico, porque dá combate à grande ameaça contra a estabilidade e a ordem social (ROSSI, 1978, p. 25).

Considerações finais

Antes de pensarmos a *geografia que se ensina*, provocamos a reflexão sobre o papel do conhecimento para o jovem, assim como o condicionamento político para a sua efetivação. E, diante do discurso sobre a necessidade de esvaziamento do currículo e dos dados sobre o fracasso escolar atrelados à responsabilização docente, combinado à transformação da escola para que esta seja mais atraente ao aluno, acreditamos que se reproduzam "cortinas de fumaça" sobre os reais anseios populares para a educação básica. Portanto, entender as políticas curriculares e a reforma do ensino médio nos faz refletir sobre o contexto social, político e econômico em que as mutações se instituem.

Em todo contexto de crise – que, nos dias presentes e em momentos históricos pretéritos, se instrumentaliza pela experiência orgânica do sociometabolismo da barbárie (ALVES, 2011) –, se desvelam projetos para a gestão da escola. Na atualidade, as medidas do capital ante o fracasso do ensino básico se assentam nas mesmas premissas históricas, tendo o Estado

como protagonista do processo, que impacta de toda forma o seu papel como indutor do desenvolvimento econômico sob a égide e a ótica neoliberais. A resposta, no caso brasileiro, se reflete nas transformações em curso e, principalmente, na reforma do currículo por meio da tradicional seletividade, cabendo nesta a personalização ao cotidiano com menos peso do conteúdo e maior valorização dos tópicos, ou a leitura oca acerca da interdisciplinaridade sem se considerarem os avanços científicos para a transposição didática. Logo, o currículo e a estruturação da formação no ensino médio por eixos itinerários são tomados como centro da motivação escolar e ente indissociável do desenvolvimento econômico.

No entanto, convergimos com as teses de Young (2011), primeiro, por não acreditarmos que seja o currículo o motivador da escola, e, sim, a relação entre os profissionais da educação e os estudantes, indissociável da pedagogia que se estabelece para a produção do conhecimento – logo, currículo motivador não existe. Nossa segunda convergência com Young (2011) decorre da importância da valorização do professor como intelectual orgânico, tendo como principal vicissitude instrumentalizar o currículo de modo autônomo e, em nosso caso, por meio dos conceitos geográficos para a concepção crítica do real-concreto orientador da práxis espacial. Isto tendo em vista, criticamente, o papel do currículo como elemento indispensável para a instrumentalização da educação sob os pilares economicistas, e avaliado para corresponder à responsabilização docente – logo, em disputa. Por fim, a defesa da disciplina sob nossa proposição deve ser concebida no âmbito do currículo por engajamento, entendendo-o como

> [...] entidades históricas dinâmicas que mudam com o tempo, em parte por desenvolvimento interno graças aos especialistas, em parte por pressões políticas externas e outras pressões. Em contraste com a visão tradicional de disciplinas, elas não são vistas como parte de algum cânone fixo definido pela tradição, com conteúdos e métodos imutáveis (YOUNG, 2011, p. 616).

Portanto, seu papel é curricular, por promover o acesso ao conhecimento sistematizado; pedagógico, por transcender os conceitos cotidianos pelos conceitos teóricos; e identitário, por se pautar pela análise do real sobre um ancoradouro teórico, metodológico e metódico do modo espiral.

Referências bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. "Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional." In: *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 75, p. 15-32, 2001.

ALGEBAILE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberlismo." In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. "'Terceira via': uma via de continuidade do neoliberalismo." In: *Debate Sindical*, n. 32, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Entrevista [17 de maio, 2017]. São Paulo: *Carta Capital*. Entrevista concedida a Dimalice Nunes.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. *O problema da crise capitalista em O capital de Marx*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

BIRZEA, César; ADÃO, Aúrea. *A pedagogia do sucesso*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

BORÓN, Atilio. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal." In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.

BRASIL. C*onstituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Senado Federal: 1988, 292p.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

_____. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. MEC/INEP/DEED – Ministério da Educação / Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Diretoria de Estatísticas Educacionais**.** *Sinopse estatística do Censo Escolar de 2007 a 2015*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

_____. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: República Federativa do Brasil. 2014, pp. 2-7. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-8970-publicac aooriginal144468-pl.html>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

_____. Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Pátria Educadora: da qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Brasília, 22 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/tag/patria-educadora>. Acesso em: 03 de março de 2018.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

CASTELO, Rodrigo. *O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Claudio Moura e. *Educação brasileira: consertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. "Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira." In: *Trabalho Necessário*, v. 10, n. 15, pp. 1-29, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; CIAVATTA, Maria. "Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio." In: *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, 2017.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "A geografia está em crise. Viva a geografia." In: *Boletim Paulista de Geografia*, v. 55, pp. 5-29, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*. V*olume 2*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1993.

_____. "O novo imperialismo: acumulação por espoliação." In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

_____. *O novo imperialismo*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. "Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação." In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 24, n. 1, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2016* – PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica, 2015*. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAWCZYK, Nora. "Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje." In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, pp. 752-769, 2013.

KUENZER, Acacia Zeneida. "Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível." In: *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, pp. 331-354, 2017.

LOPES, Alice Casimiro; LÓPEZ, Silvia Braña. "A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM." In: *Educação em Revista*, v. 26, n. 1, pp. 89-110, 2010.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação básica: tragédia anunciada?* São Paulo: Xamã, 2015.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; ENGELS, Friedrich. *O capital: crítica de economia política.* Volume I, Abril Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, Ístvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. "Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017)." In: *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, pp. 355-372, 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.

NOSELLA, PAOLO. "Ensino médio: unitário ou multiforme?" In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, pp. 121-142, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. "As políticas para o ensino médio na realidade brasileira: uma agenda em disputa." In: *Poiésis* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 10, n. 17, pp. 187-198, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o conceito de bloco histórico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Ricardo de Souza; SOUZA, José dos Santos. "Políticas públicas para a formação profissional e conformação social de jovens: algumas referências preliminares sobre o ProJovem." In: SOUZA, José dos Santos (org.). *Reflexões da prática docente na EJA*. Seropédica: EDUR, 2010.

ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. *Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI.* Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. "O IDEB e a construção de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira." In: *Revista Portuguesa de Educação*, v. 27, n. 1, 2014.

SCHULTZ, Theodore Willian. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUZA, José dos Santos. "A reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe e a formação do trabalhador." In: *Colóquio Internacional Marx-Engels*, VIII, 2012. Campinas, SP. Anais... Campinas, SP: CEMARX, 2012.

_____. *O sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador*. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2015.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. "Juventude e políticas públicas no Brasil." In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set/dez. 2003.

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir*. 4ª ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

YOUNG, Michael F. D. "O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas." In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, 2011.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA E GEOGRAFIA: DEVASSANDO O PODER DA INVISIBILIDADE DE GÊNERO DO FAZER CIENTÍFICO

SCIENTIFIC PRODUCTION AND GEOGRAPHY: DEVASSING THE POWER OF GENDER INVISIBILITY IN THE SCIENCE

PRODUCCIÓN CIENTÍFICA Y GEOGRAFÍA: DEVASSANDO LA POTENCIA DE LA INVISIBILIDAD DE GÉNERO DEL HACER CIENTÍFICO

VAGNER ANDRÉ MORAIS PINTO
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná. E-mail: vampmorais@gmail.com

JOSELI MARIA SILVA
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná. E-mail: joseli.genero@gmail.com

* Artigo publicado em junho de 2018.

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender como o gênero institui a produção científica de docentes de programas de pós-graduação em geografia paranaenses em sua vivência espacial cotidiana. Para cumprir tal objetivo, foram selecionados vinte pesquisadores, sendo dez homens e dez mulheres, segundo critérios de produtividade e impacto de suas teorias no campo científico. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com base no modelo da Pesquisa Piloto de Uso do Tempo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE). O material obtido foi sistematizado conforme Silva e Silva (2016), o que permitiu a organização das redes semânticas discursivas das pessoas entrevistadas. Os resultados obtidos permitem afirmar que o gênero não é um aspecto considerado pelas pesquisadoras e pesquisadores, na produção docente, de forma objetiva. Contudo, contraditoriamente, ele marca de forma diferencial a carreira científica de homens e mulheres.

Palavras-chave: gênero, espaço acadêmico, produção científica, cotidiano.

Abstract: This article aims to comprise how gender set up the scientific production of researches in the graduate programs from Paraná State in their daily space experience. To realize this objective, twenty researchers were selected, ten men and ten women, according to the productivity and impact of their theories in the scientific field. Thereafter, interviews were conducted based on the Pesquisa Piloto de Uso do Tempo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE). The obtained material was systematized according to Silva e Silva (2016) that permitted the organization of the discursive semantic networks by people interviewed. The results allow us to affirm that the gender is not an aspect considered by the researchers in an objective way. However, paradoxically, it marks differentially scientific career men and women.
Keywords: gender, scientific production, academic space, daily life.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender cómo el género instituye la producción científica de investigadores de programas de posgraduacíon en geografía paranaenses en su vivencia espacial cotidiana. Para hacer cumplir con ese objetivo fueron seleccionados veinte investigadores, siendo diez hombres y diez mujeres, según criterios de productividad e impacto de sus teorías en el campo científico. Posteriormente, se realizaron entrevistas con base en Pesquisa Piloto de Uso do Tempo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE). El material obtenido fue sistematizado conforme a Silva e Silva (2016) que permitió la organización de las redes semánticas discursivas de las personas entrevistadas. Los resultados obtenidos permiten afirmar que el género no es un aspecto considerado por las investigadoras e investigadores en la producción docente de forma objetiva. Sin embargo, contradictoriamente, el género marca de forma diferencial la carrera científica de hombres y mujeres.
Palabras clave: género, producción científica, espacio académico, rutina.

Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender como o gênero institui a produção científica de docentes de programas de pós-graduação em geografia paranaenses em sua vivência espacial cotidiana.

Pesquisadores constroem seus objetos de investigação de realidades, em geral, fora de seu cotidiano. Pensar como docentes de geografia produzem o espaço acadêmico é um desafio que envolve a reflexão das práticas cotidianas do fazer científico. O espaço acadêmico é compreendido como uma realidade constantemente negociada entre agentes produtores de ciência, em múltiplas escalas de ação em que está em jogo a conquista de objetos materiais (infraestrutura institucional, tecnológica, financeira) e simbólicos (conceitos, tradição epistemológica e legitimação de teorias). Assim, tal qual entende Massey (2008), o espaço acadêmico não é um produto, mas se constitui das relações que lhe dão sentido, e, além de ser estabelecido pelas regras próprias do campo científico, como propôs Bourdieu (2004), ele não é apenas o seu resultado, mas fruto de permanentes negociações.

O espaço de produção científica tem se transformado de forma contundente, no Brasil, nas últimas duas décadas. No contexto da geografia, por exemplo, o número de programas de pós-graduação, que era de 20, no final dos anos 1990, saltou para 62, na atualidade. Entre as principais causas para este fenômeno, estão os maiores investimentos governamentais visando a aumentar a mão de obra qualificada (mestres e doutores) e mitigar assimetrias regionais (criar mais cursos no interior do país) (SANT'ANNA NETO, 2014).

Paralelamente a este processo, a instituição de mecanismos de avaliação e exigências de produtividade acadêmica tem se intensificado, assim como a flexibilização do trabalho científico. Tais transformações influenciam, de forma diferente, as pessoas envolvidas nesse universo que não é homogêneo. Foucault (1995) chamou a atenção para o fato de que as instituições são permeadas de hierarquias e relações de poder, e o gênero, conforme Scott (1995), é um dos importantes marcadores de hierarquização humana.

Garcia-Ramon (2011) argumentou que, apesar das regras do mundo científico e dos espaços acadêmicos estarem acordadas

institucionalmente, construindo a ideia de igualdade de oportunidades, pesquisadores vivenciam a prática de produção científica a partir de determinadas estruturas culturais e sociais que vão muito além do regramento institucional. Fourez (1995) chamou a atenção para a necessidade de se pensar sobre o processo de produção científica como obra de seres humanos, o que implica em compreender sua dinâmica sociocultural e espacial.

Sendo assim, para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma seleção de pesquisadores e pesquisadoras atuantes nos cursos de pós-graduação do Paraná, com base na produtividade científica e o impacto de suas teorias no campo da geografia brasileira, conforme os índices de citação de seus artigos. Após este procedimento, por meio de um questionário, foi realizada uma entrevista sobre o uso do tempo de homens e mulheres, adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a Pesquisa Piloto de Uso do Tempo (2009). Além disso, foram realizadas duas questões abertas para as pessoas entrevistadas: 1) o que o seu gênero interfere na sua produção científica?; 2) O que a sua família representa no desempenho de sua profissão? O material transcrito oriundo das entrevistas foi analisado por meio da metodologia proposta por Silva e Silva (2016), o que permitiu a construção das redes semânticas discursivas das pessoas entrevistadas.

Este artigo está estruturado em duas seções: na primeira, é evidenciada a organização do uso do tempo e a produção científica de docentes pesquisadores; e a segunda explora a visão que as pessoas que produzem ciência fazem da relação entre gênero e de seu desempenho acadêmico.

Ações cotidianas e uso do tempo entre homens e mulheres pesquisadores

O fazer científico implica em tempo e espaço, tanto quanto em qualquer outro tipo de produção. A forma de organização do

tempo e espaço de produção do trabalho científico não é simples, e não pode ser medida com a mesma facilidade como horas de trabalho empregadas na produção de mercadorias concretas que são desenvolvidas exclusivamente no espaço produtivo. O trabalho intelectual está profundamente marcado por outros ritmos e espaços, sendo a casa, na maior parte das vezes, o espaço em que se constrói a comunicação escrita de uma pesquisa que demorou dois anos para ser realizada em laboratórios institucionais. A forma como pesquisadores organizam o tempo e o espaço da produção de seus produtos científicos se faz no cotidiano de pessoas que são corporificadas (DAVIES, 2003).

Mont'Alvão et al. (2011) alertaram para a complexidade envolvida na produção e sua relação com o tempo e o espaço que envolve não apenas a ideia abstrata da força de trabalho, mas corpos concretos de pessoas. Os corpos possuem limites de horas possíveis de serem trabalhadas, necessita de alimentação, descanso, e assim por diante. Há que se considerar que os corpos não são iguais todo o tempo, havendo ciclos de saúde, doença e faixa de idade a serem considerados, bem como períodos do dia e as condições ambientais que estão ligadas diretamente ao processo de produção, uso do tempo e espaço.

Dedecca (2004) propôs a compreensão do uso do tempo pautada em, pelo menos, duas dimensões: a reprodução econômica, associada ao trabalho remunerado e ao deslocamento para a sua realização; e a reprodução familiar e social, correspondente às atividades de cuidado com as pessoas, tarefas domésticas, lazer e sono. Esta divisão clássica dicotomizada entre produção econômica e reprodução social está diretamente associada ao gênero e ao espaço. Mas esta dicotomia é falsa na medida em que cuidados com seres humanos são trabalhos que estão diretamente vinculados à força de trabalho, e a sociedade depende deste tipo de desempenho para sua existência. Contudo, há uma criação social de que algumas formas de trabalho não devem ser remuneradas e

valorizadas socialmente, sendo majoritariamente atribuídas ao feminino e relegadas à invisibilidade do espaço privado.

O mais importante, nessa falsa dinâmica dicotômica entre trabalho remunerado/não remunerado e espaço público/privado, é a construção de um sistema simbólico para que isto não seja percebido e nem mesmo seja questionado pelas pessoas, notadamente por aquelas que são as executoras do trabalho não valorizado socialmente. A naturalização da ideia de cuidados com os seres humanos sendo naturalmente da essência feminina foi amplamente discutida e desconstruída por Badinter (2011).

Assim, a forma com que as pessoas empregam seu tempo não tem nada de natural, mas são dependentes das estruturas sociais, econômicas e culturais, como argumentou Dedecca (2004). A regulação do uso do tempo depende de instituições políticas e culturais e é realizada sob constrangimentos, havendo muito pouca autonomia das pessoas para decisão de sua alocação. A necessidade humana de ter tempos próprios para a sua manutenção vital resulta em tensões na distribuição do tempo diário a ser empregado à realização de tarefas entre pessoas que fazem parte da mesma rede de produção ou reprodução social, e o gênero é um dos critérios mais importantes na distribuição das atividades.1

São inúmeros os estudos que evidenciam o crescimento da entrada das mulheres na produção econômica, mas pouco se tem

1 Em significativa parcela das nações europeias e dos Estados Unidos, são realizadas regularmente pesquisas sobre o uso do tempo, desde a década de 1960. Na América Latina, o início das investigações sobre esta temática remonta aos anos 1990, mesmo período em que a Organização das Nações Unidas (ONU) também desenvolveu estratégias de sistematização e metodologias voltadas para questões temporais, como é o caso de sua classificação de atividades próprias, a International Classification of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS; CAVALCANTI *et al.*, 2010). No Brasil, merece destaque o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, criado em 2008, sob a coordenação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) do governo federal, cujo objetivo é fomentar a incorporação da categoria de gênero nas pesquisas estatísticas oficiais sobre o tema.

discutido sobre a transformação das atividades e uso do tempo na esfera da reprodução social. Esta última, considerada como naturalmente desempenhada pelas mulheres, e com pouco ou nenhum tensionamento (já que não implica em pagamento em dinheiro), é executada em espaços invisibilizados e não possui valorização social. Horas de trabalho dedicadas em atividades de cuidados com outros seres humanos são concretas, despendem energia, e a escolha de alocação de recursos (tempo e energia), neste tipo de atividade, é resultante de dinâmicas de constrangimento cultural e político, associadas aos mecanismos de gênero.

O gênero é, neste artigo, entendido como uma performance fictícia, sobretudo corpórea, que é naturalizada por meio da repetição contínua de ações que acontecem dentro de um marco regulador (BUTLER, 2007). Sendo que tal naturalização destas performances humanas acaba por direcionar e, de certo modo, legitimar os papéis de gênero socialmente construídos.

Nesse sentido, o componente de gênero, na investigação geográfica, se mostra muito pertinente para o entendimento do próprio fazer científico nesta área, uma vez que ele possibilita compreender que a organização social e territorial compreende diferenças significativas entre mulheres e homens, ao passo que as relações entre ambos "são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendido apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade" (ANDRÉ, 1990, p. 4).

Em pesquisa anterior realizada por Silva et al. (2015), foram apontados diferenciais de produtividade acadêmica entre homens e mulheres no campo da geografia. A análise de dados provenientes de 13.990 artigos em 90 periódicos geográficos, avaliados pelo Qualis-CAPES no triênio 2013-2015, no período 1974-2013, revelou que as mulheres correspondem à autoria principal de apenas 39,86% destas publicações. Este percentual foi ainda menor quando tomadas as publicações referentes aos

estratos mais bem qualificados: 30,52%, no A1, e 37,44%, no A2. As disparidades de quantidade e qualificação de artigos por gênero, na área da geografia, não pode ser interpretada pela superior capacidade intelectual masculina – argumento comum durante séculos passados –, mas pela compreensão das estruturas que dominam as cadeias de produção científica que organizam diferentes matrizes de poder entre homens e mulheres.

O Quadro 1 traz uma síntese das características gerais do grupo de pessoas entrevistadas.[2]

Quadro 1 – Docentes entrevistados(as)

MULHERES	IDADE	SITUAÇÃO MARITAL	FILHOS(AS)	IDADE	QUALIFICAÇÃO PROFISSÃO CÔNJUGE
Congorya	38	SOLTEIRA	--	--	--
Morma	45	SOLTEIRA	--	--	--
Monitora	41	SOLTEIRA	--	--	--
Drytforth	45	CASADA	II	9 e 15	ALTA
Anne-loc	66	SOLTEIRA	--	--	--
Garka	51	CASADA	I	22	ALTA
Thyni	52	SEPARADA	II	24 e 25	--
Ceolven	47	CASADA	--	--	MÉDIA
Hes	48	SOLTEIRA	--	--	--
Herean	62	UNIÃO ESTÁVEL	I	25	ALTA
HOMENS	**IDADE**	**SITUAÇÃO MARITAL**	**FILHOS(AS)**	**IDADE**	**QUALIFICAÇÃO PROFISSÃO CÔNJUGE**
Joric	45	CASADO	I	6	MÉDIA
Beorn	59	CASADO	II	16 e 24	MÉDIA
Aldwald	32	CASADO	II	2 e 12	MÉDIA
Bardcas	53	CASADO	I	16	BAIXA
Termond	37	CASADO	II	1 e 4	MÉDIA
Shatho	48	CASADO	I	8	MÉDIA
Chetneth	44	CASADO	III	5, 14 e 16	MÉDIA
Tolfer	52	CASADO	I	19	ALTA
Egarfred	55	UNIÃO ESTÁVEL	III	5, 20 e 23	ALTA
Nanton	54	SEPARADO	II	8 e 22	--

Fonte: Questionários de campo. Elaborado pelos autores.

No quadro acima, vemos que os dois universos, feminino e masculino, são muito diferentes, apesar da coincidência da idade e das atividades que desempenham nas universidades. As mulheres apresentam um perfil familiar caracterizado pela majoritária ausência de companheiro em coabitação e filhos. No universo

2 Os nomes dos(as) docentes entrevistados(as) que constam no quadro são fictícios, a fim de salvaguardar suas identidades, e foram gerados aleatoriamente por meio do site *Gerador de Nomes de Fantasi*a (disponível em: <http://www.nomesdefantasia.com/human/short/>. Acesso em 29/07/2016). A qualificação da profissão dos cônjuges dos(as) pesquisadores(as) foi estabelecida a partir dos níveis de escolaridade e de especialização exigidos.

masculino, por outro lado, apenas um não possui companheira em coabitação e todos possuem filhos, inclusive com idades menores. Além disso, apenas duas das companheiras de docentes entrevistados do sexo masculino possui profissão com o mesmo nível de qualificação e remuneração.

O reconhecimento da incompatibilidade feminina com as responsabilidades sociais da reprodução familiar atribuídas a elas e a carreira científica é plenamente reconhecida pelas mulheres entrevistadas. Hes, por exemplo, chega a afirmar: "*Pelo fato de ter muito envolvimento com atividades da universidade, optei por não ter família e nem filhos, dado que me restringiriam nas mesmas*".[3] Tal afirmação parece ser uma escolha individual e plena de liberdade, por parte das mulheres. Contudo, o fato em si de ter que optar entre a carreira e uma família é uma necessidade socialmente gerada que não afeta o universo masculino. Os homens apresentam uma organização familiar em que a conjugalidade e a parentalidade são conciliadas com naturalidade. O mesmo comportamento foi detectado no relatório da União Europeia sobre a relação entre pesquisa e gênero, apontando a maior facilidade de homens pesquisadores em manter seus casamentos quando comparados com as mulheres (EUROPE COMISSION, 2012).

O uso do tempo entre as pessoas pesquisadas evidencia diferenças entre homens e mulheres.[4] Nos gráficos 1[5] e 2, é

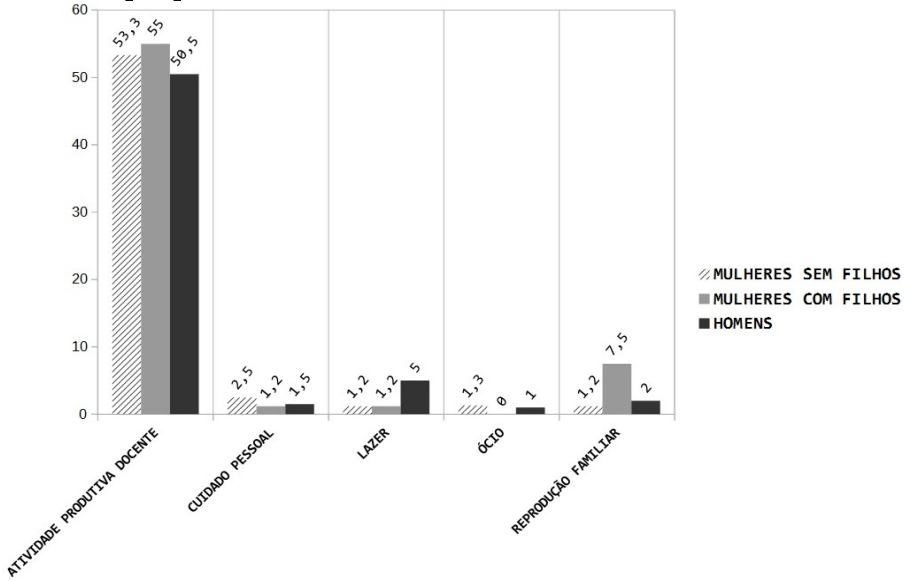
3 Trecho de entrevista realizada em 21/04/2016, com docente do sexo feminino.

4 A pesquisa considerou cinco categorias de utilização do tempo para a sistematização dos questionários: 1) Atividade produtiva docente: atividades (docência e pesquisa) realizadas na universidade e em outros espaços; 2) Lazer: atividades de entretenimento; 3) Cuidado pessoal: higiene pessoal, alimentação e prática de atividades físicas; 4) Reprodução familiar: atividades domésticas de limpeza e organização da casa, cuidados da família; 5) Ócio: tempo destinado para o repouso.

5 Pelo fato de o universo feminino estar diferenciado internamente por mulheres "com e sem filhos", os dados foram apresentados de forma separada.

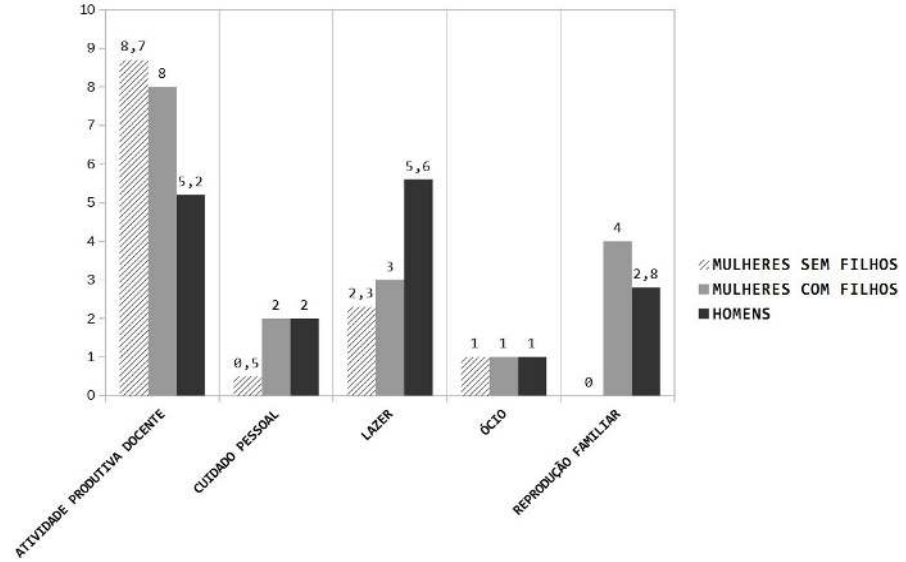
possível observar as diferenças durante os dias da semana e finais de semana.

Gráfico 1 – Uso do tempo de segunda a sexta-feira, segundo homens e mulheres pesquisadores



Fonte: Questionários de campo. Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 – Uso do tempo nos finais de semana, segundo homens e mulheres pesquisadores



Fonte: Questionários de campo. Elaborado pelos autores.

Os homens dedicam menos uso do tempo em atividades produtivas docentes do que as mulheres com e sem filhos, tanto nos dias de semana como nos finais de semana. No caso da reprodução familiar, mulheres sem filhos têm menor dedicação de tempo do que os homens, em todos os dias da semana. Considerando que as atividades de reprodução familiar podem ser computadas como horas de trabalho (inclusive, não remuneradas), as mulheres pesquisadoras com filhos trabalham 754 horas ou 30 dias por ano a mais do que os homens pesquisadores. Embora persista a tendência do uso do tempo feminino dedicado ao trabalho, o diferencial entre mulheres sem filhos e homens com filhos é bem menor, sendo de 140,4 horas ou 5,9 dias por ano. Isto evidencia que o diferencial de uso do tempo dedicado ao trabalho, notadamente à reprodução familiar, está ligado à condição do exercício de maternagem.[6]

No que diz respeito ao uso do tempo que não envolve trabalho (como cuidado pessoal, ócio e lazer), há uma predominância masculina do uso do tempo em relação às mulheres, diminuindo tal diferença nos finais de semana, inclusive com aumento significativo dos homens no uso do tempo em atividades de reprodução familiar, tal qual já foi evidenciado em pesquisas anteriores[7] de Silva, Pinto e César (2015).

---

6 O termo maternagem é diferente da maternidade, conforme Badinter (2011). Enquanto a maternidade é um fato biológico, ligado à capacidade do corpo de gerar um ser humano no útero, a maternagem significa o cuidado com os filhos, que pode ser desempenhado por qualquer pessoa.

7 É importante destacar, como apontado por Sorj *et al.* (2007), que, embora tenha havido um aumento da participação feminina nos diversos ramos produtivos, nas últimas décadas, não houve uma transformação da divisão do trabalho no espaço privado. As mulheres pesquisadoras ainda têm o privilégio de poder contratar uma força de trabalho (também feminina) que a substitua em parte nos afazeres domésticos, o que não ocorre com mulheres de classe de renda menor. A Fundação Perseu Abramo (2010) desenvolveu pesquisa de uso do tempo com 2.365 mulheres e 1.181 homens, em 280 municípios de 25 estados do Brasil. Constatou que a jornada semanal média com atividades de reprodução

Conforme argumentou Davies (2003), a realidade espacial e do controle de uso do tempo é generificada, e isto está longe de ser um aspecto natural, mas resultante de relações sociais constantemente tensionadas por relações de poder que envolvem as pressões sociais e culturais no uso do tempo em determinadas atividades que são diferentemente valorizadas. O uso do tempo é sempre sobre o desempenho de alguma atividade que é sempre espacial. Boa parte do trabalho de docentes do ensino superior é executada no espaço privado da casa. Este aspecto traz mais conflitos para as mulheres, na medida em que se espera delas que o uso do seu tempo em casa seja dedicado prioritariamente à reprodução familiar. Portanto, o espaço acadêmico não termina nos limites físicos das instituições educacionais superiores, mas de sua continuidade no espaço privado.

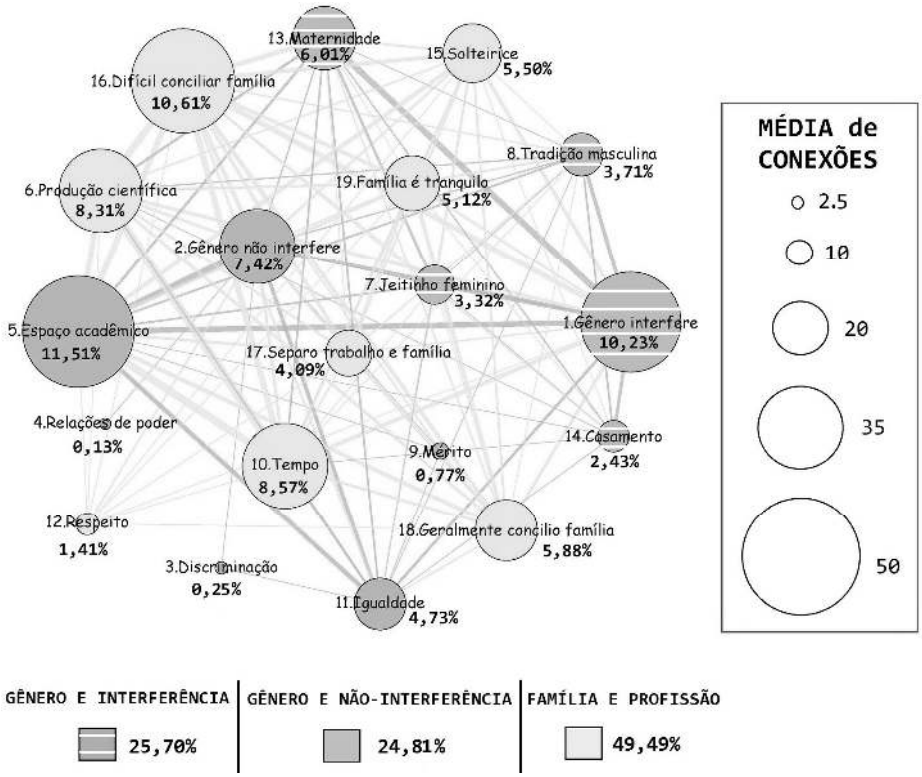
Gênero e a complexidade da instituição do espaço acadêmico

Embora o uso do tempo evidencie que pesquisadores e pesquisadoras trabalhem muito além das quarenta horas semanais que regem seu contrato de trabalho, há que se considerar o diferencial de gênero nesse universo. Contudo, isto não se verifica no discurso docente, incluindo o discurso das próprias mulheres. Há, sem dúvida, uma percepção de que as mulheres são as maiores responsáveis por várias atividades da vida cotidiana. Mas a produção discursiva não evidencia com objetividade a relação entre gênero e espaço acadêmico, quando as pessoas foram questionadas objetivamente a pensar sobre: 1) O que o seu gênero interfere na sua produção científica?; e 2) o que a sua família representa no desempenho de sua profissão?

Os grafos 1 e 2 evidenciam a estrutura discursiva elaborada, respectivamente, mulheres e homens, conforme a metodologia de análise de conteúdo proposta por Silva e Silva

familiar das brasileiras é de 29 horas e 21 minutos, enquanto a dos homens era de apenas 8 horas e 46 minutos.

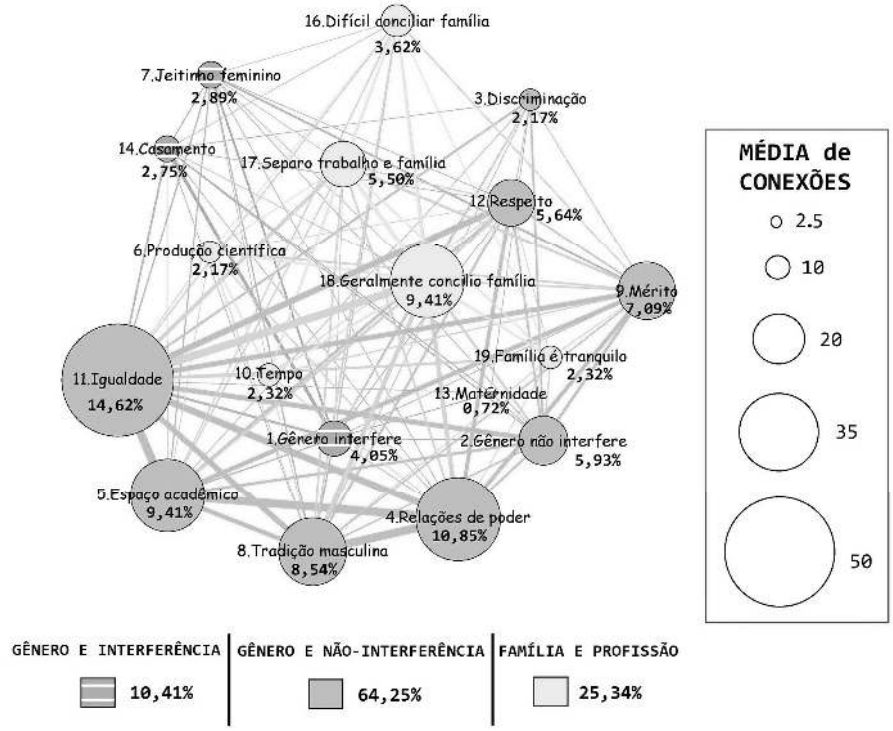
(2016). A topologia da rede apresenta as categorias discursivas utilizadas nas falas das pessoas entrevistadas, sendo proporcionais à quantidade de vezes em que ela foi utilizada e as conexões que são estabelecidas entre elas, formando comunidades semânticas.



Grafo 1 – Módulos semânticos e conexões entre as categorias dos discursos das mulheres
Fonte: Vinte entrevistas realizadas. Elaborado pelos autores.

A rede discursiva feminina apresenta maior comunidade semântica ligada a "família e profissão" (49,49%), constituindo grande parte do grafo, seguida da comunidade "gênero e interferência" (25,70%) e "gênero e não interferência" (24,81%).

Grafo 2 – Módulos semânticos e conexões entre as categorias dos discursos dos homens



Fonte: Vinte entrevistas realizadas. Elaborado pelos autores.

A rede discursiva masculina apresenta como comunidade mais significativa "gênero e não interferência" (64,25%), seguida da comunidade "família e profissão" (25,34%) e, por último, da comunidade "gênero e interferência" (10,41%). Pelas estruturas discursivas apresentadas nas redes feminina e masculina, pode-se constatar que a maior intensidade de conexões está ligada à família e à profissão, enquanto que a maior intensidade das conexões masculinas gira em torno do argumento de que o gênero não interfere na profissão, ligado à ideia de igualdade e meritocracia do espaço acadêmico.

O discurso feminino sobre o gênero na produção científica e os conflitos na percepção da dicotomia entre espaço acadêmico e doméstico

A heterogeneidade do grupo de mulheres entrevistadas, em termos de condição familiar, trouxe dificuldades para a análise do conjunto discursivo, num primeiro momento, entretanto, por outro lado, ajudou a evidenciar que não é o corpo feminino, mas a performance de gênero exigida das mulheres que constitui grande parte de suas dificuldades no desempenho da produção científica.

As conexões de categorias do discurso feminino em relação à percepção de seu gênero, produção científica e espaço acadêmico apresentam sentidos complexos e contraditórios, como pode ser visualizado no quadro a seguir.[8]

Quadro 2 – Principais conexões – discurso das mulheres

RELAÇÃO CATEGORIAL – MULHERES	CONEXÕES
Produção científica ↔ Tempo	14
Espaço acadêmico ↔ Tempo	12
Gênero não interfere ↔ Espaço acadêmico	11
Produção científica ↔ Difícil conciliar família	11
Gênero interfere ↔ Maternidade	10

Fonte: Vinte entrevistas realizadas. Elaborado pelos autores.

O tempo constitui a maior concentração de conexões e está relacionado com a produção científica e o espaço acadêmico. A execução das tarefas cotidianas demandadas às mulheres tem um impacto direto no tempo ou na sensação da falta deste. As mulheres relatam haver demandas de diferentes naturezas, como as de caráter burocrático, docente e familiares, o que lhes retira o tempo de produzir especificamente artigos científicos.

Apesar de tempo ser uma categoria central no discurso feminino, a maioria das conexões aponta que as mulheres não relacionam o seu gênero como sendo um dos fatores de dificuldade de desempenho científico. Elas se queixam de falta de tempo e de demandas, inclusive familiares, mas não realizam a conexão entre gênero e espaço acadêmico.

8 O quadro apresenta as conexões mais densas, com grau igual ou maior a 10, entre as categorias semânticas na rede discursiva das docentes mulheres.

Muito pelo contrário, as mulheres alegam não haver interferência entre seu gênero e a constituição do espaço acadêmico, conforme pode ser visto pelos trechos de falas de pessoas entrevistadas:

> *No âmbito aqui do programa, não [...] Isso efetivamente não traz nenhuma maior situação. Junto aos alunos, não vejo também que traga uma interferência* (Congorya, Paraná, 1 de março de 2016).
>
> *Não! Nunca tive qualquer problema em relação à questão de gênero na minha atividade profissional, seja na academia, seja na atividade externa de pesquisa* (Ceolven, Paraná,10 de março de 2016).
>
> *Não! Não! Acho que não! Porque o meio acadêmico é bem assim, acessível. Eu, pelo menos, pessoalmente, nunca tive. Não! Que eu me lembre, não* (Monitora, Paraná, 9 de março de 2016).
>
> *Nunca bateu na minha porta nenhum tipo deste problema! [...]. Não tem nenhum tipo de problema de inserção no mundo acadêmico* (Garka, Paraná, 9 de março de 2016).

De forma contraditória às afirmações contundentes de que seu gênero não interfere na constituição de suas ações acadêmicas, aparece a intensidade discursiva com que as mulheres falam de dificuldades para conciliar as demandas profissionais e familiares, notadamente as maternas. Relatam os sacrifícios da vida privada para privilegiar a profissão (como optar por não ter filhos ou marido) e, sobretudo, a naturalização do papel materno.

As mulheres pesquisadoras da geografia constituem um discurso em que o poder simbólico da naturalização de ser mulher está profundamente incorporado. Não há, por parte delas, o reconhecimento de estruturas de opressão de gênero em suas falas objetivas. Não conseguem fazer as ligações entre demandas familiares, falta de tempo ou até mesmo ter que optar em ter ou não família como algo que é construído socialmente, de forma desigual, em termos de privilégios entre homens e mulheres.

Ao mesmo tempo em que alegam não haver relação entre seu gênero e espaço acadêmico, seus relatos trazem tensões

quando as demandas profissionais adentram o tempo do espaço privado doméstico. É apenas nesta espacialidade que a relação entre gênero e desempenho científico aparece, como pode ser visto nos trechos de depoimentos que seguem:

> *E acaba que, sendo professora universitária, é um pouco disso também, né? Por mais que você tenha um tempinho maior durante a semana, pra organizar a tua vida e os artigos, mas entra no fim de semana e nos feriados. Então, muitas vezes, eu viajo com eles [marido e filhos], mas levo o computador, e aí tem que ter a pergunta: "Mas, mãe, por que você está trabalhando?". Eu digo: "Mas é que eu tenho que terminar, é rapidinho!". Mas este "rapidinho" não é rapidinho. Porque, às vezes, você abre a caixa de e-mail e tem outra atividade a ser feita. O que você ia fazer em duas horas, você faz em seis horas. Então, muitas vezes, dá um nó em tudo isso, e aí você fala: "Ah! Vale a pena tudo isso?"* (Drytforth, Paraná, 9 de março de 2016).

> *No meu ponto de vista, é preciso sacrificar algumas coisas que, no meu caso, obviamente, quem está perdendo é o meu lado privado. Não tem, quase não tem espaço na vida que eu levo [...] Criar filho... Cuidar do filho, perceber o filho. Isto é da dimensão das mulheres. Só as mulheres que fazem isto. Então, a gente acaba assumindo, em nome da maternidade, da relação indissociável que a gente tem pelo bem-estar do filho. Então, são coisas que vão pesar sobremaneira nessa jornada das mulheres* (Garka, Paraná, 9 de março de 2016).

> *Tem certas questões do cotidiano que são assumidas socialmente pelas mulheres, não que seja responsabilidade só delas, mas, enfim, é assim a vida. Impactou [referindo-se ao gênero], sobretudo, quando meus filhos eram pequenos, né. Embora [referindo-se ao pai dos filhos] fosse superatuante, mas, assim, tinha coisas que eu tinha que fazer. Meus filhos me demandavam mais. Ao invés de demandar ao pai, demandavam a mim. Se demandavam a mim, eu tinha que dar respostas, né? Então, isso acontece até hoje ainda. Há uma demanda, eu diria muito mais intensa, de questões do cotidiano deles em relação a mim* (Thyni, Paraná, 14 de março de 2016).

A estrutura discursiva feminina apresenta uma concepção espacial que dicotomiza o espaço entre acadêmico/privado, e o gênero só aparece como um elemento reflexivo, para elas, quando a

atividade científica coloca em cheque o desempenho das atividades familiares. Mas, dificilmente, seu gênero é considerado quando suas demandas familiares colocam em cheque seu desempenho científico. A mãe/a mulher não interferem no espaço acadêmico, considerado pelas mulheres como neutro e igualitário em termos de gênero, mas a cientista interfere nas demandas do espaço doméstico.

A rede discursiva feminina é complexa e contraditória. Ela evidencia que as mulheres possuem a percepção cotidiana da realização das múltiplas tarefas diárias, a falta de tempo para produção científica e o tensionamento entre as demandas familiares e profissionais. Isto fica nítido na forma como usam seu tempo – e, notadamente quando são mães, praticamente não possuem momentos de ócio e lazer. Contudo, quando questionadas a refletir sobre o gênero e sua vida científica, elas não estabelecem a conexão entre seu corpo, os papéis sociais atribuídos a elas e a forma como usam seu tempo. A rede expressa, de forma contundente, a interiorização do poder simbólico das normas de gênero, na medida em que tais normas nem sequer aparecem como questionamentos válidos no discurso de mulheres cientistas.

O discurso masculino sobre o gênero na produção científica e a harmonia na percepção da dicotomia entre espaço acadêmico e doméstico

O grupo de homens entrevistados possui um perfil homogêneo em termos de características maritais e parentais. Todos possuem filhos, e apenas um deles não coabita com sua companheira. A idade dos filhos difere da do grupo feminino entrevistado. No grupo de homens, apenas três deles não possuem filhos em idade infantil, dependente ainda de cuidados parentais.

Mesmo que o grupo de homens conviva cotidianamente com filhos ainda pequenos que necessitam de cuidados e as demandas como pesquisadores sejam as mesmas às que as

mulheres pesquisadoras estão submetidas, a rede discursiva masculina apresenta as conexões categoriais menos conflitivas e mais coerentes internamente do que a rede feminina, conforme está descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais conexões – discurso dos homens

RELAÇÃO CATEGORIAL – HOMENS	CONEXÕES
Espaço acadêmico ↔ Igualdade	14
Relações de poder ↔ Espaço acadêmico	14
Relações de poder ↔ Tradição masculina	14
Igualdade ↔ Geralmente concilio família	13
Relações de poder ↔ Igualdade	11
Igualdade ↔ Respeito	10

Fonte: Vinte entrevistas realizadas. Elaborado pelos autores.

As conexões mais intensas entre categorias discursivas organizam sentidos que relacionam o espaço acadêmico como sendo constituído pela igualdade entre os gêneros, facilidade para conciliar a profissão com a família e respeito. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento da existência das "relações de poder", que não estão ligadas às hierarquias de gênero, mas aos aspectos considerados normais da vida acadêmica, como disputas de vaidades, competição por recursos financeiros e lutas por angariar prestígio intelectual. A "tradição masculina" é evocada como algo inerente à história da constituição do mundo acadêmico, mas que, todavia, tem sido transformado nos dias atuais. O relato a seguir é ilustrativo dessa tendência discursiva masculina sobre gênero, produção científica e espaço acadêmico:

> *Eu acho que a universidade é um dos lugares onde mulheres e homens, na minha percepção, têm um dos melhores relacionamentos no que diz às possibilidades. Ambos produzindo, fazendo a sua parte, chegam ao mesmo nível de ter uma carreira igual. Fora daqui, as coisas não são desse jeito. Até mesmo de onde eu vim, aqui da [omitido para evitar reconhecimento], que, tradicionalmente, tem muito homem, a geografia é mais diversificada, tem homens e mulheres. A gente vê lá que o respeito ocorre também. É claro que tem colegas que não têm essa visão, que são meio machistas mesmo. Mas eu acho que é cada vez menos, e cada*

> *vez fica mais fora da realidade da universidade. Porque tem, hoje, um número de alunas e professoras muito bom. Assim, as possibilidades pra quem está na carreira são bastante semelhantes* (Aldwald, Paraná, 14 de março de 2016).

Outras conexões de categorias discursivas que aparecem com intensidade é entre "igualdade", "geralmente concilio família" e "respeito", como pode ser visto nos trechos que seguem:

> *Então, nesse caso, do ponto de vista da minha relação familiar, acho que tem uma compreensão da minha família, em relação a isso. Eles sempre entendem. Meus filhos são pequenos ainda, talvez não tenham essa leitura. Minha esposa, como também é da área acadêmica, ela também entende isso. Então, não tem muito conflito com a família, mas eu tenho tentado, cada vez mais, entender, estabelecer horários, embora não seja uma equação fácil de resolver* (Termond, Paraná, 15 de março de 2016).

> *Olha, eu não tenho conflito com isso [família e profissão]. Lá em casa, nós dois somos professores. Os dois são doutores. Não há um contraste muito grande. Por exemplo, se fosse uma situação em que só eu trabalhasse e a mulher não tivesse formação e não trabalhasse, haveria um descompasso. E tem gente que prefere este tipo de coisa. Eu, não. Eu acho que nós dois contribuímos. A gente fez um acordo, inclusive, sobre a gestão financeira da família* (Tolfer, Paraná, 14 de março de 2016).

> *Minha companheira também é uma pessoa bastante envolvida e ativa no trabalho dela. Tem uma certa militância política [...], então nós temos vidas bastante ativas. E, quando estamos em casa, temos uma vida carinhosa, emocional, muito bonita. Temos um grau de afinidades muito grande* (Egarfred, Paraná, 21 de abril, de 2016).

O discurso masculino é marcado pela negação da existência da interferência do gênero na produção científica e no espaço acadêmico, considerado um espaço de igualdade e respeito. As relações generificadas são imediatamente relacionadas à discriminação contra as mulheres, como pode ser visto nos relatos que seguem:

> *Não. Tanto comigo como com as pessoas próximas a mim, esse tipo de discriminação, se é que podemos chamar assim, nunca existiu. Não sei se é por conta de um certo liberalismo, por parte dos nossos cursos, dos professores que normalmente atuam na geografia. Eu, particularmente,*

> *nunca vi isso. Não posso te afirmar que não tenha existido. Eu nunca notei nas pessoas mais próximas a mim. Tanto do meu departamento como da universidade, de forma geral, raramente tem essa discriminação, principalmente quando se trata do gênero na essência, ou seja, masculino e feminino. Se você falar de outras categorias aí, como índio, negro, homossexual, aí já é um pouco mais complexo. Nem saberia te dar uma opinião. Mas masculino e feminino, nunca percebi nada, não* (Joric, Paraná, 1 de março de 2016).
>
> *Não, não. Aqui é tranquilo. O fato de estar dentro desta temática* [referindo-se à relação entre gênero e produção científica], *eu não vi* (Beorn, Paraná, 9 de março de 2016).
>
> *Não, não. Nunca senti nenhuma discriminação associada ao gênero, não* (Termond, Paraná, 15 de março de 2016).
>
> *Não. Não, não. Que eu lembre, não* (Nanton, Paraná, 27 de abril de 2016).

No discurso masculino, não é comum acontecerem reflexões em torno da masculinidade e de suas performances diárias na produção científica. O termo gênero, na reflexão dos entrevistados, foi imediatamente remetido à ideia de mulher e de discriminação. Os homens cientistas se consideram sujeitos neutros, do ponto de vista de gênero, constituindo a noção desta marca apenas para as mulheres. Nas falas masculinas, a ausência de discriminação contra as mulheres é considerada igualdade de oportunidades na constituição de um espaço que está livre das performances de gênero. Poucas reflexões em torno das relações generificadas e do exercício de masculinidades foram relatadas pelos entrevistados. Há apenas dois casos que, por serem exceções, merecem registro: um deles aborda sua posição como professor e homem, na sociedade patriarcal cotidiana, e suas tentativas de policiamento interno; o outro traz a ideia de gênero bipolarizado entre o masculino e o feminino como algo insuficiente para classificar as pessoas e seu comportamento. É importante fazermos menção a esses trechos de fala pelo fato de serem exceções à tendência discursiva verificada:

> *Agora, claro, nas relações humanas... Agora, pensando mais como professor, existem certos comportamentos que, às*

> *vezes, nem são conscientes, ou, pelo menos, são herdados de masculinidades que a gente atua no dia a dia. E estas masculinidades nem vêm só dos homens, das mulheres também, de como elas educam seus filhos também [...] É questão da maneira como as coisas se dão. Então, eu me esforço muito para que essas coisas sejam equilibradas. Agora, claro, eu venho de uma cultura machista. Então, volta e meia, a gente se pega fazendo coisas que não são certas, né?* (Tolfer, Paraná, 14 de março de 2016).

> *Eu acho gênero uma questão um tanto complicada [...]. As emoções humanas, sentimentos, desejos não se reduzem a essa dupla sexual entre sexo masculino e sexo feminino, que está no centro da discussão de gênero. Os papéis sociais do sexo, do desejo, são mais complexos. Hoje, sobretudo, sempre foi, sempre existiu o prazer, que é algo da essência, não se restringe à aparência e à forma* (Egarfred, Paraná, 21 de abril, de 2016).

As falas masculinas que trazem argumentos sobre o gênero são menos frequentes do que as que falam que o gênero não tem interferência. São remetidas aos sujeitos femininos e apontam as qualidades sendo próprias da feminilidade no trabalho (como a responsabilidade, a assiduidade e a dedicação), notadamente em situações de hierarquias envolvendo bolsistas de iniciação científica e mestrado. O trecho a seguir ilustra esta tendência:

> *Acho que, numa implicação direta, prefiro trabalhar com as mulheres. Pelo menos, as candidatas que chegam, principalmente para iniciação científica e mestrado, são mais responsáveis, assíduas e dedicadas também que os homens. Tenho abandonado trabalhar com os homens. Tenho um contingente menor de orientandos* (Chetneth, Paraná, 3 de março de 2016).

As falas apontam para a qualidade feminina do cuidado e ainda da capacidade de realizar muitas tarefas ao mesmo tempo. O sobretrabalho aparece nas falas, mas associado aos casos hipotéticos de situações de divisão de tarefas no cotidiano da conjugalidade. Os homens não trazem suas experiências pessoais ou de exercício de reflexão de suas masculinidades nos discursos:

> *Porque tem coisas assim que parece que só mulher que consegue dar jeito [...] Agora, sei lá, depende também quando a pessoa é casada e tal; depende também como que é esse relacionamento. E, aí, acho que pode ser que gênero venha a*

> *prejudicar um pouco mais a mulher. Isso aí a gente não sabe como que funciona a divisão de tarefas* (Shato, Paraná, 1 de março de 2016).

O discurso masculino sobre a família e a relação com a profissão não é carregado de conflitos. Termos como "esposa compreensiva", "apoio", "conciliação fácil" e "separação das esferas profissional e familiar" são comuns, como pode ser visto nos relatos que seguem:

> *Ah, não tem muito a ver, não. Conciliar, você tem que conciliar, mas não tem nenhuma relação [...]. Tranquilo. Eu acho que não dificulta nada. Na verdade, a atividade acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) é uma atividade que tem que ter a vontade, a dedicação, do profissional, do professor* (Bardcas, Paraná, 15 de março de 2016).

> *De forma alguma! O fato de eu ter feito esta separação [entre profissão e família], na minha opinião, me faz mais produtivo. Isto fica bem claro pra mim, pras pessoas que trabalham comigo quais os horários que eu efetivamente estou a fim de produzir. Da mesma forma que raramente eu arrumo desculpas pessoais para faltar aos meus compromissos de segunda a sexta, eu também não aceito muito desculpas profissionais nos meus finais de semana. Volto a dizer, exceções sempre existem, mas este é o padrão que eu criei, para mim e para minha família* (Joric, Paraná, 1 de março de 2016).

Mesmo os homens que relatam a realização de tarefas domésticas e dificuldades de conciliação das demandas de família e profissão, há expressões de minimização do conflito como "pouco complicado" ou "compromete um pouco", como pode ser visto:

> *Bom, é uma questão assim, um pouco complicada. Porque a gente vai fazendo quase que instintivamente, e não pensa sobre isso. Mas, em casa, como a minha esposa é professora também, apesar de ela não estar na universidade, ela tem esse entendimento dessa importância. Em casa, a gente procura ter as atividades divididas. Então, não tem papel masculino, feminino. As atividades são divididas. Eu procuro ter uma base produtiva que não seja tão exagerada ao ponto de prejudicar outras atividades, como levar a minha filha para piscina, fazer almoço, curtir futebol, estas coisas. Então, é assim, bem mais tranquilo* (Shato, Paraná, 1 de março de 2016).

> *Pelo trabalho conturbado, acaba comprometendo um pouco a atenção com eles. Sobretudo, porque são filhos que alguns moram aqui, outros não. Reuni-los é difícil, mas sempre que dá, a gente reúne. Nosso ritmo acaba comprometendo um pouco a vida familiar* (Nanton, Paraná, 27 de abril de 2016).

O peso e a angústia encontrados no discurso feminino, na representação da família em seu desempenho profissional (como "complicadíssimo", "ninguém aguenta", "sofrimento" e "pressão"), não são comuns no discurso masculino, que parece ver a família como acolhimento e apoio. As estruturas das comunidades semânticas e categoriais dos discursos feminino e masculino de docentes universitários entrevistados apresentam semelhanças e também diferenças. Ambos relatam o espaço acadêmico como exaustivo no consumo de tempo e energia, cada vez mais exigente no cotidiano e com demandas variadas que dificultam o tempo de concentração na atividade de pesquisa, notadamente na escrita de artigos científicos.

Outro argumento comum é a ideia de que o espaço acadêmico é igualitário e que a ideia de gênero aparece apenas quando se refere à discriminação contra a mulher, assédio ou algum tipo de violência. Tanto homens como mulheres constituem a ideia de dicotomia entre o espaço doméstico e o espaço acadêmico, embora ambos relatem trazer demandas profissionais para o espaço doméstico. A visão de permeabilidade ocorre justamente nessa direção, e não ao contrário. Ao sentirem as demandas profissionais adentrando ao espaço privado, as mulheres relatam conflitos, enquanto os homens conseguem manter maior conciliação com a situação.

Considerações finais

Este artigo evidenciou a forma como o gênero institui a produção científica de docentes de programas de pós-graduação em geografia paranaenses, em sua vivência espacial cotidiana. Homens e mulheres produtores da ciência geográfica apresentam

diferenciais em relação ao uso do tempo. As mulheres possuem maior número de horas dedicadas à produção científica e à reprodução familiar. Apesar disso, homens ainda mantêm os maiores índices de produtividade e de desempenho científico, considerando a penetração de suas teorias no campo acadêmico.

As topologias das redes discursivas masculina e feminina apresentam semelhanças e diferenças. Entre as semelhanças, está a ideia de que o espaço acadêmico é igualitário em termos de gênero. As diferenças aparecem pelo tensionamento entre a produção científica e as demandas familiares de forma mais contundente nas comunidades semânticas femininas do que masculinas.

O gênero e a sua relação com a vida cotidiana da produção científica foram negados, tanto pelo grupo de homens como pelo grupo de mulheres cientistas. Os homens não pensam sobre suas performances de masculinidade e, ao serem convidados a refletir sobre gênero, constroem a ideia de discriminação contra mulheres. De modo surpreendente, nesta pesquisa, as mulheres, majoritariamente, negaram haver relação entre seu gênero e a sua produção científica, quando convidadas a refletirem sobre isto. Paradoxalmente a esta negação por parte das mulheres entrevistadas, o discurso feminino exalta os conflitos existentes no seu cotidiano, bem como o uso de tempo feminino evidencia maior carga de trabalho diária e falta de tempo para o exercício de concentração, notadamente a escrita de artigos que, de maneira geral, ocorrem no espaço privado.

Em suma, o poder simbólico das relações de gênero como naturalizadas, não pensadas como existentes no processo de produção científica geográfica, associado a uma imaginação geográfica calcada na dicotomia entre o espaço privado e o acadêmico, criam um cenário desfavorável às transformações dos padrões de produção científica, ainda fortemente centrados nos privilégios masculinos. Segundo Massey (2008), a forma como concebemos a imaginação geográfica determina grande parte de

como agimos e pensamos o mundo, as relações sociais e a política. Portanto, se os espaços acadêmico e privado não forem pensados como relacionais e se as relações de privilégio de gênero não forem compreendidas como instituidoras destas espacialidades coexistentes, será impossível construir caminhos políticos que permitam maior equidade entre homens e mulheres na produção científica.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, Isabel Margarida. "O gênero em geografia. Introdução de um novo tema." In: *Finisterra*, Lisboa, n. 25, p. 331-348, 1990.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.* São Paulo: UNESP, 2004.

BUTLER, Judith. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidade*. Barcelona: Paidós, 2007.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque; PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato Ezzahrá Schabib. 2010. "A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010." In: *Fazendo Gênero 9*, UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278295122_ARQUIVO_artigoIBGEAPesquisaPilotodeUsodoTempodoIBGE2009-2010.pdf>. Acesso em: 5/09/2014.

DAVIES, Karen. "Responsibility and daily life: reflections over timespace." In: MAY, Jon; THRIFT, Nigel (orgs.). *TimeSpace: geographies of temporality*. Nova York: Routledge, 2003.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Tempo, trabalho e gênero*. São Paulo, 2004.

EUROPEAN COMMISSION. *Meta-analysis of gender and science research: synthesis report*. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2012.

FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder." In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado.* Disponível em:< http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf >. Acesso em: 12/08/2014.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors; ORTIZ, Anna; PUJOL, Herminia. "Universidade e gênero na Espanha: trajetórias acadêmicas de docentes na geografia." In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. *Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas.* Ponta Grossa: Todapalavra, p. 43-63, 2011.

IBGE. *Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009: primeiros resultados*. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo_segundo_forum/uso_temp_o_2009.pdf>. Acesso em: 13/03/2014.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política de espacialidade*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

MONT'ALVÃO, Arnaldo; NEUBERT, Luiz Flávio; SOUZA, Marcio Ferreira. "Espaço e tempo na teoria da estruturação." In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, n. 35, p. 187-200, 2011.

SANT'ANNA NETO, João Lima. "Balanço e perspectivas da pós-graduação em geografia no Brasil – considerações sobre a avaliação trienal de 2010/2012." In: *Revista da Anpege*, v. 10, n. 14, p. 7-25, 2014.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria Silva. "Ofício, engenho e arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos." In: *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 -154, 2016.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina A. de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. "Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber." In: *Revista da Anpege*, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. "Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil." In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007.

O MECANISMO DE PODER DA SEGURANÇA JURÍDICA NO CAMPO FRENTE ÀS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: DISCURSO E CENÁRIO DE EXPECTATIVAS PARA O RURAL BRASILEIRO

THE POWER MECHANISM OF LEGAL SECURITY IN THE FIELD AGAINST THE DEMARCATIONS OF INDIGENOUS AND QUILOMBOLAS LANDS: SPEECH AND SCENARIO OF EXPECTATIONS FOR THE BRAZILIAN RURAL

EL MECANISMO DE PODER DE LA SEGURIDAD JURÍDICA EN EL CAMPO FRENTE A LAS DEMARCACIONES DE TIERRAS INDÍGENAS Y QUILOMBOLAS: DISCURSO Y ESCENARIO DE EXPECTATIVAS PARA EL RURAL BRASILEÑO

CAROLINA DE FREITAS PEREIRA
Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal Fluminense (PPGEO/UFF). E-mail: ninadfp@gmail.com

Resumo: A ideia de que os produtores rurais enfrentam, no campo, um grave quadro de insegurança jurídica provocado por problemas como as "questões" quilombola e indígena vem sendo amplamente proferida por entidades e sujeitos que representam o agronegócio, no Brasil. Diante deste cenário, e em oposição a ele, voltam suas argumentações e ações ao estabelecimento da garantia da "segurança jurídica no campo", representativa do que compreendem por "paz no campo" e respeito aos pressupostos básicos da atividade rural, notadamente o direito de propriedade. O presente artigo se dedica a compreender criticamente as representações simbólicas subjacentes ao discurso da segurança jurídica no campo, com vistas a demonstrar como este é mobilizado para moldar comportamentos e expectativas, especialmente por meio de políticas públicas e leis, de acordo com o interesse de estabelecimento do mercado de *commodities*.

Palavras-chave: segurança jurídica, agronegócio, indígenas, quilombolas.

* Artigo publicado em junho de 2018.

Abstract: The idea that rural producers face a serious picture of legal insecurity caused by problems such as indigenous and quilombola "issues" has been widely pronounced by entities and individuals that represent agribusiness in Brazil. Before, and in opposition to this scenario, they direct their arguments and actions to the establishment of the guarantee of "legal security in the countryside", representative of what they understand for "peace in the countryside" and respect for the basic assumptions of rural activity, especially rights of property. The present article aims to reveal the symbolic representations underlying the discourse of legal security in the countryside, with a view to demonstrate how it is mobilized to shape behaviors and expectations, especially through public policies and laws, according to interests of establishment of the commodity market.

Keywords: legal security, agribusinnes, indigenous, quilombolas.

Resumen: La idea de que los productores rurales enfrentan en el campo un grave cuadro de inseguridad jurídica provocado por problemas como las "cuestiones" quilombola e indígena viene siendo ampliamente proferida por entidades y sujetos que representan el agronegocio en Brasil. Delante este escenario, y en oposición a él, vuelven sus argumentaciones y acciones al establecimiento de la garantía de la "seguridad jurídica en el campo", representativa de lo que comprendem por "paz en el campo" y respeto a los presupuestos básicos de la actividad rural, notadamente el derecho de propiedad. El presente artículo se dedica a desnudar las representaciones simbólicas subyacentes al discurso de la seguridad jurídica en el campo, con miras a demostrar cómo éste es movilizado para moldear comportamientos y expectativas, especialmente a través de políticas públicas y leyes, de acuerdo con el interés de establecimiento del mercado de *commodities*.

Palabras clave: seguridade jurídica, agronegócio, indígenas, quilombolas.

Introdução

O presente artigo faz uma análise do mecanismo de poder da "segurança jurídica no campo" frente ao que as elites agrárias consideram os riscos que as questões quilombola e indígena representam à atividade do agronegócio. Para tanto, demonstra-se como o discurso da segurança jurídica no campo foi construído com base em uma gama de argumentações que partem da ideia de que a demarcação das terras indígenas e quilombolas é um obstáculo institucional ao crescimento e desenvolvimento da produtividade agrícola, afirmando-se que expropriam do homem

do campo seu direito de propriedade e que inviabilizam que mais terras sejam incorporadas à produção do agronegócio. Assim, em oposição ao agronegócio (tido como moderno e eficiente), são colocadas as terras indígenas e quilombolas (apresentadas como resquícios do atraso).

O objetivo do presente artigo é compreender criticamente esse mecanismo – os fatos e as argumentações propostas em nome de um cenário concebido pelos representantes do agronegócio como "seguro" e de "paz no campo" –, demonstrando que este serve à legitimação dos direitos privado e individual de propriedade (manutenção de lugares de poder) e de um projeto de rural atrelado aos interesses dos setores agroexportadores de *commodities*, empreendimento que exige a incorporação de novas terras ao mercado.

A segurança jurídica: chave analítica mobilizada para moldar condutas

O lema "Onde tem justiça, tem espaço para todos", destacado na Figura 1, foi *slogan* da manifestação realizada em junho de 2013, por iniciativa da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL). Nesta imagem, é possível ver ainda a frase "É hora de descruzar os braços pela produtividade e subsistência sem conflitos". Não por coincidência, esta frase está posicionada ao lado da imagem em que se pode ver um homem não índio e uma fazenda de produção que, ao que parece, é de soja, e cuja extensão do campo nos leva a crer que vai além de "até onde a vista alcança". Do outro lado, vê-se um índio, uma área de chão batido, uma oca e um pedaço de mata. À primeira vista, a imagem parece dizer que, lado a lado, homem branco e homem índio – ambos providos da condição humana – precisam conviver em harmonia, respeitando-se mutuamente e às leis dos homens.



Figura 1: Imagem de campanha da FAMASUL sobre segurança jurídica, 2013. Fonte: http://famasul.com.br

Com base no discurso da segurança jurídica e da necessidade do fim dos conflitos no campo, os manifestantes (produtores e lideranças rurais do Paraná, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo) afirmavam agir "em defesa da paz no campo e contra as invasões das propriedades rurais praticadas por grupos indígenas".[30]

Ao analisar disputas judiciais entre sesmeiros e posseiros, Motta (2008) verificou o uso recorrente do termo "invasores" para se referir aos posseiros que, segundo os fazendeiros, se apossavam, com má-fé, de terras sobre as quais alegava-se que não tinham direitos. Há, portanto, continuidade dessa situação, e, ainda hoje, o termo invasor serve para desconsiderar a legitimidade das ações empreendidas por sem-terras, assim como por povos indígenas e quilombolas. O que os fazendeiros chamam de "invasões", indígenas e quilombolas entendem por "retomadas" – ações coletivas de retorno para seus territórios tradicionais e de protesto diante da demora do Estado em demarcar as áreas que lhes são de direito.

30 Http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/brasil-por-seguranca-juridica-e-paz-no-campo

Na Figura 2, é possível ler uma faixa com os dizeres "Terra para quem trabalha e produz. Deixe-nos alimentar o Brasil". Com a imagem desta campanha, com a faixa e com as justificativas apresentadas, fica clara, assim, a oposição entre o homem branco que alimenta o país e o homem índio que invade e impede que a terra seja trabalhada, produza e alimente o país.



Figura 2: Liderança discursa durante manifestação por segurança jurídica, no Mato Grosso do Sul. Fonte: http://famasul.com.br

Em termos dos princípios colocados como determinantes ao desenvolvimento do agronegócio no Brasil, indígenas e quilombolas são abordados como problemas prioritários à consolidação do que, na fala do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP), Fábio Meirelles, é a "necessária e tão almejada segurança jurídica no campo".[31] Assim, o problema relevante da regularização fundiária

[31] Fala proferida no dia 13 de agosto de 2015, durante o lançamento do Grupo de Trabalho Rural (GTR) interdisciplinar. Este grupo, formado por representantes da FAESP e da Associação de Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), se volta a discutir e ampliar a

para o setor implica na resolução da "questão indígena" e da "questão quilombola".

O uso do termo "questão", cujo sentido indica a existência de um problema a ser resolvido, é significativo. Tal problema se refere à enormidade de comunidades se autorreconhecendo como indígenas e quilombolas e reivindicando seus direitos territoriais. Atualmente, somadas as áreas com processos finalizados de reconhecimento (tituladas e homologadas), chegam a 116.885.451,1429 hectares, o que corresponde a cerca de 12,5% da área total do Brasil. Há, ainda, 1.611 processos de reconhecimento de territórios quilombolas, com áreas próximas de 2.552.787 ha, e 228 processos de terras indígenas, com áreas mínimas de 7.800.000 ha, além de territórios em estudo, cujos limites ainda não foram delimitados.

Na Carta da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) entregue a Michel Temer quando este assumiu a Presidência da República, em 2016, esse tema se expressou como relevante: a questão indígena e a questão quilombola seriam resolvidas com "reformas em relação aos procedimentos administrativos de identificação e demarcação de terras", bem como por meio da adoção de políticas de resguardo ao direito de propriedade (inclusive, dificultando o que chamam de "invasões").[32]

Em agosto de 2014, durante reunião da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Paulo Ricardo de Souza Dias, alegou que "a questão indígena é a mais grave no Brasil, e existe uma nova política indigenista. Essa política que esta aí, baseada na obtenção desenfreada de terra, contraria a Constituição, e está fracassada. Nossos índios estão

segurança jurídica do agronegócio.

[32] Disponível em: http://www.fpagropecuaria.org.br/noticias/marcos-montes-entrega-carta-da-fpa-ao-presidente-michel-temer#.Wdt5GxS0nJ8

passando por muita dificuldade. Nós precisamos dar cidadania a eles e, por outro lado, segurança jurídica aos produtores para que possam continuar trabalhando".[33]

A Comissão da CNA tem por objetivo "reduzir ameaças ao direito de propriedade e entraves à regularização fundiária dos imóveis rurais, que oneram o setor produtivo, e corroborar com maior segurança jurídica aos empreendimentos agropecuários". Tal comissão é constituída por representantes das Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados e por entidades ligadas ao tema, e realiza debates e proposições sobre: direito de propriedade e à propriedade; desapropriações e expropriações de terras; programa de reforma agrária; regularização fundiária das ocupações da Amazônia Legal (Programa Terra Legal); regularização fundiária na faixa de fronteira (ratificação de títulos de propriedade); regularização fundiária de terrenos marginais de rios federais; demarcação de terras indígenas; titulação de terras para remanescentes das comunidades de quilombolas; certificação georreferenciada de imóveis rurais; Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; aquisição de terras por estrangeiros; conflitos fundiários; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e política agrária. Segundo justificativas de seus mentores, a referida comissão gera argumentos à diretoria da CNA para que sejam criadas propostas que garantam o direito de propriedade e a segurança jurídica dos empreendimentos agropecuários.[34]

No âmbito do direito constitucional brasileiro, a segurança jurídica representa direito e princípio fundamental, pois corresponde à garantia de estabilidade das relações e da ordem jurídicas, bem como à possibilidade de elaboração e realização de projetos de vida. Vincula-se, portanto, à noção de dignidade (SOARES, 2005).

[33] Vide em: http://www.questaoindigena.org/2014/08/cna-volta-atuar-na-questao-indigena.html#sthash.L0JWChV2.dpuf

[34] Fonte: http://www.cnabrasil.org.br/sobre-cna/comissoes-nacionais/assuntos-fundiarios

Em sentido amplo, refere-se à confiança nas instituições sociais e estatais, incluindo o direito, e a uma certa estabilidade das próprias posições jurídicas – a segurança jurídica implica respeito e eficácia dos direitos fundamentais, especialmente dos que tratam da dignidade humana (SARLET, 2005).

Soares (2012) trata do tema da segurança pública, mas muitas de suas reflexões podem ser incorporadas ao debate sobre a segurança jurídica. Assim como a segurança pública, a segurança jurídica pode ser entendida como "uma relação entre o presente que se percebe e o futuro que se antecipa nas prospecções cotidianas", sendo, portanto, uma expectativa, caracterizada pela qualidade positiva e estável (segurança) em oposição ao medo e à instabilidade de expectativas (insegurança) (SOARES, 2012, p. 294).

No entanto, em diálogo com as reflexões de Foucault (2008) sobre o que ele compreendia por "sociedade de segurança", parece-nos que esta questão vai muito além do jurídico, da eficácia universal e fundamental dos direitos e do respeito à dignidade humana em termos genéricos.

Na sociedade de segurança, coloca-se como necessário criar mecanismos de poder para a gestão (redução e controle) de riscos e perigos, levando a um cenário considerado seguro. A segurança procura, assim, "[...] criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável" (FOUCAULT, 2008, p. 27).

A segurança, assim como a disciplina e a soberania, é um mecanismo que lida com multiplicidades, por isso, implica também em formas de tratamento do espaço – o estabelecimento de espaços de segurança. Ela trabalha, portanto, com a disposição do espaço como algo dado a ser administrado. O Estado é o sujeito principal desse exercício de poder, que Lima (2013) define por tutelar, e que implica no monopólio dos atos de definir e controlar o que sejam as coletividades sobre as quais incidirá.

Diante disso, coloca-se como imperativo implantar no planejamento as funções dos espaços, administrá-los em função do papel considerado como necessário.

> O espaço próprio da segurança remete, portanto, a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. [...] O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação. Distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento circulação de uma ação. [...]
>
> O meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro (FOUCAULT, 2008, p. 27-28).

A importância do espaço, dos arranjos, do ordenamento espacial e, portanto, do território no exercício do poder normalizador – que incide sobre a população como tal, permitindo e induzindo comportamentos, e que é característico da sociedade da segurança – se encontra no fato de que se deve conhecê-lo minuciosamente a fim de dispô-lo da melhor maneira para se alcançar seus objetivos. Interessa alcançar a melhor disposição espacial para que o exercício deste poder se dê de forma eficaz (HAESBAERT, 2014).

A relação entre a sociedade de segurança e as reconfigurações territoriais pode ser, segundo Haesbaert (2014), equacionada a partir da ideia de que o controle de processos sociais se exerce também por intermédio do controle do território. Haesbaert (2014) afirma que, atualmente, sob o imperativo do neoliberalismo, a economia se tornou ponto de partida das ações governamentais e do controle do território, da população e da circulação do capital. A hegemonia do capital financeiro interpenetra e reconfigura o Estado também.

Nesse contexto, novas formas de des-territorialização são capitaneadas pelo Estado (tido comumente como tendo um papel, por excelência, territorializador). Este autor aborda a "desterritorialização, fundamentalmente, no bojo das formas contemporâneas de reprodução, tantas vezes "precarizantes", das relações capitalistas de produção, consumo e especulação", ao priorizar sua dimensão social dentro de uma diferenciação de classes, tal qual a exclusão, a privação e/ou a precarização do território como recurso ou apropriação (HAESBAERT, 2014, p. 184).

Segundo Haesbaert (2014, p. 191), a "precarização social pode envolver a formação de territórios fragilizados tanto por sua abertura e instabilidade quanto pelo seu fechamento". Há, na atualidade, ainda segundo Haesbaert (2014), uma maior complexidade de associação entre processos de abertura ("versatilidade e incrível mobilidade do capitalismo contemporâneo") e de fechamento (excludentes).

O Estado é o "conector" dentro do sistema político-econômico que impulsiona a globalização (regulando e organizando); é a instituição fundamental de proteção da vida (ou controle da massa) e a propriedade. É importante lembrar que esta instituição nasceu com base na ideia de território absoluto, homogêneo, estático, não aberto à pluralidade de poderes, incluindo o poder (ou o não poder) de delimitar oficialmente outros territórios nestes mesmos moldes dentro do seu domínio – o que Haesbaert (2007) definiu por lógica do território-zona –, e que foi utilizada historicamente para subordinar povos que se formaram com base em outras racionalidades.

Haesbaert (2014) aponta o caráter des-territorializador, contraditório e ambivalente, da propriedade privada, alicerce da territorialidade dominante do Estado-nação e princípio desterritorializador no mundo moderno, ao difundir uma padronização abstrata e mercantilizada na relação do homem com a terra: "A ambivalência parece explicar-se a partir da ênfase ora a

uma, ora a outra das duas faces ou dinâmicas que, no nosso entendimento, definem o território: a dominação político-funcional e a apropriação simbólico-cultural" (HAESBAERT, 2014, p. 193).

Outra qualidade dos mecanismos da segurança, para Foucault (2008), é a operação de normalização: estabelecer e identificar o normal e o anormal. Uma vez estabelecido o modelo (o normal), deduz-se e fixa-se dele uma norma que desempenha um papel operatório de garantir, por meio da ação dos que governam, a necessária segurança da população.

Assim, chegamos a outro mecanismo importante de segurança: a correlação entre a técnica de segurança e a população, esta, ao mesmo tempo, como objeto e sujeito desses mecanismos de segurança, isto é, a emergência não apenas da noção, mas da realidade da população.

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo (FOUCAULT, 2008, p. 97-98).

Marcada "pela des-territorialização do controle "sem rosto" das massas" (HAESBAERT, 2014, p. 143), nessa sociedade, a segurança é o mecanismo principal de poder, que funciona em conjunto com as velhas estruturas da lei e da disciplina. Neste sistema, como aponta Haesbaert (2014), conter as massas representa conter a insegurança, já que o temor da insegurança envolve toda a sociedade: todos querem mais segurança, em sentido mais amplo, como respeito à garantia da vida.

O discurso da insegurança é concebido politicamente e difundido socialmente por meio da propagação de seus efeitos e riscos. "A preocupação constante com "(não) correr riscos" (ou, dentro de um raciocínio de probabilidades, minorá-los) tornou-se uma das principais características das nossas sociedades de in-segurança" (HAESBAERT, 2014, p. 156).

> A chamada economia fictícia do capitalismo contemporâneo vive da própria exploração da ideia de risco – e da criação de riscos, devemos destacar –, numa especulação permanente a partir de eventuais crises ou catástrofes, o que afeta diretamente a bolsa de valores e permite "jogar" financeiramente, em termos de lucro, com a probabilidade dos riscos e/ou da insegurança futuros (HAESBAERT, 2014, p. 158).

Com base em Haesbaert (2014), pode-se afirmar que vivemos uma "economia da in-segurança" ou "economia da securitização" (pensando-se de forma mais estrita), na qual seus sujeitos fazem continuamente os cálculos da racionalidade das probabilidades dos riscos. Para conter tais riscos, o Estado e as classes hegemônicas são chamados a fazerem sua gestão. Este autor deixa claro que o que se considera enquanto risco "depende de como analisamos o perigo e de como consideramos um acontecimento"; portanto, os riscos e o medo também são produzidos. Essa política e essa economia são retroalimentadas pela propagação de um imaginário do medo de se correr riscos ("utilidade econômica do medo").

A demarcação dos territórios das comunidades quilombolas e das terras indígenas como "argumentos à expropriação de terras agrícolas"

Seguem falas e contextos que apresentam os propalados riscos e inseguranças no campo diante da "questão indígena" e da "questão quilombola", e estes deixam claro que, como apontou Foucault (2008), a segurança, como mecanismo de poder, vai se apoiar em um certo número de dados materiais que criam o cenário a ser enfrentado.

Em fevereiro de 2010, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou o Programa Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo, com a intenção de formar um banco de dados com informações sobre

questões possessórias, ambientais, fundiárias, trabalhistas e indígenas – ou seja, aquelas que causam insegurança –, deixando claras, mais uma vez, as pautas que integram o problema da segurança jurídica no campo, na visão desta entidade.

Os primeiros resultados apresentados referem-se ao "Mapeamento do impacto econômico das invasões no Mato Grosso", no qual, segundo dados da CNA (2010), dois milhões de hectares se encontravam em litígio agrário,[35] resultando em perdas em termos de arrecadação de tributos (R$ 874 milhões/ano), de geração de empregos (13,6 mil) e no faturamento bruto do Produto Interno Bruto (R$ 4,6 bilhões).

O boletim de dezembro de 2013 aborda irregularidades dos procedimentos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a ampliação das Terras Indígenas (TIs) Buriti, no Mato Grosso do Sul, Passo Grande de Forquilha, no Rio Grande do Sul, e Pinhal, em Santa Catarina, afirmando que as imagens de satélite Landsat-5 destas áreas, entre 1986 e 1998, sobre cujas áreas se davam as propostas de ampliação, eram, na verdade, ocupadas por vegetação natural, campo/pastagem, culturas temporárias/permanentes e água, e não pelos próprios indígenas (CNA, 2013).

Essas argumentações se deram com base na Portaria 303/2012, da Advocacia Geral da União (AGU), que, entre outras iniciativas, vedava a ampliação de terras indígenas já demarcadas e estabelecia o marco temporal da ocupação na data de promulgação da Constituição Federal de 1988.[36] Ou seja, para fins de demarcação, só poderiam ser consideradas terras que os índios tradicionalmente ocupam aquelas ocupadas de forma ininterrupta desde a data de 5 de outubro de 1988, e foram estendidas também aos quilombolas.

[35] A natureza e os tipos de litígios não são especificados.

[36] Para consulta a todas as condicionantes da Portaria 303/2012, vide http://www.cpisp.org.br/indios/html/legislacao/202/portaria-n-303-de-16-de-julho-de-2012.aspx

A Portaria 303/2012, da AGU, foi estabelecida com base no resultado final do julgamento da Ação popular 3388-RR (ajuizada pelo senador Affonso Botelho Neto), proferido pelo Superior Tribunal Federal (STF), em 2009. Tal ação contestava a Portaria 534, do Ministério da Justiça, que demarcava a TI Raposa Serra do Sol com uma área de cerca de 1.800.000 hectares, em Roraima, e visava a suspender a remoção das pessoas não indígenas desta área. A legalidade da Portaria 534 foi mantida no julgamento e a demarcação contínua foi reafirmada. No entanto, o STF impôs um conjunto de dezenove condicionantes ao usufruto indígena, que passaram a ser usualmente manejadas como novos paradigmas à demarcação de terras indígenas.

Por isso, em torno desse documento, criou-se toda uma mobilização para que essas condicionantes se tornassem válidas para o conjunto dos litígios envolvendo demarcações de terras indígenas. A CNA e a AGU capitanearam o processo de se fazer crer que as condicionantes do caso da TI Raposa Serra do Sol eram precedentes judiciais a serem usados por outros juízes em todos os casos, a partir de então. Porém, em outubro de 2013, ao julgar os embargos de declaração do caso Raposa Serra do Sol, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as condicionantes não eram vinculantes e que, por isso, não serviam de referência para as demais terras indígenas do Brasil. A Portaria 303/2012 está suspensa, desde fevereiro de 2014, para análise da "adequação" do conteúdo da Portaria AGU nº 303, aos termos do acórdão proferido pelo STF no julgamento dos embargos de declaração na Petição nº 3388.

Os termos da avaliação, diante da pressão do movimento indígena, são os efeitos das decisões do STF sobre o assunto e as queixas apresentadas pelos indígenas, tais como: a de que a portaria é inconstitucional, posto que fere os direitos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988; a de que deixará os indígenas desassistidos juridicamente, já que todos os advogados da União deverão levar em conta as condicionantes; e de que vai contra o

que foi ratificado com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece os critério da consulta prévia, livre e informada aos indígenas para o caso de atividades que interfiram em seus territórios.

Resumindo, para indígenas e indigenistas, as dezenove condicionantes da Portaria 303/2012, da Advocacia Geral da União, tolhem a autonomia indígena (inclusive, restituindo condições tutelares) e põem riscos às demarcações. Espelham, portanto, o desejo de ruralistas e latifundiários de frear ou interditar o reconhecimento desses territórios.

Já o boletim de dezembro do mesmo ano aponta que "grupos de pessoas se declaram indígenas e invadem propriedades em áreas incluídas pela FUNAI em processos demarcatórios", gerando tensão no sul da Bahia. Estas pessoas são referidas como "um grupo que se autodenomina como índios Xacriabás, na região oeste de Bahia" e "um grupo de índios pataxó [que] passou a invadir os imóveis incluídos na demarcação da Terra Indígena de Barra Velha" (CNA, 2014c, s/n).

Nos documentos *Agronegócio 2015-2022: proposta de plano de ação aos presidenciáveis*[37] (GVAGRO/FGV) e *O que esperamos do próximo presidente 2015-2018*[38](CNA), entidades do setor do agronegócio apresentaram sua agenda aos candidatos à

[37] Elaborada pelo GV Agro (Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas/FGV), sob a coordenação do já citado Roberto Rodrigues, com a colaboração da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a participação de outras 22 principais entidades do setor do agronegócio brasileiro (não especificadas no documento), apresenta-se aos candidatos à presidência nas eleições de 2014 uma agenda prioritária para o setor para a legislatura que estava por vir. Vide http://www.abagrp.org.br/media/pdf/programa-de-governo-2015-2022.pdf (GVAGRO/FGV, 2014).

[38] No referido documento, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil também se dirige aos candidatos à Presidência da República. Segundo carta aberta aos presidenciáveis, "para oferecer um panorama detalhado das realizações e aspirações do setor rural, de modo a contribuir para a construção de uma agenda que favoreça o desenvolvimento nacional" (CNA, 2014, s/n). Vide http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/proximo_presidente_web.pdf

Presidência da República, na eleição de 2014. Em ambas as propostas, há pontos específicos relacionados ao problema da segurança jurídica no campo,[39]que, em termos gerais, se referem à: questão indígena, questão quilombola, criação de unidades de conservação, invasão de terras, regularização fundiária na Amazônia, faixa de fronteira e aquisição de terras por estrangeiros – os argumentos tocam basicamente em questões relacionadas à atualização de marcos legais e aos problemas relacionados à expropriação de terras agrícolas sob o "argumento" de indígenas e remanescentes de comunidades de quilombolas.

As principais pautas relacionadas às questões indígena e quilombola se referem ao que definem por: a) adequações e modernização da legislação (estabelecer os parâmetros para o julgamento dos casos de litígios com base nas condicionantes fixadas pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388-4 RR, que julgou a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol;[40] consideração dos interesses dos estados da federação; respeito ao direito de propriedade privada; reaver o que consideram institucionalidades do Decreto 4.887/2003 (alegam que a demarcação por via da lei e não de decretos resulta em maior segurança jurídica); b) adoção de medidas que coíbam as

[39] Além da segurança jurídica, as pautas trazidas no documento do GVAgroFGV são sobre desenvolvimento sustentável, competitividade, governança institucional e orientação a mercados; no arquivo da CNA, trata-se de política agrícola, competividade, relações de trabalho, meio ambiente, educação e assistência técnica.

[40] No processo da TI Raposa Serra do Sol, o STF impôs um conjunto de dezenove condicionantes ao usufruto indígena, que passaram a ser usualmente manejadas como novos paradigmas na demarcação de terras indígenas, entre as quais destacamos a fixação do dia 5 de outubro de 1988, data em que a Constituição foi promulgada, como "marco temporal" para definir o que são as terras permanentemente ocupadas por indígenas e quilombolas do marco temporal de ocupação. Para consulta a todas as condicionantes, vide http://www.cpisp.org.br/indios/html/legislacao/202/portaria-n-303-de-16-de-julho-de-2012.aspx

"invasões" de terras por índios; c) reestruturação da FUNAI de forma a evitar arbitrariedades.

Todas as pautas e argumentações não consideram o direito originário assegurado a esses povos, que ordena o reconhecimento dos territórios pelo critério dos povos que detêm o direito a estes devido ao fato de existirem antes da instituição do território nacional e do direito de propriedade privada. Segundo Oliveira (2010), a ideia de povos originários traz em si uma mudança paradigmática que conduz a uma crítica das certezas e atitudes naturalizadas, como, por exemplo, a percepção de que a chegada dos portugueses configurou-se em invasão das terras indígenas e não na descoberta do Brasil. Desconsideram também o sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processos de cercamento de terras e de exploração desses povos.

No tocante às declarações sobre a questão da insegurança jurídica no campo, algumas frases dos referidos documentos, que observaremos a seguir, são representativas da alegações de que são usadas para justificar as demandas e a atuação de seus locutores:[41]

– "Quanto maior a insegurança em relação à propriedade, *mais temerário será o investimento* no agronegócio" (CNA, 2014, p. 51).

– "As intervenções intempestivas no mercado pelo poder público geram incertezas e *afastam os investimentos*, como o represamento dos preços de combustíveis" (GVAGRO/FGV, 2014, p. 15).

[41] Pereira (2018) faz um estudo sobre as proposições legislativas anti-indígenas e antiquilombolas em tramitação no Congresso Brasileiro, na atualidade. De forma sintética, os dados levantados durante a pesquisa demonstram a existência de 45 proposições movidas por 32 parlamentares (uma delas com autoria do Poder Executivo), que, com base no discurso da segurança jurídica, se voltam a flexibilizar ou a sanar normas reguladoras dos direitos territoriais indígenas e quilombolas, para que estas terras sejam liberadas para a apropriação e o avanço das atividades do agronegócio e da mineração, entre outras.

– "Isto [a insegurança jurídica] inibe não apenas o desenvolvimento da atividade rural, mas o crescimento econômico do Brasil. Gera *encargos e riscos* que a concorrência internacional não enfrenta, produzindo extrema desvantagem competitiva" (CNA, 2014, p. 51).

– "As invasões de propriedades rurais por índios, com o apoio de organizações não governamentais (ONGs), [que] desde 2011" pressionam "por criação e ampliação das terras, é outro fator de *aumento de disputas*" (CNA, 2014, p. 52).

– "A ausência de novos dispositivos legais que coíbam as *arbitrariedades*" da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que usa de "procedimentos tendenciosos", de "caráter político-ideológico", "sem o devido amparo na legislação" (CNA, 2014, p. 52).

– O *acúmulo de funções* da FUNAI, que é responsável por "defender os interesses dos índios e julgar os recursos e as impugnações dos proprietários" (CNA, 2014, p. 52).

– O "estímulo ao *conflito* entre índios e não índios", em áreas antropizadas do Centro-Sul (especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Pará e Alagoas) e na Amazônia (CNA, 2014, p. 52).

– O afastamento "dos princípios da primazia da realidade e da razoabilidade, em prol de uma *ideologia*" (CNA, 2014, p. 52).

– "Todos os tipos de produtores e empresas rurais, sem distinção, bem como empreendimentos de infraestrutura (hidrelétricas, estradas, portos etc), têm sofrido, nos últimos anos, com *ameaças de expropriação de terras ou paralisação das obras* decorrentes da criação ou ampliação de áreas destinadas aos índios" (CNA, 2014, p. 53).

– "O clima de insegurança tem provocado o aumento da *violência no campo. Proprietários rurais*, cujos títulos foram regularmente emitidos por estados ou pela União, são subitamente *considerados invasores* de suas próprias terras, em clara violação

aos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, que regem a relação entre o Estado e seus administrados" (CNA, 2014, p. 53).

– *Inconstitucionalidades*: os critérios de autodefinição e de autoindicação colocados como mecanismos que "dão brecha para a ocorrência de fraudes nos processos de certificação" (CNA, 2014, p. 54).

– A constituição "reconhece a propriedade definitiva das *terras que estejam ocupando* [desde a data da promulgação da Constituição Federal de 1988] e não daquelas que querem ocupar" (CNA, 2014, p. 55).

O direito reconhecido às comunidades remanescentes de quilombos pela via do Decreto 4.887/2003 é, segundo Barretto (2007), um atentado à constituição e aos direitos de propriedade, posto que altera e contraria as normas constitucionais nos seguintes pontos:

a) O texto constitucional é muito claro ao dizer que reconhece o direito de descendentes de escravos específicos – comunidades formadas por escravos fugidos durante a escravidão que subsistiram após a promulgação da Lei Áurea nessas áreas e que nelas ficaram, permanentemente, até a data da promulgação da Constituição de 1988, posto que a expressão "suas terras" deixaria clara a natureza de posse permanente dos remanescentes. Ou seja, partiu-se de uma concepção limitada de quilombo, que cristaliza a existência destes ao *passado escravista e à questão da fuga*, o que justificaria a conversão da posse "centenária, qualificada e pacífica". Assim, ignoram-se os efeitos da escravidão na sociedade brasileira, que, devido à inexistência histórica de mecanismos de regularização das posses, é marcada por diversas formas de expropriação de terras e meios de vida. Igualmente, não se levou em consideração a ressemantização das categorias territórios indígenas e quilombolas, que se deu após o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 (reconhecimento do caráter dinâmico e múltiplo dessas territorialidades, que implica na apreensão das identidades como construções históricas,

sempre em processo, dinâmicas, múltiplas, abertas e contingentes, tendo a ver, portanto, com as trajetórias e também com estratégias para o futuro).

b) O Decreto criou a categoria de propriedade coletiva, contrariando a constituição, o que "seria a *volta da escravidão de modelo estatal*, sem nenhum direito para comercializar a terra ou progredir", já que "o direito de propriedade constitui um dos fundamentos da liberdade" (BARRETTO, 2007, p. 27). A propriedade coletiva é um novo modelo jurídico-legal de propriedade, e, portanto, equivale a uma nova forma de circunscrição espacial, na qual o sujeito não é mais "o" proprietário, individualizado, mas sim um grupo, cujos vínculos com a terra (e a legitimidade do direito por/sobre ela) são colocados com base nas ideias de etnicidade, tradicionalidade e territorialidade. Estes são os novos marcos de estabelecimento de fronteiras dos objetos legais Terras Indígenas e Terras dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, e a oposição à sua implementação se faz expressiva, já que, no Brasil, o monopólio do controle privado e latifundiário sobre a terra prevalece como instrumento de poder.

Barretto (2007) segue justificando seus argumentos, afirmando que o referido decreto está "provocando *divisão e conflito racial*", e por meio do qual a palavra quilombo é manipulada na "intenção de romper a paz em nosso campo". O reconhecimento dos quilombos é tido como um tipo de "reforma agrária paralela", relacionado "ao nascimento de um MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] de negros", disposto a fazer com que o Brasil deixe "de ser mestiço para ser dividido por raças". Ao longo desse escrito, a mestiçagem [mestiçagem branca ou branqueamento, que também foi uma política pública, no Brasil do século XIX] é enaltecida como "nossa principal virtude", e, para criticar o que compreende ser a ideologização comunista da "indústria de quilombos", em determinado trecho, Barretto chega a dizer que estamos diante de

um "*plano maquiavélico de quilombolização* – melhor diríamos, cubanização – do Brasil".

As palavras grifadas pela autora deste artigo são as enunciações comumente utilizadas como justificativas à reivindicação por segurança jurídica. Diferentemente das assertivas utilizadas para legitimar o agronegócio, esta narrativa se constrói pelo uso de palavras que aludem ao medo, aos riscos, aos problemas, ao que inibe e leva à desvantagem para este setor e para o país, ou seja, remontam à ideia de fragmentos do atraso que prejudicam a guinada do Brasil rumo ao desenvolvimento.

Os litígios e as demarcações (desproporcionais, irregulares, farsas e/ou inconstitucionais) de terras indígenas e quilombolas são apresentados como causas de perdas de produtividade e expropriação de propriedades, sendo, portanto, riscos e obstáculos ao crescimento do setor de agronegócios e, consequentemente, causas de insegurança para o país.

O cenário de expectativas da segurança jurídica no campo brasileiro

As séries estatísticas (técnicas de poder e controle) se voltam à questão da segurança. São formas de produção do saber que proporcionam dados que legitimam as ações. Por isso, para Soares (2012), a (in)segurança é tida também como uma mediação entre presente e futuro, a partir da qual, por meio de mediadores simbólicos e micropolíticos, são repactuadas as relações sociais identificadas como significativas, a exemplo do caso da relação entre sociedade e terra. Isto inclui a utilização de categorias estratégicas como risco e credibilidade, decadência e encontro redentor com o estado harmônico de origem (desestabilizado por uma situação de insegurança a ser resolvida, sem levar em consideração a formação da estrutura fundiária brasileira e os conflitos dela decorrentes), o que envolve intencionalidade e compromisso prático: reduzir a quantidade de práticas violentas e

o medo, a sensação de insegurança e de instabilidade de expectativas no caso da segurança pública; reduzir os conflitos e as "invasões" às propriedades privadas, no caso da segurança jurídica no campo.

"As expectativas são, portanto, muito mais do que prospecções, racionalmente calculadas. São imagens e sentimentos, valores e impulsos concentrados, que se traduzem em ações ou em reações antecipadas" (SOARES, 2012, p. 296-297). Ainda com base nas reflexões de Soares (2012), apontamos que são construídas na dialética do que se apresenta como segurança e insegurança, sendo que nenhuma destas é um retrato exato, fiel e objetivo da realidade; são subjetivas, afetivas, simbólicas e culturais. Portanto, alimentadas pela disseminação de um cenário de instabilidade de expectativas e medo em oposição a um de estabilidade e segurança.

As expectativas são soluções e problemas que, quando consolidadas no âmbito da ordem jurídico-política, se convertem em objeto de políticas públicas específicas, construindo, assim, o futuro. A lei e a ordem são apanágios da segurança jurídica, atualmente formuladas por processos não democráticos (desiguais) com o uso de um vocabulário repressor de que é preciso reprimir as situações que levam à insegurança desenhada (SOARES, 2012).

A segurança

> [...] transformou-se num empreendimento orientado para o futuro [...] e funciona por meio da vigilância, tentando monitorar o que vai acontecer pelo emprego de técnicas digitais e raciocínio estatístico. [...] Processos de estereotipia e medidas de exclusão estão à espera dos grupos desafortunados o bastante para serem rotulados de "indesejados" (LYON, 2013, p. 13, apud Haesbaert, 2014, p. 198).

Uma vez demonstrados os dados materiais (os fatos "reais") que ocasionam riscos e inseguranças à estabilidade e ao protagonismo do agronegócio, são apresentadas as ações "necessárias" à gestão do problema que levarão ao alcance do

cenário devidamente seguro e almejado – traduzido pela expressão "segurança jurídica no campo".

O trecho a seguir sintetiza a compreensão exposta nos documentos *Agronegócio 2015-2022: proposta de plano de ação aos presidenciáveis* e *O que esperamos do próximo presidente 2015-2018* sobre o que representa a segurança jurídica:

> Segurança jurídica para garantir o direito de propriedade privada e, por decorrência, criar um ambiente favorável a investimentos nacionais e estrangeiros e incentivar o empreendedorismo. Simplificação e aplicação da legislação agrária, ambiental e trabalhista, com base em critérios técnicos, condizentes com as características do agronegócio, da produção agropecuária em particular e dos mercados internacionais (GVAGRO/FGV, 2014, p. 2).

A atuação da senadora Kátia Abreu, então do partido Democratas/DEM-TO, à frente da presidência da Confederação Nacional da Agricultura, iniciada em 2008, por exemplo, foi marcada pela intensa defesa dos seguintes aspectos: necessária segurança jurídica no campo; uma política agrícola que garanta renda ao produtor; a imprescindível defesa sanitária vegetal e animal; investimentos em logística e infraestrutura para o escoamento da produção e a modernização da legislação ambiental brasileira. Este era o cenário sociopoliticamente (portanto, intencionalmente) construído da "paz no campo".

Assim, a gestão dos riscos e o alcance da segurança jurídica passa pelo planejamento, também um mecanismo de poder, que diz respeito ao problema da gestão das séries a serem controladas pelas probabilidades, por meio do qual o aleatório deve ser tratado com vistas a diminuir a probabilidade de riscos e perigos que possam atingir a população (FOUCAULT, 2008).

A ideia de que a segurança jurídica é sociopolítica fica evidente também na afirmação de Sarlet (2015) de que, ainda que não haja controvérsias na aceitação de que a segurança jurídica implica na proteção dos direitos adquiridos em um Estado de

direito, existe, porém, permanente dissenção em relação ao alcance e ao conteúdo da noção desta proteção (a quem ela serve?).

Se, em termos do direito, a segurança jurídica diz respeito à garantia de elaboração e à realização de projetos de vida, a dificuldade de consenso no que diz respeito ao seu alcance e conteúdo parece a ela inerente. Propriedades rurais, terras indígenas e territórios quilombolas são respaldados por instrumentos constitucionais que, portanto, lhes dão legitimidade dentro da ordem jurídica vigente.

O direito à propriedade privada localiza-se entre os direitos fundamentais à cidadania, posto que é tido como necessário à existência digna, livre e igual (Art. 5o, XXII), o que representou uma derrota para os setores que lutavam pela democratização do acesso à terra. O princípio dos direitos individuais permeia toda a Constituição Federal de 1988, contudo, vai além dela, e expressa uma característica de um contexto específico, o das sociedades ocidentais modernas. Nestas sociedades, a propriedade tem uma função determinante em termos do funcionamento e da organização do sistema social, posto que é estrutura essencial do sistema e incide diretamente sobre a vida econômica, condicionando-a em seu modo de funcionar (propriedade dos modos de produção e dos recursos econômicos, que se voltam à especulação econômica). Funciona, assim, como estrutura de poder, social e juridicamente reconhecida: uma força política real, cujo poder – de exclusividade – se estende para além dos limites juridicamente previstos.

A propriedade privada foi condicionada à necessidade do cumprimento da função social (Art.170, II e III). A função social da propriedade implica, segundo o Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964): o favorecimento do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias (função social); a manutenção de níveis satisfatórios de produtividade (função econômica); o asseguramento da conservação dos recursos naturais (função ambiental) e a

observação das disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (função trabalhista). Uma vez não cumpridas essas exigências, o estatuto prevê a realização de desapropriações por interesse social, para a realização de reforma agrária.

No entanto, estabeleceu-se uma confusão proposital entre função social e produtividade. Com base no discurso de que a função social se alcança com produtividade e não com reforma agrária, os ruralistas conseguiram, de última hora, introduzir o Artigo 185, que afirma: "São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade, desde que o proprietário não possua outra, e a propriedade produtiva" (MARÉS, 2001, p. 195). Deixaram-se de lado os elementos relacionais às funções social, ambiental e trabalhista. Marés faz uma crítica à noção de produtividade, propondo que esta seja redefinida como "produtividade social, de interesse social", indo, portanto, além do cálculo do nível de produção e incorporando a ideia de função social da propriedade como algo mais do que produção de mercadorias.

Na interpretação de Figueiredo (2006), assim como o direito à propriedade privada, o direito de propriedade coletiva dos remanescentes de quilombos e a posse permanente para os índios são direitos fundamentais, sendo ambos também de segunda geração, vinculados à igualdade e à justiça social. No entanto, revelam realidades, sujeitos e relações diversas, por vezes, incompatíveis.

Em uma sociedade na qual os direitos individuais são estruturantes, o reconhecimento de novos modelos de propriedade – como no caso dos quilombolas e indígenas, que são de natureza coletiva – é complicado. São instrumentos jurídico-legais que resultam em diferentes padrões de demarcação de divisões territoriais. Representam novos modelos de propriedade que levam em consideração o fato de que tais povos existem como tais devido a uma trajetória de uso e ocupação comuns (não há um modelo de

apropriação e manejo coletivo, mas diversas formas coletivas sendo incorporadas a essas categorias). A questão do exercício do poder sobre o espaço e, consequentemente, sobre os processos sociais que o compõem e definem, de quem está dentro e quem está fora, põe em evidência um quadro multiterritorial de contraposição-exclusão entre propriedade privada e territórios tradicionais indígenas e quilombolas.

Embora, no discurso, a segurança se volte a atingir a todos – entendendo-se este todo no sentido hermético de cada um, titular de direitos e não dos grupos e comunidades, como já foi apontado em diálogo com Marés (2001) –, os efeitos são desiguais: em nome da segurança de um grupo ou classe, se dá a insegurança de outros. Segundo Haesbaert (2014, p. 155), "o discurso da segurança, para além de suas confirmações empíricas, é também um produto (e produtor) fundamental do neoconservadorismo contemporâneo".

Em situações de intensa precarização social (e, portanto, também territorial, como no caso dos aglomerados),

> [...] os grupos e/ou classes sociais, especialmente os mais pobres, perdem grande parte do controle sobre seus territórios e se veem envolvidos em contextos de profunda insegurança, como no caso de conflitos e disputas acirradas com e pelo espaço (HAESBAERT, 2014, p. 190).

É a questão do poder de controlar e de se apropriar do espaço que está em jogo. Para aqueles que compõem a rede de entidades representativas de grandes empreendimentos agropecuários, agências multilaterais e conglomerados financeiros, as possibilidades abertas em termos dessas legislações de reconhecimento e demarcação de territórios indígenas e quilombolas representam obstáculos e prejuízos ao projeto hegemônico de expansão do modelo de exploração capitalista de caráter neoextrativista adotado a partir da década de 1990 – projeto este que responde, na atualidade, pelos nomes de

agronegócio e mineração, principalmente –, e que se ancora na manutenção do *status* da propriedade privada e do monopólio da terra.

Nesse contexto, o discurso de que a imobilização de terras para a atividade do agronegócio, provocada pela demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas, representa o atraso e causa sérios problemas de instabilidade jurídica e social no campo, pois essas terras são consideradas necessárias ao desenvolvimento do país, é recorrentemente acionado, e várias iniciativas em termos de readequação das legislações no sentido de atender aos interesses de liberação das terras são consumadas.

Segundo a interpretação dos representantes do agronegócio,

> Embora a constituição reconheça os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art. 231), o que vem ocorrendo é a constante ameaça de expropriação de áreas legalmente ocupadas por entes privados que não atendem a essas características. São áreas que, na verdade, não poderiam ser reivindicadas e expropriadas pelo governo para serem transformadas em terras indígenas (CNA, 2014, p. 51-52).

No documento da CNA (2014, p. 53), o tópico sobre a segurança jurídica foi encerrado com as seguintes frases: "Não se resolve um problema fundiário criando outro, em que os protagonistas, proprietários rurais e indígenas, aparecem ambos como vítimas. É preciso um novo modelo de identificação e demarcação de terras indígenas". Embora ambos sejam apresentados como vítimas, neste caso, propõe-se somente que o modelo de identificação de terras indígenas seja modificado para se chegar à desejada segurança jurídica.

Nessa ofensiva, o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Art. 231 da Constituição Federal e outros dispositivos que versam sobre o reconhecimento territorial de povos indígenas e quilombolas, estão, conjuntamente com os sujeitos por eles beneficiados, no banco dos réus. Em conjunto, são tidos como "obstáculos institucionais que os produtores rurais

enfrentam atualmente no Brasil",[42] e levam à insegurança no campo. São acusados de causarem insegurança jurídica no campo, ameaçando os produtores rurais de serem despejados de suas terras "legítimas" ou de barrarem o desenvolvimento do país, colocando-se como entraves aos interesses nacionais.

O que está em jogo, para os representantes desses setores, é, de um lado, a manutenção do monopólio da terra, frente aos dispositivos de natureza fundiária, que, como apontou Figueiredo (2011, p. 43), "trazem consigo o caráter de reparação de injustiças distributivas racialmente (*mas não só*) construídas, a apontar, portanto, para a possibilidade de uma política de caráter redistributivo"; e, de outro, a possibilidade de uso intensivo e imediato dos recursos naturais (florestais e do subsolo), parte deles interditados para o mercado de compra e venda de terras.

Isso quer dizer que a territorialização dos interesses atuais das elites oligárquicas – atualmente, oligopólicas – requer a desterritorialização das comunidades tradicionais e das unidades de conservação (na verdade, assim sendo desde a Colônia). Com vistas a atender as demandas internacionais, o latifúndio precisa avançar sobre as populações que, historicamente, vivem do uso tradicional da terra e dos recursos naturais.

Apoiada numa gama de séries estatísticas, discursos, alocuções e num cenário de expectativas tido como seguro, dá-se a proposição de ações que se voltam à contenção dos riscos e inseguranças. Nos termos de mecanismo de poder, a segurança implica também em formas de tratamento do espaço – o estabelecimento de espaços de segurança. Ela trabalha, portanto, com a disposição do espaço como algo dado a ser administrado, conforme nos termos apontados por Lima (2013) de que

[42] Trecho de artigo publicado pelo senador Ronaldo Caiado na *Folha de São Paulo*, em 26/09/2015. Vide em www.ronaldocaiado.com.br/2015/09/ideologia-petista-afeta-seguranca-juridica-no-campo-diz-caiado-em- artigo-na-folha/

administrar exige o controle dos espaços, concebidos para e pela função de administrá-los.

Em torno da noção de segurança jurídica no campo, constroem-se, de forma conjugada, dois cenários: o de insegurança, a ser transposto, e o de segurança, a ser atingido. São, portanto, concebidos e difundidos os "fatos" que demonstram os "riscos", as "ameaças" e os efeitos do primeiro (por isso, passam a ser tratados como "questões" a serem solucionadas), para, a partir disto, darem legitimidade às ações programadas para o alcance do horizonte de segurança projetado.

Segurança jurídica no campo para os representantes do agronegócio diz respeito à garantia plena e absoluta do direito à propriedade privada individual e à consolidação de uma infraestrutura política, econômica, ambiental e trabalhista o mais amplamente favorável a tal atividade.

O processo de constituição político-territorial do Brasil se efetiva sob as bases do latifúndio, da monocultura e da escravidão, perpassadas pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), que certamente consolidam um padrão de hierarquização social, no qual existem sujeitos privilegiados (elite branca detentora dos meios de produção do trabalho e manipuladora das subjetividades) que são instituídos concomitantemente aos explorados e dominados (os "outros", primitivos, tradicionais), arquétipos que permanecem até os dias atuais.

De acordo com Silveira e Gandra (2009), dá-se a reinvenção da retórica desenvolvimentista da ditadura militar, e, com base na crença do progresso e na estratégia do desenvolvimento a qualquer custo, impõe-se a inserção de novos espaços (especialmente na Amazônia) no mundo moderno-urbano. O agronegócio apresenta-se associado à geração de emprego e renda, enquanto os povos tradicionais são identificados com o atraso e a miséria. Assim sendo, os não modernos e não urbanos devem ser integrados ou são aviltados como obstáculos ou problemas de segurança nacional.

Nesse jogo, há a tentativa de imposição de uma determinada concepção de rural, apresentada nos projetos que versam sobre a regulação do uso do território, as políticas públicas e a legitimidade dos sujeitos em implementá-las e/ou delas usufruírem. Um cenário de expectativas em que o "campo" se expressa por noções como agronegócio, modernidade, tecnologia, competividade.

Conclusões

O discurso da segurança jurídica frente às "questões" indígena e quilombola é incorporado a uma nova ofensiva burocrática, econômica, política e ideológica das classes e grupos dominantes, por meio do qual são disseminadas ideologias e toda uma lógica do papel do rural brasileiro, de acordo com os interesses de classes e frações de classes que representam e constituem o agronegócio.

Nesse discurso, os povos indígenas e quilombolas surgem como estrangeiros dentro da nação, e, assim sendo, ao reivindicarem direitos – inclusive o direito de serem e de se manterem diferentes –, passam a representar perigo à ordem social e à integridade da "comunidade brasileira". Embasados em uma forte tradição de preconceito e violência contra indígenas e negros, reforça-se a negação de sua condição: são tidos como problemas ao desenvolvimento da nação, como estorvos ou como falácias.

Nesse contexto, a segurança jurídica no campo traduz-se na defesa da propriedade privada, e, assim, no ataque à reforma agrária, à regularização fundiária de posses e à demarcação de territórios indígenas e quilombolas. Estes (os sujeitos, seus direitos e territórios) são tidos como resquícios do atraso e obstáculos ao desenvolvimento, ao progresso e à globalização.

São recorrentes as explanações de defensores da propriedade privada e do agronegócio que definem as demarcações

desses territórios como desenfreadas e falaciosas, como "invasões" ou como argumentos à expropriação de terras agrícolas. São, assim, diretamente relacionadas ao aumento dos conflitos no campo e a riscos à prosperidade da atividade do agronegócio, à soberania e ao crescimento do país. Dados e eventos são chamados por esses sujeitos para apontar o reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas como causas de perda de produtividade e expropriação de propriedades (motivos de insegurança), sendo, portanto, obstáculos ao crescimento do setor e, consequentemente, do país (o agronegócio como sinônimo de segurança).

O direito à propriedade, a produtividade e a "paz no campo" são colocados em oposição aos territórios indígenas e quilombolas, que representam novas configurações de ordenamento jurídico de propriedade que impõem restrições ao uso e apropriação no modelo privado e mercadológico.

Visando a atender às necessidades da atividade do agronegócio (mercado de *commodities*), busca-se impor uma racionalidade gerencial no que diz respeito à questão dos territórios tradicionais. Tal racionalidade desconsidera todas as outras lógicas de uso das terras e dos recursos naturais, como a agricultura familiar e os usos dos povos tradicionais, já que estas lógicas imobilizam as terras frente ao mercado de compra e venda e de expropriação por via de grilagem.

Por meio do discurso da segurança jurídica, conforma-se um esquema de classificação, codificação e categorização que aponta os índios e quilombolas como resquícios do atraso, ameaças à segurança e à soberania nacional. São mecanismos do padrão colonial de poder que, pela via da inferiorização, se voltam à desterritorialização. Tais assertivas justificam atos de *negar*, *extinguir*, *suprimir*, *embargar* e *criminalizar* as demandas e os territórios indígenas e quilombolas, argumentando ser necessário *viabilizar* o crescimento, o progresso e, enfim, o que chamam de "interesses nacionais". Interesses estes que se traduzem no avanço

da exploração de terras ligadas ao agronegócio e à mineração, ao mercado das *commodities*.

Em disputa está o poder de definir possíveis espaços para a geração de riqueza e lucro ou espaços de reprodução da vida. Os sujeitos desta disputa (deputados e senadores, ruralistas, representantes e entidades patronais *versus* indígenas, quilombolas, movimento negro, indigenistas, FUNAI, INCRA, antropólogos, ONGs etc.) se movem a partir de concepções diferentes de espaço.

Em conjunto, as argumentações e o cenário criados em torno da segurança jurídica no campo evidenciam um padrão de atuação e objetivos que se voltam à tentativa de reenquadrar as possibilidades de reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas no âmbito da estrutura (colonial) do regime administrativo estatizado, de forma a liberar todo o estoque de terras suscetíveis de se tornarem terras de mercado.

Visa-se a desterritorializar povos indígenas e quilombolas: extinguir, suprimir, embargar e criminalizar os povos indígenas e quilombolas e as normas de reconhecimento de terras a eles correlatas, garantindo que não sejam demarcados novos territórios e que os demarcados possam ser revisados. Ou seja, o objetivo é a desterritorialização de povos indígenas e quilombolas por meio da instabilidade, da fragilidade e da privação de acesso não só a recursos e riquezas, mas ao espaço considerado por esses povos como referência de vida (cultural e simbólica).

No contexto neoliberal à brasileira, a vida de povos indígenas e quilombolas, as ações de órgãos e agentes da administração estatais, as leis e as políticas de gestão e de controle territorial são regidas a partir da ótica da maximização dos lucros e da utilização racional do trabalho, da terra, dos bens e serviços, entre outros aspectos. Para tanto, é necessário que se faça o desmonte das normas que se dão com base em outras premissas, ainda que isto implique em novos formatos de "guerra justa" e a produção da morte de determinados sujeitos e grupos sociais.

A retórica da *segurança jurídica* é uma ferramenta de manutenção do poder dessa elite: *segurança* significa, nesse caso, manter e garantir certos direitos e privilégios de uns em detrimento de outros, e *jurídica* significa o controle político. A insegurança reportada às questões indígena e quilombola é um jeito de provocar medo para flexibilizar e desburocratizar a legislação. Fica claro que segurança, para uns, implica em insegurança, para outros.

Referências bibliográficas

BARRETTO, Nelson Ramos. *A revolução quilombola: guerra racial, confisco agrário e urbano, coletivismo.* São Paulo: Artpress, 2007.

CENTRO DE AGRONEGÓCIO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – GVAGRO/FGV. *Agronegócio 2015-2022: proposta de plano de ação aos presidenciáveis*. São Paulo: GVAgro (Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas); ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio); Entidades do Setor do Agronegócio, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA. *Informativo do Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo*. Edição n. 1. Brasília, DF, 5 de março de 2010.

_____. *Informativo do Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo*. Sem número de edição. Brasília, DF, dezembro de 2013.

_____. *O que esperamos do próximo presidente 2015-2018.* Brasília: Sistema CNA, 2014.

_____. *Informativo do Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo*. Ano 2. Edição n. 5. Brasília, DF, agosto de 2014b.

_____. *Informativo do Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo*. Ano 2. Edição n. 6. Brasília, DF, agosto de 2014c.

FIGUEIREDO, André Videira de. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris, 2011.

FIGUEIREDO, Leandro Mitidieri. "Remanescentes de quilombos, índios, meio ambiente e segurança nacional: ponderação de

interesses constitucionais." In: *INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências*. Brasília: MDA: Incra, 2006, pp. 57-69.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, Rogério. "Território e multiterritorialidade: um debate." In: GEO*graphia*, ano IX, n. 17, 2007, pp. 19-45.

_____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. "Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a "organizados"?" In: SOUSA, C. N. I.; LIMA, A. C. de Souza; ALMEIDA, F. V. R. de; MATOS, M. H. O. (orgs.). *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento*, II. Brasília e Rio de Janeiro: Paralelo 15/ GTZ/ Laced-MN-UFRJ, 2010, pp. 15-50.

_____. "O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo." In: *Revista de Antropologia*, p. 781-832, 2013.

LOPES, Aline; QUINTANS, Mariana. "Judiciário e Constituição Federal de 1988: interpretações sobre o direito à propriedade privada face à reforma agrária e ao direito ao território quilombola." In: *Revista IDeAS*. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010, pp. 63-102.

MARÉS, Carlos. "As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios." In: LIMA, Antonio Carlos e Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs). *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria-LACED, 2001.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco. "O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico." In: *Anuário Antropológico 2009*, 2010, pp. 11-39.

PEREIRA, Carolina de Freitas. *As agroestratégias ruralistas de desterritorialização de povos indígenas e quilombolas:*

(re)definindo marcos legais e usos territoriais. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade del poder y clasificacion social." In: *Journal of World-Systems Research*, VI, 2, summer/fall, 2000, pp. 342-386.

SARLET, Ingo Wolfang. "A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro." In: *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP*, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 111-156, out./dez. 2005.

SILVEIRA, Marcos César Borges da; GANDRA, Edgar Ávila. "Os outros da nação: índios e camponeses no discurso ruralista." In: *Métis: história & cultura,* v. 8, n. 15, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. "Segurança pública: uma abordagem antropológica (repleta de valores e opiniões)." In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos.* Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/Laced/ABA, 2012.

O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA GEOGRAFIA

THE PLACE OF RACE RELATIONS IN GEOGRAPHY

EL LUGAR DE LAS RELACIONES RACIALES EN LA GEOGRAFÍA

JOANA CÉLIA DOS PASSOS
Docente no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: passos.jc@gmail.com

AZÂNIA MAHIN ROMÃO NOGUEIRA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: azaniarn@yahoo.com.br

* Artigo publicado em junho de 2018.

Resumo: A heterogeneidade racial e socioeconômica e a distribuição espacial da população brasileira ampliam a importância da geografia e a comprometem como campo de estudos a discutir a composição dos territórios negros e as espacialidades das desigualdades. Também contribuem com a visibilidade e o enfrentamento do racismo institucional e estrutural que permeia as relações sociais. Neste artigo, examinamos a produção do conhecimento acadêmico presente na revista *Terra Livre*, publicada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no período de 2003 a 2017, com a intenção de mapear estudos que abordem as questões raciais no Brasil a fim de analisar qual o lugar das relações étnico-raciais na geografia. Utilizamos como metodologia a análise de conteúdo. Embora os estudos encontrados sejam ínfimos, sem dúvida, contribuem para ampliar a percepção de estudantes e professores de geografia sobre as demandas dos afro-brasileiros, permitindo uma atuação na sociedade que contemple também as necessidades desta parte da população.

Palavras-chave: relações étnico-raciais, análise de conteúdo, revista Terra Livre, produção acadêmica.

Abstract: The racial and socioeconomic heterogeneity of the brazilian population and its spatial distribution extends the importance of geography and commits it as a field of study to discuss the composition of black territories and the spatialities of inequalities and contribute to the visibility and confrontation of institutional and structure racism that permeates social relations. In this sense, we examined the production of the academic knowledge present in the *Terra Livre* Magazine, published by the Association of Brazilian Geographers, from 2003 to 2017, with the intention of mapping studies that address racial issues in Brazil to analyze the place of racial relations in geography. We use as methodology the content analysis. Although very few articles were found, they undoubtedly contribute to broadening the perception of students and teachers of geography on afro-brazilians demands, thus allowing a performance in society that also contemplates the needs of this part of the population.
Keywords: race relations, content analysis, Terra Livre magazine, academic production.

Resumen: La heterogeneidad racial y socioeconómica y de la distribución espacial de la población brasileña amplían la importancia de la geografía y la comprometen como campo de estudios a discutir la composición de los territorios negros y las espacialidades de las desigualdades. También contribuyen con la visibilidad y lo enfrentamiento del racismo institucional y estructural que permean las relaciones sociales. En este artículo, examinamos la producción del conocimiento académico presente en la *revista* Terra Livre, publicada por la Asociación de los Geógrafos Brasileños, en el período desde 2003 hasta 2017, con la intención de mapear estudios que aborden las cuestiones raciales en Brasil para analizar cuál es el lugar de las relaciones raciales en la geografía. Utilizamos como metodología el análisis de contenido. Aunque los estudios encontrados sean ínfimos, sin duda contribuyen a ampliar la percepción de estudiantes y profesores de geografía sobre las demandas de los afro-brasileños, permitiendo una actuación en la sociedad que contemple también las necesidades de esa parte de la población.
Palabras clave: relaciones raciales, análisis de contenido, revista Terra Livre, producción acadêmica.

Introdução

O mito da democracia racial, por muito tempo, impediu uma discussão aprofundada sobre as relações étnico-raciais[1] na sociedade brasileira. A ausência deste debate acabou por naturalizar as desigualdades raciais, resultando numa "desracialização" das relações sociais brasileiras, o que reforçou o mito da democracia racial que buscamos superar.

A motivação deste artigo se deve à ausência, percebida por uma estudante negra, da abordagem racial[2] no currículo do curso de geografia de uma universidade federal, tanto na licenciatura quanto no bacharelado, e, posteriormente, no programa de pós-graduação, também em geografia, na mesma instituição. Durante sua trajetória acadêmica, em nenhum momento, a questão racial foi abordada, nas 35 disciplinas obrigatórias da licenciatura ou nas 23 disciplinas obrigatórias do bacharelado. Isto, considerando-se que 53,92% da população do país são compostos de autodeclarados negros3 (IBGE, 2015). O estudo limitou-se à compreensão geográfica da realidade brasileira.

Desta forma, é inegável que as relações étnico-raciais têm papel importante para a compreensão da sociedade brasileira e deveriam ser tópicos essenciais em disciplinas como Geografia da População, Geografia Rural, Geografia Urbana, Análise

[1] Utilizamos, neste artigo, a expressão étnico-racial para designar as questões concernentes à população negra brasileira. No entendimento de Gomes (2011), essa formulação demonstra que "para se compreender a realidade do negro brasileiro, não somente as características físicas e a classificação racial devem ser consideradas, mas também a dimensão simbólica, cultural territorial, mítica, política e identitária. Além disso, a política educacional assume em sua base legal esse conceito".

[2] Raça é considerada, neste artigo, uma construção social, política e cultural produzida nas relações sociais e de poder, ao longo do processo histórico. Não há nenhuma relação com uma possível abordagem biológica.

[3] Consideramos negra a somatória das pessoas autodeclaradas pretas e pardas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ambiental, Geografia Regional do Brasil e Planejamento Regional e Urbano. O único esforço de real discussão referente às relações étnico-raciais, nos cinco anos de curso dessa aluna, veio do professor que ministrou a disciplina Geografia de Santa Catarina, que possibilitou um debate com a intenção de contribuir para a desconstrução da imagem midiática de que este estado – estatisticamente, o de menor proporção de negros e indígenas no Brasil – não teve a participação destes grupos étnicos no seu desenvolvimento econômico e cultural. Foi também desse professor que partiu a iniciativa de ministrar a disciplina optativa de Geografia da África, que passou a compor o currículo do curso, em 2015.

Focalizando o currículo das licenciaturas na perspectiva étnico-racial, é preciso considerar que a Lei Federal 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira Africana nos currículos escolares. Com esta lei, a perspectiva não é apenas a de uma adição de conteúdos nos currículos escolares, mas de uma reestruturação do ensino escolar, da produção acadêmica e das perspectivas teóricas das ciências como um todo. Não se trata de substituir a hegemonia dos conhecimentos de raiz europeia por conhecimentos exclusivos africanos, mas de considerá-los fundamentais para a ampliação do currículo escolar para a diversidade cultural, racial e econômica da população brasileira, possibilitando maior compreensão sobre a realidade do país (BRASIL, 2004). Mais do que novos conteúdos, é necessária a ressignificação daqueles já abordados no currículo, agora também se considerando a perspectiva da maioria da população, repensando as práticas sociais e pedagógicas, os procedimentos de ensino e as condições de aprendizagem ofertadas pelas instituições escolares.

O conceito de lugar, junto aos de paisagem, região, território e espaço, é essencial para a geografia, segundo Roberto Lobato Corrêa (1994). Este conceito passou por transformações

decorrentes das mudanças epistemológicas na ciência geográfica, ao longo da história. Foi na década de 1970 que o lugar ganhou uma estruturação conceitual como "espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os 'sentidos de lugar' e as 'imagens de lugar'" (SOUZA, 2013, p.114).

Apesar da pluralidade de definições, pode-se dizer que o lugar tem conexão direta com as relações sociais expressas no espaço. Considerando-se essa necessidade de pensar o lugar e as identidades e trocas simbólicas que o permeiam, nos propusemos, a partir da análise da produção na revista *Terra Livre*, perceber de que formas as relações étnico-raciais[4] se fazem presentes no discurso acadêmico hegemônico da geografia brasileira.

Nosso estudo foi realizado em 22 números da revista *Terra Livre*, periódico da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), publicados entre os anos de 2003 e 2017. Este intervalo temporal foi escolhido por compreendermos que, neste período, houve uma intensificação da luta antirracista no Brasil, motivada pelas deliberações da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Esta conferência resultou em políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, como: a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a criação, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD); a aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatórias a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as ações afirmativas no ensino superior; o Programa Brasil Quilombola e a aprovação

[4] Apesar de compreendermos que as relações étnico-raciais não devem ser marcadas pela oposição binária, e sim pela diversidade, este estudo está focado na população negra, não ignorando o fato de que ela não é a única a ser afetada pelo racismo, na sociedade brasileira.

do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional, medidas advindas da luta histórica do movimento negro.

A intensificação de políticas antirracistas tem se refletido na produção científica de modo mais amplo. Nesse sentido, o que se procura neste artigo é identificar como esse contexto tem influenciado os estudos e pesquisas na geografia, sendo que as questões raciais se colocam como demandas da sociedade brasileira.

Reconhecemos que a utilização de uma única fonte para o levantamento realizado limita, em alguma medida, nosso campo de análise, mas é preciso considerar que a revista *Terra Livre* se constitui em um lugar mais do que reconhecido e legítimo para as discussões dessa área. A AGB, que possui como diferencial o fato de ter como sócios tanto profissionais quanto estudantes, está diretamente associada à construção do pensamento geográfico brasileiro, de forma que a utilização de sua plataforma de produção científica assente a importância desta associação.

As relações étnico-raciais: desafios à geografia

A geografia, bem como as demais ciências, é constantemente desafiada pelas demandas da sociedade, que se modificam de acordo com os diferentes processos sociais. A crise do paradigma moderno, que se acelerou a partir do século XX, como apontado por Boaventura de Sousa Santos (1988), provocou o questionamento, fomentado por fenômenos sociais diversos, à hegemonia do conhecimento nas ciências. No caso da geografia, ciência que tem como objeto conhecer e compreender o espaço geográfico e as relações sociais que nele se desenvolvem, vale questionar em que medida os conhecimentos têm incorporado as questões raciais para a compreensão deste espaço.

Nesse sentido, a questão racial, que abarca desde a luta da população quilombola pelo direito à terra até a luta pelas ações afirmativas, é um dos elementos que, atualmente, e mais do que

nunca, desafiam a geografia a romper com o eurocentrismo ainda presente em sua estrutura (PORTO-GONÇALVES, 2007). A perspectiva exclusivamente eurocêntrica descarta a possibilidade da existência de outras racionalidades epistêmicas e de conhecimentos que não os seus: homens brancos, europeus, heterossexuais e cristãos; e esconde o que herdou das civilizações africanas, por exemplo.

A heterogeneidade racial, socioeconômica e a distribuição espacial da população brasileira ampliam a importância da geografia e a comprometem como campo de estudos para discutir a composição dos territórios negros e as espacialidades das desigualdades, contribuindo com a visibilidade e o enfrentamento do racismo institucional e estrutural que permeiam as relações sociais. A própria discussão sobre a presença negra na universidade, após a implantação das políticas afirmativas, pode fomentar estudos no campo da geografia, de modo a analisar as novas configurações espaciais e territorialidades do espaço acadêmico.[5] Pois, como afirmou o pesquisador Renato Emerson dos Santos, "as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço" (SANTOS, 2012, p. 38). O que indica que o campus universitário se modifica com a chegada de novos personagens que, até então, não habitavam este espaço.

No entanto, Diogo Cirqueira e Gabriel Corrêa afirmaram que

> Na própria geografia, temos produções sobre a temática racial, contudo, estas parecem ter sido invisibilizadas ou desconsideradas no interior desta ciência. Um exemplo é a produção de Milton Santos sobre esse assunto. Sua contribuição ao pensamento geográfico e suas teorias sobre o espaço são bastante recordadas, mas pouco se discute a problematização sobre a questão étnico-racial que este fez ao longo de sua trajetória intelectual – cujos trabalhos da década de 50 já tratavam desse tema (CIRQUEIRA, CORRÊA, 2014, p. 42).

[5] A esse respeito, consultar Vaz e Vaz (2011) e Ratts (2014).

Para Santos, em *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*,

> O silenciamento por parte da academia brasileira em relação a esses temas tem impacto inclusive sobre a própria trajetória acadêmica dos estudantes – negros e não negros – que têm interesse em desenvolver tais temas (SANTOS, 2007, p. 15).

Isso implica em trajetórias como a que explicitamos anteriormente, em que se acreditou ser possível, na academia, discutir sobre população, desenvolvimento rural e planejamento urbano, por exemplo, sem debater as implicações das relações étnico-raciais nestes temas. A questão racial deve ser vista como estruturante pela geografia, de maneira geral, mas especialmente pela geografia brasileira, considerando a formação de nossa sociedade.

Importa destacar que, nesse contexto ainda de silêncios, existem aqueles que resistem e se destacam ao discutir as questões raciais na geografia. Entre eles, evidenciamos: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (1998, 1999, 2004, 2005, 2014); Renato Emerson dos Santos (2007, 2010, 2012, 2014); Alecsandro José Prudêncio Ratts (2009, 2010, 2014); Andrelino de Oliveira Campos (2010, 2012, 2013) e Antônia dos Santos Garcia (2006, 2007, 2009).

Considerando o papel social da geografia no empoderamento dos indivíduos para a construção de sua identidade, de seu posicionamento e para sua atuação no mundo, a ausência da discussão sobre as relações étnico-raciais neste campo contribui para a invisibilidade dos negros e de suas questões na sociedade.

As relações étnico-raciais na revista *Terra Livre*

A revista *Terra Livre*, criada em 1986, é uma publicação semestral, e se constitui no principal fórum de socialização de

trabalhos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).[6] Com 52 volumes apresentados até o segundo semestre de 2017, esta revista se organiza em temas, como Geografias da Natureza e Geografia e Ensino, em que se apresentam artigos, notas de pesquisa e resenhas. A revista, até o presente momento, não publicou uma edição dedicada às questões raciais. Os artigos analisados, no presente trabalho, como apresentado adiante, foram encontrados em quatro números: *A geografia no tempo de novos conhecimentos* (2007), *Os discursos e as práticas geográficas* (2009), *Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperança* (2010) e *(Qual) é o fim do ensino de geografia?* (2015).

Utilizamos como metodologia a análise de conteúdo, considerada por Bardin (1979) como um conjunto de técnicas que resulta em indicadores obtidos por procedimentos sistemáticos que possibilitam a "inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens" (BARDIN, 1979 apud NUNES et al., 2008, p. 7).

A análise de conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa. No primeiro caso, a categorização das unidades de texto presentes no meio de expressão do indivíduo se dá pela frequência, enquanto na qualitativa se "considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem" (PUGLISI; FRANCO, 2005 apud NUNES et al., 2008, p. 3).

Apesar de reconhecer que a análise de conteúdo não pode ser desenvolvida com base em um modelo exato, NUNES *et al.*

[6] Segundo a própria AGB, esta associação se constitui numa "entidade civil, sem fins lucrativos, que reúne geógrafos, professores e estudantes de geografia preocupados com a promoção do conhecimento científico, filosófico, ético, político e técnico da geografia para que se possa oferecer à crítica da sociedade uma abordagem geograficamente consistente dos seus/nossos problemas, com o intuito de aperfeiçoar do debate científico da geografia e que se interessam pelo desenvolvimento de alternativas e iniciativas de promoção do bem-estar social" (https://www.agb.org.br/agb/#historia).

(2008) organizaram o processo operacional da análise em três etapas:

a) a pré-análise: também chamada pelos autores de "fase de organização e sistematização das ideias", corresponde ao momento em que selecionamos os documentos que foram analisados, bem como os objetivos da pesquisa em relação a eles, e a elaboração de indicadores que orientaram a interpretação final;

b) a exploração do material: após definirmos o intervalo temporal em que o estudo seria realizado, fomos ao acervo virtual da revista, mantido pela AGB, onde estão disponíveis 22 números deste período. Nesse intervalo, foram publicados 196 artigos. A partir da análise dos títulos dos artigos nos sumários das edições selecionadas e seus respectivos resumos, concluímos que, destes, apenas cinco abordavam a questão racial tendo os negros como foco, ou seja, pouco mais de 2,5% do total;

c) o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação: ao analisarmos as 22 edições da revista *Terra Livre*, constatamos que apenas quatro números abrigavam artigos que tratavam da questão racial: no número 29 (publicado em 2007), foi encontrado um artigo; no número 32 (publicado em 2009), também foi encontrado um artigo; no número 34 (publicado em 2010), foram encontrados dois artigos; e no número 45 (publicado em 2015), foi encontrado um artigo, como apresentado na tabela abaixo:

Autores/as	Título do artigo	Edição da *Terra Livre*
Maria Tereza Paes Luchiari Isabel Araujo Isoldi	Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)	Ano 23, v. 2, n. 29, pág. 163-180 (2007)
Jucélia Bispo dos Santos	Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia	Ano 25, v. 1, n. 32, pág. 153-172 (2009)
Alex Ratts	Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino	Ano 26, v. 1, n. 34, pág. 125-140 (2010)
Renato Emerson dos Santos	Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639	Ano 26, v. 1, n. 34, pág. 141-160 (2010)
Edimilson A. Mota	O livro didático: do determinismo geográfico de Delgado de Carvalho à educação das relações étnico-raciais	Ano 30, v. 2, n. 45, pág. 174-196 (2015)

No primeiro artigo, de autoria de Maria Tereza Paes Luchiari e Isabel Araujo Isoldi, intitulado "Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)", as autoras analisaram o processo de titulação coletiva de terras quilombolas a partir da comunidade da Caçandoca, localizada no município de Ubatuba, em São Paulo, discutindo a identidade territorial destes grupos. Para isso, se utilizaram de entrevistas na comunidade e da análise documental do processo de titulação.

Luchiari e Isoldi (2007, p. 164) apontaram que as relações de poder do passado colonial e escravista brasileiro ainda estão presentes nas questões raciais cotidianas, que "[...] são evidenciadas por processos dinâmicos de opressão e resistência que, durante a história da formação da nação brasileira,

resultaram em diversas formas de relações sociais", como os quilombos.

A percepção de que o racismo é uma das principais formas por meio das quais o poder se manifesta na sociedade brasileira – sendo assim, é também um dos principais fatores para a presente desigualdade socioespacial – é essencial para se repensarem as fundamentações da geografia brasileira. Esta ainda tem seu discurso hegemônico fortemente embasado no marxismo dialético, que tende ver a luta de classes como elemento principal de análise, considerando os demais fatores, tais quais raça e gênero, como secundários.

O reconhecimento tardio da propriedade definitiva das terras quilombolas, somente garantido pela Constituição Federal de 1988 (cem anos após a abolição da escravatura), segundo Luchiari e Isoldi (2007), ressignifica a identidade cultural dos grupos que ocupam estes territórios. Além disso, traz à tona o debate acerca do valor do espaço, considerando os embates que se iniciaram nos anos 1980 e permanecem até os dias atuais, em que os interesses do capital e do Estado vão de encontro ao direito dos quilombolas, assegurado somente graças à luta deste grupo, que ainda sofre com expulsões de seus territórios e com o racismo ambiental. Mais uma vez, as relações de poder que permeiam a sociedade brasileira mostram de que forma atuam na formação socioespacial.

A partir de Milton Santos (2004), Maria Tereza Paes Luchiari (1999), Claude Raffestin (1993), Mathias Le Bossé (2004) e Edward Soja (1971), Luchiari e Isoldi discutiram conceitos de lugar, território e territorialidades, apontando que

> [...] a territorialidade evidencia e caracteriza a maneira como uma sociedade se apropria do território, a partir de concepções e racionalidades próprias que, muitas vezes, se colocam em oposição ou em contradição a outros grupos sociais ou sociedades. Neste processo, há de se levar em conta os lugares como motor e suporte da formação de identidades culturais. O lugar é constituinte da vida dos indivíduos e dos grupos, e por isso influencia e até mesmo

> produz, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais (BOSSÉ, 2004). O uso e a ocupação de determinado território são fundamentais na formação da identidade cultural (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 167).

Nesse contexto, Luchiari e Isoldi (2007) abordaram as territorialidades quilombolas e o Estado, indicando que a posse da terra pelos negros, no período imediatamente após a abolição, em sua maioria, não era consequência de uma titulação formal. Para elas, este grupo racial não fora integrado ao sistema produtivo, com o fim da escravidão. Sendo assim, seu acesso à terra pela formalização legal era dificultado. A partir da década de 1960,

> A modernização do território promovida pelo governo militar e também a expansão do capital urbano atingiram diretamente o modo de vida de comunidades tradicionais em geral, incluindo caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, entre outras (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 169).

Essas comunidades passaram a sofrer diversas violências que resultam, até os dias atuais, em conflitos e expulsões dessas populações de seus territórios.[7] São estes conflitos fundiários que mobilizam as comunidades quilombolas na reivindicação de seus direitos. As questões relativas à identidade surgem da necessidade de enquadramento dos conceitos presentes na legislação.

A comunidade analisada pelas pesquisadoras citadas, que já abrigou 800 pessoas, sofreu com expulsões e outros conflitos devido à disputa territorial resultante da expansão do capital e da

[7] O direito dos quilombolas à terra é assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 4.887, de 2003. Em 2004, o texto teve a sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), que contesta os critérios estabelecidos pelo decreto, como a autoidentificação, que permite a uma comunidade se declarar como quilombola. Nesse contexto, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre janeiro e maio de 2017, no Brasil, aconteceram 37 assassinatos em conflitos por terra.

mecanização da agricultura. Outra questão levantada pelas autoras é o direito à educação, visto que as escolas que atendiam à comunidade foram fechadas, na década de 1990, fazendo com que os alunos se desloquem por grandes distâncias para frequentar escolas que "não estão preparadas para tratar da realidade dos alunos da Caçandoca" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 173).

Nesse sentido, consideramos fundamental que a geografia compreenda seu papel na "construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo" (SANTOS, 2007, p. 25), tratando, portanto, não apenas das coordenadas geográficas que nos localizam, mas também situando esses indivíduos perante sua condição social, política, econômica, de gênero e geracional, entre outras, e mostrando o que significa ocupar esses lugares. Dessa forma, uma geografia que não compreende a realidade de seus estudantes e, por conseguinte, não percebe de que formas eles enxergam e são vistos pela sociedade, não cumpre seu papel social.

O referido artigo aponta que leis ambientais também se tornaram um impedimento para a comunidade pesquisada, por proibirem a atividade agrícola em Caçandoca, a principal atividade da antiga estrutura social do quilombo. Responsabilizar ou prejudicar ambientalmente certos grupos raciais, desconsiderando práticas culturais, é o mecanismo conhecido como racismo ambiental. Este aspecto, e os conflitos fundiários, são os elementos principais que causaram a mudança no estilo de vida dessas pessoas, muitas delas migrando para as cidades em busca de outras oportunidades. Com frequência, as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas são produto de uma compreensão errônea do senso comum de que "as comunidades negras remanescentes de quilombo remontam ao passado, representando resquícios insignificantes de uma história que deve ser esquecida" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 170).

Luchiari e Isoldi (2007, p. 178) concluem seu artigo afirmando que a luta quilombola é, na verdade, uma "luta pelo direito à cidadania". Nesse sentido, nos lembramos do que Milton

Santos afirmou: que cada indivíduo "vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território" (SANTOS, 1987, p. 81). O valor dos quilombolas como cidadãos está intimamente relacionado ao valor do território que eles ocupam e vice-versa. A proteção dos direitos dessa população não é a simples preservação de um grupo ameaçado pelo racismo, mas a garantia de que esses brasileiros terão suas cidadanias asseguradas.

O segundo artigo aqui analisado, "Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia", foi escrito por Jucélia Bispo dos Santos, que também refletiu sobre território e identidade quilombola a partir da análise de uma comunidade específica, neste caso, a comunidade quilombola da Olaria, localizada no município de Irará, na Bahia.

A partir da análise de dados censitários, este estudo apontou que a população negra (grupo numericamente majoritário, no estado da Bahia) habita espaços segregados nas periferias. A comunidade pesquisada é um exemplo destes espaços, tendo sido reconhecida como um remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura, que, entre outras funções, formaliza a existência das comunidades quilombolas, o primeiro passo no longo processo de titulação dos territórios. Em 2003, com o Decreto Presidencial 4.887, os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas passaram a ser regulamentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Jucélia Bispo dos Santos também tratou da questão legal e do papel do Estado no reconhecimento do direito à terra. Discutiu o que são os quilombos e, a partir de Lourdes de Fátima Carril (2003) e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (1999), abordou a segregação racial e os territórios quilombolas. Esta autora afirmou que o conceito de quilombo e suas derivações nasceram no âmbito jurídico-constitucional e, dentro da perspectiva histórica

hegemônica até a atualidade, apresentam uma "significação presa ao passado remoto de nossa história, ligado exclusivamente ao período no qual houve escravidão no Brasil" (SANTOS, 2009, p. 155). Ela apontou outras interpretações acerca de quilombos, no Brasil, que percebem esses territórios não apenas como esconderijos, mas como espaços de resistência e também de relações sociais e econômicas com o seu redor, como mostraram os autores João José Reis e Flávio José Gomes (1996).

A partir de toda a complexidade presente no conceito de quilombo e, consequentemente, de quilombola, Jucélia Bispo dos Santos (2009) discutiu a situação da comunidade estudada, onde os moradores não se reconheciam como quilombolas, considerando os sentidos jurídicos ou políticos deste conceito. Santos apontou que elementos internos e externos foram essenciais na construção da identidade dessas pessoas, que sofriam com o racismo praticado pelos moradores de comunidades vizinhas. Os conflitos próprios desse processo de construção incluíam a rejeição de certos elementos (como, no caso, a etnicidade) e a valorização de outros.

Este aspecto nos leva ao ponto seguinte do artigo, em que a autora relaciona a exclusão quilombola com o "projeto de europeização do mundo" (SANTOS, 2009, p. 165), e em que, mesmo com o fim da colonização, a mentalidade das elites sociais permanece, inferiorizando a população negra. Na mesma linha das autoras do artigo anterior analisado, Santos apontou como as relações de poder estabelecidas na época colonial vigem, ainda na atualidade, considerando-se a questão racial.

Para Santos (2009), seu contato com a população durante a pesquisa influenciou a comunidade a se articular e a se empoderar no processo de reafirmação de sua identidade, considerando que "a identidade quilombola, no discurso político, tem de ser forjada com eles (os oprimidos quilombolas) e não para eles, enquanto homens, ou povos" (SANTOS, 2009, p. 168). Ela encerrou seu artigo afirmando que "a pesquisa que articula a metodologia descolonial não pode exercer um papel imparcial,

mas, sim, criar um espaço para discussão e luta pela mudança" (SANTOS, 2009, p. 171), consciente de que este deve ser o papel da academia em geral, isto é, o de ser um instrumento de mudança para uma sociedade igualitária. Dois anos após a publicação deste artigo, a comunidade quilombola da Olaria foi titulada pelo INCRA.

É importante pontuar que os dois artigos analisados até então ("Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)", de Maria Tereza Paes Luchiari e Isabel Araujo Isoldi, e "Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia", de Jucélia Bispo dos Santos) trazem como tema central quilombos, o que não necessariamente contém um debate acerca das relações étnico-raciais. Porém, sendo os quilombos resultados das relações étnico-raciais no Brasil, acreditamos que esses trabalhos possam integrar as discussões sobre estas na geografia, pensando nas formas de resistência frente às assimetrias de poder nestas relações.

O artigo seguinte a ser analisado é o de Alex Ratts, e se intitula "Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino". Nele, por intermédio de Moraes (1988), Ratts dissertou sobre como o mito da democracia racial na sociedade brasileira influenciou a "ideologia geográfica" que permeia as interpretações da sociedade brasileira. Ainda na introdução, Ratts abordou propostas acadêmicas e políticas para o enfrentamento das desigualdades raciais, como a Lei 10.639/03, e afirmou que o "crescimento do interesse acerca desses temas conquanto tem implicações diretas na reinterpretação da formação étnica, racial, social e territorial brasileira" (RATTS, 2010, p. 126), demonstrando a importância de uma nova interpretação que considere a relevância da raça como categoria analítica para compreender as relações sociais brasileiras.

Ratts tratou das transformações sociais que ocorreram desde o século XV e seus efeitos na geografia até a preponderância do paradigma crítico, nos anos 1970, quando alguns trabalhos, como os de Milton Santos (1987) e de Márcia Spyer Resende (1986), tocaram, direta ou indiretamente, na questão racial. Um aspecto importante levantado por Ratts pode explicar a razão pela qual a questão racial ainda é pouco abordada na geografia. Afirmou ele:

> As questões [raciais] contidas nestes trabalhos têm pouca ressonância nos debates geográficos e, em específico, no ensino de geografia, em face do primado de certas leituras do marxismo em que a classe social é considerada a principal variável, senão única, da desigualdade socioespacial. Além disso, na análise do conflito entre capital e trabalho, havia pouca ou nenhuma condição de incluir a variável raça, mesmo se tratando de uma sociedade como a brasileira, em que as relações de trabalho restauraram uma forma pré-capitalista de produção como o escravismo, apoiada, sobretudo, na mão de obra africana e afrodescendente (RATTS, 2010, p. 128).

Ratts (2010) mostrou que o paradigma marxista, como matriz ideológica e teórica hegemônica que debate o pensamento político no Brasil, possui algumas limitações na compreensão da sociedade brasileira por não incluir, de forma mais equilibrada, as diferentes particularidades que influenciam a desigualdade socioespacial, como as relações étnico-raciais, de gênero, as regionalidades e tantas outras. Discutiu também a importância de se redesenhar o mapa étnico-racial brasileiro, representando a composição da população brasileira com mais fidelidade e expressando as diferenças provindas das relações étnico-raciais espacialmente, reconhecendo os territórios negros, indígenas e ciganos, entre outros. Esta reformulação do discurso geográfico, naturalmente, seria incorporada também nas práticas escolares e nos materiais didáticos.

Na sequência, Ratts (2010) discorreu sobre as ações afirmativas no Brasil, sua importância, origens, modalidades,

distribuição no território nacional e os desafios na sua implantação. Ele apontou que "as ações afirmativas, no entanto, não se resumem à modalidade cotas, pois compreendem políticas do conhecimento" (RATTS, 2010, p. 136). Ou seja, as mudanças esperadas, a partir da implantação dessas ações, vão além do aumento de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior. Espera-se uma reestruturação acadêmica, que considere a temática racial, não apenas na criação de novas disciplinas, mas na revisão das já existentes, garantindo que as mesmas reflitam em seus currículos a diversidade racial, cultural e de gênero, entre outras, presentes na sociedade brasileira.

E, por fim, abordou diversas possibilidades dos estudos geográficos na abordagem das questões raciais, em diversas escalas e múltiplas categorias geográficas, indo de planos transnacionais (utilizando categorias como mobilidade espacial) a planos locais (tratando de lugar e território). Ratts dialogou com geógrafos brasileiros contemporâneos que trabalhavam esta temática, como Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (Universidade de Brasília – UnB), Renato Emerson dos Santos e Andrelino Campos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (Universidade Federal da Paraíba – UFPB), Paulo Scarin (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES) e Jeovah Meireles (Universidade Federal do Ceará – UFC), apontando as possibilidades das relações étnico-raciais na geografia. Ratts finalizou seu artigo ressaltando a importância da geografia no reconhecimento da diversidade e na reparação das desigualdades sociais.

O artigo "Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639" foi escrito por Renato Emerson dos Santos. Nele, este autor tratou dos processos políticos que inseriram atores sociais anteriormente retirados da disputa pela educação escolar (como mulheres, negros, indígenas e classe trabalhadora), resultando em disputas curriculares, considerando que o currículo

é um instrumento político e, como tal, permeado por intencionalidades.

Santos (2010) propôs discutir a disputa na geografia acompanhando as práticas de cinco professores da rede pública da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, evidenciando que o objetivo de sua pesquisa era

> [...] pensar possibilidades de inserção e revisão de conteúdos trabalhados pela geografia, enquanto saber sobre o mundo, que constrói visões de mundo, de si e do outro, influenciando comportamentos nas relações raciais (SANTOS, 2010, p. 142).

Em seguida, discutiu a importância da geografia na formação humana e na reconstrução da sociedade, interpretando, conhecendo e agindo no mundo. Por isso, afirmou a importância de se considerarem as questões raciais nesse campo de estudo, por entender que a raça "é um elemento que regula as relações sociais, de alguma forma, suas manifestações estão imbricadas na geografia" (SANTOS, 2010, p. 144), por ser um componente da estruturação da sociedade e do espaço, criando diferentes hierarquias. Ele também se referiu às "geo-grafias do racismo e das relações raciais" (SANTOS, 2010, p. 144), em que o racismo se expressa no espaço, na constituição dos lugares.

Santos (2010) abordou a raça como conceito geográfico, visto que não a considera um conceito biológico, sendo uma identidade constituída por associações eminentemente geográficas. E foi além, falando sobre a relação entre a hierarquização de raças e a relação espaço-tempo e de como esta hierarquia é essencial para o capitalismo. Esse autor apontou, a partir de Grosfoguel, a necessidade de "'descolonizar' o conceito de capitalismo, conferindo a ele a complexidade do cruzamento de múltiplas formas de dominação e exploração que o caracterizam enquanto experiência social" (SANTOS, 2010, p. 148). A hierarquização racial é uma destas formas de dominação e exploração que constituem o capitalismo como experiência social.

Em seguida, o eurocentrismo na geografia foi o ponto principal. Santos discorreu sobre as tendências hegemônicas no ensino de geografia e como essas práticas podiam reproduzir ou romper com a reprodução do discurso discriminatório. O autor, então, colocou a Lei 10.639/03 como uma alternativa combativa ao eurocentrismo, pois esta não apenas inseria novos conteúdos, visibilizando as histórias e as culturas do povo negro, mas também revisava conteúdos com a mesma finalidade.

A partir disso, Santos apresentou seu projeto, em andamento desde 2008, com cinco professores de geografia. Nele, os professores analisavam o currículo praticado, construindo um temário em que estavam presentes assuntos trabalhados (ou não) por estes professores em suas aulas. E finalizou o artigo relembrando a importância de um ensino de geografia que "não hierarquize o mundo para legitimar a hierarquização de indivíduos e grupos neste mundo" (SANTOS, 2010, p. 157).

O último artigo examinado, "O livro didático: do determinismo geográfico de Delgado de Carvalho à educação das relações étnico-raciais", de Edimilson A. Mota, analisou, por meio de livros didáticos de geografia, o discurso geográfico referente às relações étnico-raciais. A partir da pesquisa documental com base em André e Lüdke (1986) como metodologia, este autor considerou o livro didático um documento.

Mota (2015) apontou a Lei 10.639/03 e o Parecer 03/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como ferramentas para promover o "reconhecimento positivo do outro" (MOTA, 2015, p. 175), sendo a escola importante lócus para promover a mudança social necessária ao combate ao racismo.

Este autor observou também que o efeito do racismo na escola "tem exigido repensar teorias e práticas até então silenciadas pela pedagogia liberal em detrimento da diferença na igualdade" (MOTA, 2015, p. 176). Ele citou a aplicação das

ferramentas legais supracitadas no Programa Nacional do Livro Didático e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação como formas de se repensarem conteúdos. Apresentou o determinismo geográfico presente nos livros didáticos de Delgado de Carvalho, publicados entre as décadas de 1930 e 1960, apontando que a representação do negro nestes livros se dava

> [...] como produto do meio natural, apresentando-o como o invisível e o sem cultura, reconhecido apenas pela mão de obra, numa representação que contribuiu para o desenvolvimento do sistema escravagista na formação do Brasil, sem fazer qualquer consideração relevante se comparado com o branco (MOTA, 2015, p. 178).

O paradigma determinista, além de discurso científico, foi também política de Estado, com os programas de eugenia, como apontado pelo autor, que sugeriu a hipótese de que a reprodução do racismo, nos dias atuais, possivelmente reflete a educação racista institucionalizada naquela época.

Já no final dos anos 1970, um novo paradigma passou a ser visto como discurso hegemônico, na geografia brasileira. A geografia crítica, como se tornou conhecida, segundo Mota, teria como prática pedagógica "explicar as contradições econômicas e sociais das coisas do espaço" (MOTA, 2015, p. 181), indo além da descrição do espaço.

Neste contexto, Mota passou a abordar autores contemporâneos de livros didáticos e a inserção de raça e renda em suas produções. Considerou raça "uma velha categoria, usada desde a Antiguidade, com fins de descrever geografias sobre os diferentes povos e suas identidades no mundo" (MOTA, 2015, p. 182), já dotada de caráter biológico, embasando teorias racialistas, e que, atualmente, possui nova forma na hierarquização da população racializada, em uma perspectiva histórico-racial.

Mota apontou que "no livro didático, raça é um conceito utilizado por muitos autores e escamoteado ou negado por outros"

(MOTA, 2015, p. 183). E mostrou, a partir de recortes textuais de livros, que o negro continua ocupando um lugar desigual.

Na última parte do seu artigo, discutiu a identidade como categoria social, assinalando que

> [...] a cor da pele como representação social ultrapassa as propriedades biológicas do homem. Como um marcador racial, ela agrega representações, linguagens e sentidos diversos pelos quais, se não houver uma identidade positiva construída, a pessoa se vê refletida nos estereótipos negativos e desenvolve um potencial para se vitimar na estereotipia dominante que a cerca (MOTA, 2015, p. 189).

Edimilson A. Mota (2015, p. 192) concluiu seu artigo defendendo que "'raça' e renda são indicadores que permitem cartografar a realidade social de uma sociedade, assim como revelar os seus avanços e contradições". Além disso, afirmou que não seriam necessários acréscimos de conteúdos ao currículo para tratar as relações étnico-raciais no ensino de geografia, mas, sim, questionar os conceitos e temas tratados e suas contribuições para a promoção da igualdade racial.

Onde estão e para onde podem ir as relações étnico-raciais na geografia?

Percebemos, ao fim desta análise, que, dos cinco trabalhos encontrados nas edições da revista *Terra Livre*, dois discutiram identidade e territorialidade negras a partir de estudos de caso de duas comunidades quilombolas. Os outros três abordaram a educação e o ensino de geografia a partir da Lei 10.639/03 e das políticas de ações afirmativas.

Notamos também que, em termos de referenciais utilizados para abordar conceitos comuns aos artigos, tanto Santos (2010) quanto Mota (2015) utilizaram Quijano (2005; 2007) para discutir raça, tratando o conceito numa perspectiva decolonial e

não biológica. Mota (2015), a partir de Quijano (2005), reforçou o papel da raça na hierarquização das pessoas.

Santos (2010), como mencionamos anteriormente, utilizou raça como conceito geográfico e apontou, também por intermédio de Quijano (2007), que, além de constituir identidades fundamentadas em referenciais espaciais, raça também é "instrumento de poder em diferentes escalas: intercontinental, com o eurocentramento do poder mundial" (SANTOS, 2010, p. 145).

Mota (2015) utilizou também Hall (2006) e Munanga (1999) para debater raça. A partir de Hall (2006), este autor apontou que "[...] é urgente trazer para o centro da produção do conhecimento, nos diversos níveis de ensino, o resgate do conceito de raça, visto que ele é um conceito que continua operando sob rasura" (MOTA, 2015, p. 193). Já com Munanga (1999), demarcou a perda do *status* biológico do pensamento racial a partir do século XX.

A identidade foi debatida por Luchiari e Isoldi (2007) como sendo construída a partir "de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 164). Por meio de Bossé (2004), estas autoras afirmaram ainda que os lugares são "motor e suporte da formação de identidades culturais" (LUCHIARI, ISOLDI, 2007, p. 164). Elas, portanto, associaram a identidade de indivíduos com os lugares que eles ocupavam, considerando as práticas sociais e históricas dos grupos pelas quais as identidades se afirmavam em dado espaço. Santos (2009), por sua vez, abordou especificamente identidades quilombolas, estas também fortemente associadas ao espaço ocupado pelos indivíduos. Esta autora afirmou que

> Presentemente, a identidade quilombola vem sendo discutida, no Brasil, a partir da necessidade de lutar pela terra. A consciência em torno da identidade quilombola constitui o critério fundamental para o reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombo (SANTOS, 2009, p. 157).

A partir de Anjos (2005), Santos apontou que os quilombos se definem justamente pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. Assim sendo, tanto no trabalho de Luchiari e Isoldi (2007) quanto no de Santos (2009), está presente a ideia de construção dialética dos lugares e territórios e das identidades culturais.

Por intermédio desses conceitos, que são caros para as diversas correntes do pensamento negro na academia brasileira, os trabalhos abordaram, especialmente, o direito à terra e o direito à educação, historicamente negados aos negros, constituindo-se tais direitos nas principais bandeiras do movimento negro, por diversas gerações. Esses estudos, sem dúvida, contribuem para ampliar a percepção de estudantes e professores de geografia sobre as demandas dos afro-brasileiros, permitindo, assim, uma atuação na sociedade que contemple também as necessidades desta parte da população. Apesar dos avanços, conquistados especialmente pelos pesquisadores e pesquisadoras negros e negras engajados(as) nos estudos acerca das relações étnico-raciais e outros objetos de estudos correlatos, ainda são necessários focos de estudo em outras áreas, para que o campo da geografia contribua mais efetivamente com as demandas provindas das questões étnico-raciais.

Retomando ao silêncio quanto às relações étnico-raciais no discurso hegemônico geográfico, podemos pensar nas possibilidades de articulação destas relações com disciplinas presentes nos currículos de cursos de geografia pelo Brasil, como, por exemplo: a geografia urbana (especialmente no tocante ao planejamento urbano, considerando o direito à cidade e à moradia, territórios negros urbanos e plano diretor); a geografia da África (possibilitando um debate sobre este continente para além do viés colonialista da partilha); a geografia rural brasileira (considerando que a maior parte da população brasileira no campo é negra); a geografia da população brasileira e as causas e consequências das relações étnico-raciais em nossa sociedade. As disciplinas são parte importante do discurso hegemônico acadêmico da geografia, por,

ao integrarem o currículo, indicarem que tipo de geógrafo(a) estão formando.

É o discurso hegemônico também que determina o que é ou não considerado geografia, o que se reflete nas pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação. Nesse sentido, Cirqueira e Correa (2015), ao analisarem a produção acadêmica em programas de pós-graduação em geografia – portanto, em estudo mais amplo que o apresentado por nós neste artigo –, buscaram compreender como a geografia acadêmica se insere no debate das questões raciais. Estes autores identificaram 54 trabalhos, entre teses (13) e dissertações (41), e os organizaram em quatro tendências teórico-metodológicas de abordagem acerca do tema. São elas:

1) Espaço e relações étnico-raciais: a maioria dos trabalhos discutiu as questões étnico-raciais numa abordagem sociológica e as contribuições das categorias geográficas para melhor compreensão da temática. Neste caso, a segregação racial, as desigualdades raciais e sua materialização no espaço foram os temas principais.

2) Identidades e territorialidades negras: as pesquisas abordaram a formação, a organização e os conflitos presentes nos territórios negros. As questões quilombolas e seus processos de reconhecimento e resistência integraram esta tendência.

3) Geopolítica dos países africanos: estudos sobre os aspectos econômicos, políticos e culturais (modos de vida, conflitos) de países africanos e suas relações com o Brasil.

4) Territórios e manifestações culturais e religiosas: as pesquisas abordaram aspectos simbólicos e rituais que significam os espaços negros. As religiosidades se constituem no principal foco desta tendência.

Apontaram os autores que, embora a produção de teses e dissertações tenha aumentado entre 2002 a 2011, acompanhando o período da intensificação dos debates políticos sobre a questão étnico-racial, ainda há carência de sistematização com relação ao

que vem sendo produzido sobre este assunto na geografia brasileira.

Chamou a atenção dos autores a ausência de produção sobre a questão étnico-racial e a educação, considerando a alteração da LDB 9.394/96 pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, que instituíram a obrigatoriedade do ensino e das culturas afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. Até porque, a partir destas normativas legais, foram construídos mecanismos diversos para assegurar sua implementação, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; o plano nacional para a implementação dessas diretrizes e a constituição dos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Destacaram-se também, nesse período, a criação e a expansão dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) no interior das universidades brasileiras e a criação da Associação Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN).

O que podemos perceber, com as produções existentes na revista *Terra Livre* e nos programas de pós-graduação em geografia, é que, apesar dos silêncios existentes no discurso hegemônico da geografia acadêmica (como, por exemplo, os currículos dos cursos de graduação), as discussões sobre as relações étnico-raciais existem e têm se fortalecido. É necessária, como apontaram Cirqueira e Correa (2015), uma sistematização do que vem sendo produzido e um esforço de superação das ausências, seja nos currículos ou nas áreas que demandam produção, para que a geografia possa interpretar a sociedade brasileira levando em consideração um de seus pilares fundadores: as relações étnico-raciais.

Considerações finais

Nossa intenção, neste artigo, foi investigar se a geografia tem incorporado as demandas da população negra em sua produção. José Jorge de Carvalho (2006, p. 88), no artigo intitulado "O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro", afirmou que "as cotas estão provocando um reposicionamento concreto das relações raciais no nosso meio acadêmico". Diante disso, questionamos se sinais deste reposicionamento são perceptíveis na geografia.

Num contexto de maior presença negra nas universidades, onde a ausência de espaços e discussões curriculares que focalizem as relações étnico-raciais traz prejuízos diversos, seja à compreensão mais ampliada da sociedade brasileira, seja à formação dos geógrafos que atuarão sem apreender as complexidades da realidade que pretendem transformar, é sintomática a baixa produção acadêmica geográfica que reflita as questões raciais na revista *Terra Livre*.

O 3o Encontro de Geógrafos, organizado pela AGB no ano de 1978, em Fortaleza, marcou uma ruptura epistemológica, adotando a chamada geografia crítica como discurso acadêmico hegemônico, que pretendia responder às mudanças sociais observadas na época. Poucos anos antes, em 1976, o geógrafo Yves Lacoste escreveu o livro *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, que teve um papel fundamental nessa transição. Nesta obra, ele afirmou:

> Foi apenas de alguns anos para cá que um certo número de geógrafos começou a tomar consciência dos problemas que coloca a geografia. Disso resultou uma sequência de reflexões sobre sua disciplina, mas todas camuflaram, até agora, o papel da geografia como instrumento político e militar (LACOSTE, 2005, p. 96).

Naquele momento, Lacoste já alertava sobre a necessidade da conscientização em relação à dicotomia da geografia e a importância de uma corrente científica que assumisse o papel social desta ciência. Porém, esta visão, que se

tornou hegemônica na geografia brasileira, ainda insiste em perceber somente a luta de classes como o único fenômeno que explica as diferenças sociais. Por isso, é importante visibilizarem-se os trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras que tratam dessa temática, direta ou indiretamente, mostrando a necessidade da interseção entre questões raciais e a geografia.

Considerando a formação socioespacial do Brasil, falar de classe sem falar de raça é negligenciar um dos aspectos estruturantes da classe. Além disso, é importante pontuar que a opção por não discutir as relações étnico-raciais, na geografia brasileira, não é ausente de intencionalidade política, como todas as demais escolhas acadêmicas. Tendo em vista que a academia, apesar das mudanças promovidas pelas ações afirmativas, permanece sendo um espaço branco, devemos refletir sobre a afirmação de Octavio Ianni (1987) de que, para o branco, é conveniente que a população negra não saiba quantos são, onde estão, como vivem e de que forma participam da renda, da cultura e das decisões políticas da sociedade. Ademais, quando os currículos dos cursos de geografia ignoram o papel das relações étnico-raciais no Brasil, formam profissionais que não têm uma compreensão real da sociedade do país onde irão atuar.

A superação desse cenário pode ser possível a partir da produção de intelectuais (negros ou não) engajados que percebam a questão racial como questão social, elaborando pesquisas que desafiem a reprodução do conhecimento hegemônico, articulando as vivências de sujeitos e movimentos até então considerados apenas objetos de pesquisa, amplificando outras vozes na academia, como sugeriram Nilma Lino Gomes (2010) e Boaventura de Souza Santos (2008). Além disso, é urgente que a geografia brasileira perceba as relações étnico-raciais não apenas como uma área de pesquisa, mas como eixo que perpassa esta ciência. Uma

vez reincorporadas[8] ao discurso acadêmico hegemônico da geografia, as relações étnico-raciais se farão presentes na produção acadêmica, nos currículos dos cursos de instituições de ensino superior, nas temáticas dos eventos da área, nas publicações em livros e periódicos, e, também, nas produções e nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação.

A prática acadêmica não deve ficar restrita aos muros das universidades. Portanto, um conhecimento construído com real percepção da constituição e das demandas da sociedade brasileira pode embasar a ação do Estado, ao fundamentar, por exemplo, políticas públicas que venham a contribuir com a luta antirracista. Uma geografia que se proponha a romper com o sistema hegemônico excludente, contribuindo para uma sociedade mais igualitária, precisa romper também com a estrutura eurocêntrica que tanto invisibiliza e segrega.

Referências bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. "A África, a educação brasileira e a geografia." In: SECAD-MEC (org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília-DF: MEC/BID/UNESCO, v. 1, 2005, p. 167-184.

_____. "A geografia, a África e os negros brasileiros." In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola.* 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2005, p. 173-184.

_____. "A geografia, os negros e a diversidade cultural". In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria (orgs.). *Os negros, os conteúdos e a diversidade cultural II.* 1ª ed. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros – NEN, v. 1, 1998, p. 93-106.

[8] Diogo Marçal Cirqueira (2005) investigou as inscrições da racialidade no pensamento geográfico, entre 1880 e 1930, apontando a presença da raça como conceito analítico presente na geografia desde sua formação moderna-colonial, na qual as leituras racializadas eram incorporadas às discussões de espaço.

_____. *Atlas geográfico ÁFRICABRASIL*. 1ª ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, v. 1, 2014, 104 p.

_____. "Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil." In: Editora da Universidade de Brasília (org.). *Humanidades: consciência negra*. Brasília, DF: Editora UnB, v. 47, 1999, p. 87-98.

_____. "Estruturas básicas da dinâmica territorial no DF." In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. C. (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, 2004, p. 199-215.

_____. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. Edição do autor, Brasília, 1999.

BOSSÉ, Mathias Le. "As questões de identidades em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas." In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004, p. 157-179.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 500, 2010.

_____. "Entre a pessoa e o sujeito do conhecimento: algumas considerações sobre o movimento negro no contexto socioespacial." In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). *A cidade e o negro no Brasil: cidadania e território*. 1ª ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, v. 1, 2013, p. 231-266.

_____. "Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas questões teórico-metodológicas." In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo.* 1ª ed. Petrópolis: DP *et alii.* Editora Ltda/ABPN/Ford Foundation/Oxfam, v. 1, 2012, p. 66-102.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.* Tese (Doutorado em Geografia). USP, São Paulo, 2003.

CARVALHO, José Jorge. "O confinamento racial do mundo

acadêmico brasileiro." In: Revista USP, São Paulo, n. 68, dezembro/fevereiro 2005-2006, p. 88-103.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. "Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações." In: *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia* (Anpege), v. 10, n. 13, jan-jun. 2014, p. 29-58.

GARCIA, Antonia dos Santos. *As mulheres da Cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e a organização espacial do movimento de bairro de Salvador*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, v. 500, 2006, 256p.

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____; BARRETO, J. N.; CUNHA Jr., H.; DAMIÃO, F. J.; RAMOS, M. E. R; OLIVEIRA, N. O. "Desigualdades raciais e urbanas em Bangu: de senzala a vila operária, de vila operária a bairro Cidade Negra." In: CUNHA JR., Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). *Espaço urbano e afrodescendência*. 1ª ed. Fortaleza: UFC Edições, v. 1, 2007, p. 11-206.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03*. Gelédes. Disponível em: https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISOLDI, Isabel Araújo; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. "Identidade territorial quilombola: uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca, Ubatuba/SP." In: *Revista Terra Livre*, Ano 23, v. 2, n. 29. Ago-dez, 2007. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/246 Acesso em: 18 jun. 2014.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* 10ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

NUNES, Aline Vieira de Lima *et al*. "Análise de conteúdo: olhar da técnica sobre o preconceito racial no Brasil." In: *Psicologia.com.pt* Newsletter, 201, 1-26, 2008. Disponível em: http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0443.pdf Acesso em: 18 maio 2014.

LUCHIARI, Maria Tereza Paes. *O lugar no mundo*

contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1999, 218p.

MOTA, Edimilson A. "O livro didático: do determinismo geográfico de Delgado de Carvalho à educação das relações étnico-raciais." In: *Revista Terra Livre.* Ano 30, v. 2, n. 45, pp. 174-196, 2015. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/618/904 Acesso em: 25 out. 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "Prefácio". In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-11.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005, pp. 227-278. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf

_____. "O que é essa tal de raça?". In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro no ensino de geografia*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

RATTS, Alex. "Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras." In: SILVA, Maria das Graças S. Nascimento; SILVA, Joseli Maria (org.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. 1ª ed. Ponta Grossa: Toda Palavra, v. 1, 2014, p. 333-354.

_____. "Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino." In: *Revista Terra Livre*. Ano 26, v. 1, n. 34, p. 125-140. 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/314 Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. *Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, v. 1, 2009, 140p.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

REVISTA TERRA LIVRE. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Disponível em: http://www.agb.org.br/index.php/revista-terra-livre Acesso em: 20 maio 2014.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. "Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola de Olaria em Irará, Bahia." In: *Revista Terra Livre*. Ano 25, v. 1, n. 32, p. 153-172, 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N32.pdf Acesso em: 18 jun. 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, Renato Emerson dos. "Apresentação." In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 13-17.

_____. (org.). *Questões urbanas e racismo*. 1ª ed. Petrópolis: DP et alii /ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), v. 1, 2012.

_____. "Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639." In: *Revista Terra Livre*, v. 1, p. 141-160, 2010.

_____. "O ensino de geografia e a Lei 10.639: algumas discussões de currículo." In: SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos; ANTUNES, Charlles da França; SANTANNA FILHO, Manoel Martins de (orgs.). *Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequencia/FAPERJ, v. 1, 2014, p. 82-99.

SOJA, Edward. *The political organization of space.* Washington: Association of American Geographers, 1971.

VAZ, Leandro F; VAZ, Nádia Maria Farias. "Uma geografia das ações afirmativas no ensino superior – território, espaço e racismo 'à brasileira'". In: *Anais do Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas*. Anápolis: UFG, 2011. Disponível em: http://www.anais.ueg.br/index.php/sineep/article/view/171 Acesso em: 19 set. 2015.

Normas

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço www.agb.org.br/publicacoes

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o máximo de 30 laudas, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 2 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.
7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.
8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.
9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.
10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.
a) no caso de livro:
SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.
Ex.:
VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.
b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial- página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.
14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.
15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.
16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivre@agb.org.br

TERRA LIVRE MAGAZINE STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each

published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas, en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.
6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.
7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.
8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.
9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.
a) En el caso de libro:
APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.
Ej.:
VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.
13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).
14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.
15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.
16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil